



Rui Pedro de Castro Neumann Esteves

**RAPTOS, SEQUESTROS E TOMADA DE REFÊNS:  
PARADIGMAS E INCONGRUÊNCIAS**

Tese com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito e Segurança

Orientador:

Doutor Armando Marques Guedes,  
Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Junho 2015





Rui Pedro de Castro Neumann Esteves

**RAPTOS, SEQUESTROS E TOMADA DE REFÊNS:  
PARADIGMAS E INCONGRUÊNCIAS**

Tese com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito e Segurança

Orientador:

Doutor Armando Marques Guedes,  
Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Junho 2015



## **Declaração Antiplágio**

Declaro que o texto apresentado é da minha autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.



---

À minha filha Lia-Sarah

## **Agradecimentos**

O meu primeiro agradecimento vai para o Senhor Professor Doutor Armando Marques Guedes, meu orientador, que sempre manifestou uma disponibilidade sem falha e empenhamento exemplar na construção da presente dissertação. Para além dos seus conselhos sempre pertinentes, agradeço ainda a visão e análise ímpar dos fenómenos globais e particulares que enriqueceram fortemente a exploração do complexo tema deste trabalho.

Ao Senhor Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia, que esteve sempre disponível para qualquer conselho e que muito me motivou no desenvolvimento do tema desta dissertação.

A Pascale Siegel, Clint van Zandt (FBI) e David Scharia (ONU), nos EUA e Israel, que estiveram imediatamente disponíveis e permitiram ter uma visão concreta e especializada da problemática aqui abordada. Tal como a Zabir Edriss e Pedro Freitas em Lisboa, Guillaume de Saint Marc em Paris, António Alves Pereira em Caracas e Vinícius Domingues Cavalcante no Rio de Janeiro. E também a Luís Costa Ribas, Ana Guedes (Voice of America), Joana Godinho (CNTV America) e Steve Merian (EUA).

A Alexandre Tati, Estanislau Miguel Boma e José Manuel Vaz, da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, que se disponibilizaram imediatamente a prestar o seu testemunho sobre um tema tão delicado. E também a Irene Bravi Rodrigues, irmã de Gilberto Rodrigues, refém luso-francês no Mali supostamente executado pelos seus raptos.

Aos meus colegas de mestrado Paulo Bispo, Arménio Pontes e Margarida Barros que estiveram sempre disponíveis para todo o apoio em Lisboa, tendo em conta a minha longa permanência em Paris. E igualmente ao meu colega Miguel Vasconcelos, a quem agradeço em particular.

A Sabrina Roulland pelo seu infatigável apoio pessoal e técnico que clarificou este trabalho. E à Rita Estrada que, com o seu rigor, precisões e exigências, contribuiu incansavelmente para a qualidade pretendida neste trabalho.

Por fim, agradeço a todos aqueles que pediram que os seus nomes não fossem revelados e que muito ajudaram na compreensão dos fenómenos aqui abordados.

## **Modo de citar e outras convenções**

Adoptamos as Normas Portuguesas n.ºs 405-1 e 405-4 do Instituto Português da Qualidade ajustadas coerentemente às características deste trabalho. Separamos a bibliografia impressa da netgrafia.

Todas as citações estão em itálico e entre aspas, as citações com mais de três linhas surgem em parágrafos destacados. Nas citações em língua inglesa, francesa e espanhola relativas às convenções, protocolos, artigos de opinião, livros quando a tradução é do autor, optamos maioritariamente por incluir no texto a citação na língua original e na nota de rodapé a tradução do autor.

Relativamente às entrevistas efectuadas no quadro deste trabalho, decidimos incluí-las ao longo do texto sempre que seja relevante a sua inclusão; estão devidamente assinaladas na bibliografia. No caso das entrevistas, não destacamos os excertos com mais de três linhas para não quebrar a sua estrutura dialogante.

Estão também discriminadas na bibliografia a legislação, convenções e protocolos referidos ao longo do texto.

Optamos por privilegiar as notas de rodapé para, na maior parte dos casos, incluir uma informação complementar ao assunto referido no texto e também para expor algumas precisões bibliográficas.

Foi adoptada a redacção em língua portuguesa. Como opção, este trabalho não obedece ao novo acordo ortográfico. Todavia, quando citamos obras ou legislação do Brasil respeitamos a ortografia patente nesses documentos.



## **Declaração**

Declaro que o corpo da presente dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 212.548 caracteres.

## **Resumo**

Na presente dissertação, abordamos os paradigmas e incongruências que envolvem as crises de raptos, sequestros e tomadas de reféns. Incidimos particularmente nos reféns estrangeiros capturados por movimentos terroristas e guerrilhas. São realçados os principais eventos globais que contribuíram para a consciencialização colectiva sobre o fenómeno, assim como as evoluções dos acordos e protocolos internacionais. Focalizamo-nos nos episódios que envolveram Portugal ou portugueses no estrangeiro, com especial incidência nos raptos de portugueses no enclave de Cabinda. São igualmente abordadas as problemáticas associadas ao pagamento de resgates, a crescente implicação de agentes privados na resolução destas crises e as incongruências nas motivações dos raptos.

**Palavras-chave:** Reféns, Raptos, Sequestros, Tomada de Reféns, Terrorismo.

## **Abstract**

In this thesis we address the paradigms and inconsistencies involving crisis kidnappings and hostage-taking. This work particularly focuses on foreign hostages seized by terrorists and guerrilla movements. It highlights major global events that have contributed to the collective awareness of the phenomenon and the evolution of international agreements and protocols. We focus on the episodes involving Portugal or Portuguese abroad, particularly on the kidnapping of Portuguese in the Cabinda enclave. It also deals with the problems associated with the payment of ransoms, the increasing involvement of private agents in addressing these crises, and incongruities in the motivations of the kidnappers.

**Key Words:** Hostages, Kidnapping, Hostages-taking, Terrorism.

## Índice

Declaração Antiplágio .....	III
Agradecimentos .....	V
Modo de citar e outras convenções.....	VI
Declaração .....	VII
Resumo .....	VIII
Abstract.....	IX
Índice de Figuras .....	XII
Lista de Siglas e Acrónimos .....	XIII
CAPÍTULO I: Introdução.....	1
1. Relevância do tema .....	2
2. Nota metodológica .....	4
3. Problemas encontrados durante a investigação.....	5
4. Síntese dos capítulos .....	6
CAPÍTULO II: Definições e Abordagens .....	9
1. Refém.....	9
2. Rapto e raptos .....	12
3. Sequestro.....	13
4. Tomada de reféns .....	14
5. Resgates .....	15
6. Tipos de rapto .....	18
7. Dicotomia militares reféns/prisioneiros de guerra .....	22
CAPÍTULO III: Panorama Global .....	27
1. Retrato estatístico global do fenómeno.....	28
2. Uma tática refém das ideologias .....	34
3. El Dorado latino-americano.....	40
4. O cataclismo 9/11 .....	45
5. Motivações pouco <i>Halal</i> .....	49

6. Ouro Branco e o “Walking gold” .....	51
7. Raptar, encenar, decapitar.....	54
8. Evolução dos acordos e legislação internacional.....	56
9. A Pequena Grande Convenção .....	61
10. Um Memorando de boas intenções.....	65
11. Resgates: Pagar ou não pagar, eis a questão .....	67
CAPÍTULO IV: Portugueses e Portugal Refém.....	73
1. Protestar contra o Estado Novo com um método velho.....	74
2. A jovem democracia “amordaçada” pelo terrorismo.....	75
3. O enclave capital do rapto de portugueses.....	78
4. O silêncio como resgate .....	84
5. Nós e os outros face à Lei .....	86
CAPÍTULO V: Elementos Conexos .....	89
1. Síndrome de Estocolmo .....	89
2. A alternativa privada como álibi estatal .....	90
3. A complexa alternativa militar de resgate dos reféns .....	94
4. Famílias de vítimas e reféns de segunda classe .....	95
5. Mediatização .....	98
CAPÍTULO VI: Conclusão .....	103
Bibliografia.....	107
Anexo I.....	113
Anexo II.....	125
Anexo III .....	127
Anexo IV .....	129

## Índice de Figuras

Figura 1: Evolução do nº de episódios no mundo .....	29
Figura 2: América Central & Sul.....	30
Figura 3: Médio Oriente & Norte de África .....	31
Figura 4: África Subsaariana .....	31
Figura 5: Ásia .....	32
Figura 6: Europa Ocidental.....	33

## Lista de Siglas e Acrónimos

AfVT	Associação Francesa das Vítimas do Terrorismo
AQMI	Al-Qaeda do Magrebe Islâmico
ASALA	Exército de Libertação da Arménia
CIA	Central Intelligence Agency
CNASPEL	Comissão Nacional de Apoio e Solidariedade com os Povos em Luta
CP	Código Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSS	Center for Security Studies
Daesh	Estado Islâmico
ETA	Euzkadi ta Askatasuna
EUA	Estados Unidos da América
EuNAT	European Network of Advisory Teams
FAR	Fuerzas Armadas Rebeldes
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FBI	Federal Bureau of Investigation
FLEC/PM	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda/Política Militar
FLEC/FAC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda/Forças Armadas de Cabinda
FP-25	Forças Populares do 25 de Abril
FPLP	Frente Popular para a Libertação da Palestina
GAULA	Grupo Antisecuestro y Antiextorsión
GIGN	Groupe d'Intervention de la Gendarmerie National
GSPC	Grupo Salafista de Predicação e Combate
GTD	Global Terrorism Database
HRW	Human Rights Watch
KFR	Kidnap for Ransom
MEND	Movement for the Emancipation of the Niger Delta
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros

MRPA	Movimento Revolucionário Túpac Amaru
Mujao	Movimento para a Unicidade da Jihad na África Ocidental
ONU	Organização das Nações Unidas
START	National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	United States Dollars



## **CAPÍTULO I: Introdução**

Os raptos, sequestros e tomadas de reféns surgem como instrumentos de grupos terroristas, bem como no crime organizado e semi-organizado. No terrorismo, considerando aqui de uma forma simplificada como uma tática de combate (não mergulhamos no debate da definição do termo terrorismo que não beneficia de unanimidade internacional), os raptos, sequestros e tomadas de reféns surgem como “armas” dessa tática e instrumentos estratégicos operacionais.

Nos raptos, sequestros e tomadas de reféns o denominador comum é o refém. Aquele que é privado violentamente, e contra seu grado, da sua liberdade. E que, de ser humano, passa a ser considerado como um objecto ou mera mercadoria, à qual é atribuído um valor, seja este financeiro, promocional ou político.

Globalmente o fenómeno dos raptos, sequestros e tomadas de reféns retomou em alta a partir de 2003, após ter sido registada uma quebra com o final da Guerra Fria.

De facto, enquanto o número de raptos, sequestros e tomada de reféns, com supostas motivações políticas envolvendo organizações terroristas, registaram na Europa, América Central e Sul uma brutal quebra com o fim da Guerra Fria, o fenómeno, após a segunda Guerra do Golfo em 2003, está em permanente crescimento no Médio Oriente, Norte de África, África Subsaariana e sobretudo na Ásia. Nota-se assim uma migração do eixo deste fenómeno para as regiões onde prolifera o terrorismo de inspiração ideológico-religioso.

A quantificação do número dos episódios de raptos, sequestros e tomadas de reféns no mundo, assim como o número de reféns resultantes destas acções é muito difícil de quantificar. Segundo uma estimativa do National Institute of Statistics and Geography (NEGI), citada pelo Departamento de Estado norte-americano, em 2012 ocorreram apenas no México 105.682 raptos. No entanto, somente 1.317 foram assinalados à polícia, uma omissão que atinge também outros países fortemente

atingidos pelo fenómeno e que inviabiliza uma visão empírica fidedigna do fenómeno global.

As motivações políticas alegadas pelos raptos são frequentemente ultrapassadas pelo interesse financeiro resultante do pagamento de resgates. Surge um dilema concernente às políticas no pagamento de resgates, apontado como uma das fontes de financiamento do terrorismo. Cada Governo adopta estratégias unilaterais discrepantes que frequentemente colidem com os Acordos e Convenções reconhecidas pelos mesmos e que condenam pagamentos em troca de libertações de cativos.

O volume de negócios gerado pelos resgates tem originado o aparecimento de uma “indústria do rapto”. Uma indústria em pleno crescimento, que envolve terroristas, criminosos, intermediários, negociadores privados, empresas e actores estatais. Nesta indústria, o refém é reduzido ao estado de “mercadoria”, uma “mercadoria” que é por vezes friamente privilegiada em detrimento de outra com menos valor. Um calculismo puro e duro muitas vezes impera.

## **1. Relevância do tema**

Face à dimensão do fenómeno, o objecto deste trabalho é explorar particularmente os episódios revestidos de reais e supostas motivações políticas e especialmente quando o alvo dos raptos são os estrangeiros.

Segundo os dados seleccionados a partir da Global Terrorism Database organizada pelo National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism (START) da Universidade de Maryland nos Estados Unidos da América (EUA), entre 1970 e 2013 ocorreram no mundo 7.679 raptos, sequestros e tomadas de reféns com motivações políticas que resultaram na captura e retenção de 72.204 reféns.

São crimes que atingem particularmente as populações domésticas. Na quantificação mundial do fenómeno, o rapto de estrangeiros é marginal em termos numéricos: segundo a GTD, entre 2003 e 2013 num total de 26.425 reféns, 378 eram estrangeiros. Porém, ao mesmo tempo, os estrangeiros, e especialmente os Ocidentais, tornaram-se alvos preferenciais devido à forte rentabilidade que geram e contra seu

grado contribuem activamente como um dos mecanismos de financiamento do terrorismo e sua promoção. Um refém estrangeiro é uma “mercadoria” que tem um valor exponencialmente superior a um refém doméstico. Também o refém estrangeiro provoca um maior impacto mediático e consequentemente um superior empenhamento político no país de origem. Tal leva por vezes a que um governo adapte as suas políticas face a este fenómeno, como recentemente aconteceu nos EUA.

Por sua vez o efeito de “cópia” (*copycatting*, na terminologia norte-americana para os crimes seriais que ocorrem com base na cópia de outros) tem gerado a proliferação destes actos por várias organizações terroristas no globo, atraídas pelo efeito mediático e pela forte rentabilidade gerada com os reféns.

Esta ameaça global também atingiu Portugal, sendo que as crises foram quase sempre geridas de forma improvisada, mas eficaz. As negociações para as libertações de reféns portugueses estiveram, todavia, sempre envoltas por uma *omerta* apenas decriptada em parte quando ouvidos os responsáveis dos raptos, tal como demonstraram, por exemplo, os episódios ocorridos no enclave de Cabinda.

Em suma, temos assim uma ameaça que necessita impreterivelmente de ser investigada a nível global e específico.

Uma grande parte dos estudos sobre esta matéria baseia-se apenas na contabilização e interpretação estatística do fenómeno, alheando-se por conseguinte das particularidades conexas, mas fundamentais, para uma melhor compreensão do fenómeno. Tal compreensão permitiria desenvolver mecanismos para precaver a ameaça.

Além disso, em termos globais os paradigmas na qualificação e condenação dos crimes de raptos, sequestros e tomada de reféns expostos nos acordos, protocolos, resoluções e memorandos colidem com as incongruências fomentadas por políticas pontuais unilaterais que, por sua vez, esbarram com frequência com a Lei.

Por outro lado, a aplicabilidade da legislação existente, frequentemente integrada nas leis de combate ao terrorismo, tal como vários acordos, convenções específicas internacionais, esbarra por vezes na problemática plurifacetada deste fenómeno.

Com base nos paradigmas em que se enquadram os raptos, sequestro e tomada de reféns e com base na identificação das incongruências, poderá ser possível fornecer um contributo para a uniformização das posturas internacionais face à ameaça crescente.

A relevância do tema deste trabalho esbarra contudo na falta de bibliografia em Portugal sobre esta matéria específica. E com ela sofre. O que também é grave porque um refém é alguém que foi/é, muitas vezes violentamente, privado da sua liberdade e transformado em “objecto” e “mercadoria”, contrariando assim o princípio que *“todos têm direito à liberdade e à segurança”*, patente no art. 27º da Constituição da República Portuguesa (CRP). E também contraria o art. 3º da Declaração Universal dos Direitos do Homem que estabeleceu que *“todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”*, tal como o art. 9º que refere que *“ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado”*. Merecendo assim o fenómeno uma atenção particular.

## 2. Nota metodológica

A presente dissertação segue a metodologia habitualmente empregue na investigação em Ciências Sociais.

Recorreu-se ao jornalismo de investigação, com a necessária adaptação ao rigor académico exigido, nomeadamente uma atenção acrescida às fontes.

Socorremo-nos igualmente do Direito e olhamos a sua alçada e as lacunas existentes nos vários domínios da regulação jurídica que mesmo assim tão precisa é. Não o fazemos senão em termos indicativos, sugerindo direcções ao indicar falhas. Na verdade, esperamos fornecer um modesto contributo que possa ser útil aos legisladores, embora não seja esta a nossa finalidade, visto tratar-se de um trabalho académico aquilo que levamos a cabo.

Consideramos também a base de dados Global Terrorism Database (GTD) organizada pela START na Universidade de Maryland nos Estados Unidos da América que efectuou uma recolha quantitativa dos episódios qualificados como terroristas entre 1970 e 2013. Nesta base, seleccionamos apenas os episódios especificamente aqui

retratados, confrontando estes dados com informações e pareceres que complementam as informações da GTD.

Face às múltiplas realidades que porventura podemos apelidar de ontológicas que revestem os conceitos Raptos, Sequestros e Tomada de Reféns, confrontamos as referências bibliográficas com entrevistas de agentes directos nesta problemática.

Foi efectuada uma abordagem qualitativa, em que confrontamos a dimensão subjectiva das informações recolhidas com o comportamento dos actores e organizações envolvidas nos episódios referidos.

Tendo em conta que o autor deste trabalho é jornalista deste 1985 e licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais, este trabalho centrou-se fundamentalmente na mutação dos episódios globais e suas consequências políticas transnacionais. Tratando-se de uma dissertação do Mestrado em Direito e Segurança, foi impreterivelmente necessária uma abordagem aos aspectos legais que envolvem este tema.

Face à dimensão e multiplicidade dos fenómenos abordados, seleccionamos os episódios mais pertinentes, simbólicos e marcantes que, a nosso ver, contribuíram para a consciencialização colectiva das ameaças inerentes aos raptos, sequestros e tomadas de reféns. Fazemo-lo sempre, à partida logo em modo analítico, por assim dizer, periodizando e contextualizando, em termos conjunturais, aquilo que vamos trazendo à baila. Tivemos também em consideração a contextualização dos episódios e alterações sofridas resultantes das mudanças políticas globais que marcaram a segunda metade do século XX e início do século XXI. Apesar de ser abordada uma problemática de dimensão planetária, demos também uma particular atenção ao fenómeno em Portugal ou implicando cidadãos nacionais.

### **3. Problemas encontrados durante a investigação**

O primeiro problema encontrado foi a escassa bibliografia sobre o tema em Portugal, tal como já referimos. Os poucos trabalhos existentes centram-se fundamentalmente no rapto de menores, que não é matéria deste estudo que aqui

levamos a cabo. Existe também alguma bibliografia com testemunhos de ex-reféns, assim como artigos de imprensa que abordaram as crises de reféns portugueses expatriados e os casos mais mediáticos de reféns estrangeiros. A falta de bibliografia sobre esta matéria apenas se pode justificar pelo número reduzido de incidentes de portugueses expatriados vítimas de raptos. E, porventura, pela complexidade de um tema que se presta às mais díspares interpretações.

De facto, a investigação sobre a temática de raptos de expatriados obriga a investigar e abordar temáticas conexas como a definição de terrorismo e negociações com terroristas, temas considerados como matérias sensíveis e frequentemente protegidas pelo Segredo de Estado e Segredo de Defesa. Noutros casos, a confidencialidade dos mecanismos e métodos de negociação é vedada voluntariamente pelos intervenientes. Mas há mais. O contacto com os raptos demonstrou-se também complexo pela gravidade da acção, mas também porque alguns raptos foram entretanto amnistiados num quadro nacional e silenciado os crimes praticados, o que levava a que preferissem permanecer em silêncio sobre a matéria. Mesmo assim, foi possível obter testemunhos completos quanto aos exemplos que abordamos.

Também a obtenção do testemunho de ex-reféns e famílias foi por vezes complexo. Existe um marcante pudor em falar sobre o assunto. Por outro lado, o silêncio é frequentemente solicitado ou imposto pelos agentes estatais. Neste caso, o silêncio solicitado está frequentemente relacionado com a estratégia adoptada na negociação para a libertação dos reféns mediante o eventual pagamento de resgates, em que os agentes estatais possam ter agido como intermediários.

#### **4. Síntese dos capítulos**

Organizamos a presente dissertação em seis capítulos.

O presente capítulo, Capítulo I, corresponde à Introdução. Aqui, para além da introdução ao tema, exploramos a sua relevância. Referimos algumas questões metodológicas e indicamos alguns problemas com que nos deparamos. E fazemos uma síntese dos capítulos.

As definições das problemáticas abordadas na presente dissertação são consideradas fundamentais. Assim, o Capítulo II concentra-se nas definições, aborda também as várias caracterizações de raptos, assim como as incongruências relativamente à dicotomia militares reféns *versus* prisioneiros de guerra.

Um panorama histórico internacional, abordado no Capítulo II, foi indispensável desenvolver permitindo uma compreensão e percepção da dimensão do fenómeno, mas também das motivações na prática dos crimes de rapto, sequestro e tomada de reféns. Neste capítulo, abordamos igualmente a evolução dos Acordos e Convenções internacionais, assim como apresentamos quantitativamente as mutações do fenómeno em três períodos políticos que consideramos marcantes em termo mundiais. No mesmo capítulo, é analisada ainda a problemática referente ao pagamento de resgates.

Devido a dimensão da problemática, optamos por a circunscrever no tempo, episódios após o fim Segunda Grande Guerra, efectuando contudo um sobrevoo dos problemas precedentes a este marco e que contribuíram na consciencialização geral face à problemática. A partir da visão global dirigimo-nos para uma observação nacional.

Assim, de um âmbito global passamos para a particularidade portuguesa no Capítulo III. Para além de um panorama histórico global nacional, desenvolvemos o exemplo dos raptos de cidadãos nacionais no enclave de Cabinda. Terminamos este capítulo com um sucinto paralelo da legislação portuguesa e outras legislações referentes à temática desta dissertação.

Fenómenos, alternativas e actores conexos ao tema são expostos no Capítulo V em que abordamos o Síndrome de Estocolmo, a privatização da resolução das crises aqui abordadas, a alternativa militar, a complexa questão do envolvimento das famílias de reféns e da catalogação das vítimas. Terminamos o capítulo abordando a questão da nefasta ou positiva mediatização dos raptos, sequestros e tomada de reféns.

Por fim, o Capítulo VI apresenta as nossas conclusões. Seguem-se depois a Bibliografia e os Anexos.





## CAPÍTULO II: Definições e Abordagens

### 1. Refém

Na linguagem do quotidiano, a palavra “refém”, infelizmente, vulgarizou-se. O termo é utilizado em muitos contextos em que quase tudo pode ser refém: um governo refém de um parlamento; uma população refém de um sindicato durante as greves; um cliente refém de uma empresa. A palavra popularizou-se e tornou-se muitíssimo abrangente, mas sem contudo perder em termos da abrangência específica do seu significado etimológico original.

A etimologia pode ter aqui utilidade, ao delinear com clareza a abrangência semântica pretendida nos quadros da primeira utilização do termo. A palavra “refém” tem origem na palavra do árabe andaluz: “rahn”, que significa precisamente “refém”, mas também “prenda” ou “penhor” e o primeiro registo conhecido data de 1297 (*Dicionário do Português Atual Houaiss*, 2011, p. 1988). A convergência destes termos aparentemente díspares torna-se clara uma vez estes repostos no seu contexto. Tal como está intrinsecamente presente na etimologia da palavra, um “refém” era a garantia ou caução para a execução de uma promessa ou de um tratado. A utilização da mesma palavra está ainda hoje associada a “garantia” ou “caução”, que podem ter o formato de resgates, execução de chantagens, pressões ou de outro tipo de actos ilícitos.

Segundo a definição patente no *Dicionário do Português Atual Houaiss* (2011, p. 1988) “refém” é

*“pessoa importante, cidade, praça de guerra etc. tomada ou entregue ao inimigo como garantia de execução de certas injunções, convenções, tratados etc. Em situações extremas, aquele que fica, contra sua vontade, em poder de outrem, como garantia de que alguma coisa será feita.”*

Consultando também o *Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora (2009, p. 1358), refém é a *“pessoa ou povoação que fica em poder do inimigo como*

*garantia da execução ou cumprimento de um acordo ou tratado*”, mas também “*pessoa que é aprisionada e mantida como garantia até as exigências do raptor serem satisfeitas*”. Tal como quaisquer outras, estas definições podem ser tidas como meramente parciais. São no entanto indicativas, no que ao domínio que aqui tratamos dizem respeito.

Apesar do fenómeno de raptos ser antigo, a sua tipificação jurídica é recente e, à semelhança do terrorismo, não consegue obter unanimidade internacional na sua definição. Não o logra decerto devido a processos históricos que caracterizaram as construções dos Estados e lutas ideológicas, particularmente após 1945, em que reféns, prisioneiros e retidos eram sinónimos, segundo as doutrinas de movimentos independentistas e guerrilhas.

O que não pode nem deve ser factor impeditivo, pois há, no entanto, enquadramentos juridicamente convergentes que importa sublinhar. Talvez valha a pena progredir aqui do mais geral para o particular. Um refém é alguém que foi privado da liberdade, contrariando o art. 3 da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, referente aos Direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal, que estabelece que “*Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal*”. Negá-las contraria também o art. 9º referente à Proibição da prisão, detenção ou exílio arbitrário: “*Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado*”. E ainda o art. 5º: “*Ninguém pode ser submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes*”.

O mesmo direito à liberdade e segurança está igualmente patente nos números 1 e 2 do art. 27º da CRP, um ponto ao qual convém dar o devido destaque:

- “1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.
2. Ninguém pode ser privado da liberdade a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.”

É de relevar, ainda, a existência de algumas declarações com valor jurisprudencial. Uns poucos exemplos valerão por todos. Segundo o que ficou patente no art. 1º da Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, adoptada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a 17 de Dezembro 1979,

“refém” é toda a pessoa que for presa, detida, ameaçada de morrer, ferida, com a finalidade de obrigar terceiros a uma acção como condição explícita ou implícita para a sua libertação.

Também os jurisconsultos se pronunciaram em sentido assaz semelhante. Por exemplo, para Armando José Dias Correia (2011, pp. 396-397),

*“uma pessoa ou uma entidade ficam reféns de uma situação quando não podem agir segundo a sua vontade, mas sim segundo a vontade de outrem. (...) Normalmente está associado um elevado risco vital para a pessoa, entidade ou Estado, assim como a possibilidade de uso da força.”*

Tal como, de resto, têm escrito muitos *opinion makers*. De forma pragmática, a jornalista Dorothée Moisan (2013, p. 11) define que *“um refém é uma mercadoria. Nem mais nem menos. Ele não tem valor, mas tem um preço”*. Por outro lado, o jurista e presidente da Associação Francesa das Vítimas do Terrorismo (AfVT), Guillaume de Saint Marc (2015)<sup>1</sup>, explica que no caso francês *“um refém político é considerado, legalmente, como uma ‘vítima civil de guerra fora da guerra’, do mesmo modo que as vítimas do terrorismo, tal está patente nos decretos do Serviço dos Antigos Combatentes, estando assim ao abrigo do Código das Vítimas de Guerra. Uma designação que foi criada após a primeira guerra mundial”* Guillaume de Saint Marc defende também que *“é necessário que os textos sejam claros porque um refém político é sempre uma vítima do terrorismo dado que o rapto político trata-se de um acto terrorista. Apesar de existir uma grande dificuldade para definir terrorismo o acto terrorista não gera qualquer polémica”*.

Tendo este enquadramento em vista, em que ficamos? Em suma, a palavra “refém” está directamente associada ao acto que leva um indivíduo a ser privado de liberdade pela acção de uma “tomada de reféns”, “rapto” ou “sequestro” – termos esses que, por conseguinte, também é necessário definir.

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada em Paris a 22 de Abril de 2015. Neste como nos outros casos que se seguem, consultar a bibliografia incluída no final.

## 2. Rapto e raptos

A fim de evitar colisões com as definições patentes em várias legislações internacionais, convenções e protocolos, privilegiámos a definição portuguesa do crime de rapto.

Deste modo, o crime de rapto está previsto no art. 161º do *Código Penal* português (CP):

*“quem, por meio de violência, ameaça ou astúcia, raptar outra pessoa com a intenção de: a) Submeter a vítima a extorsão; b) Cometer crime contra a liberdade e autodeterminação sexual da vítima; c) Obter resgate ou recompensa; ou d) Constranger a autoridade pública ou um terceiro a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade; é punido com pena de prisão de dois a oito anos.”*

A tipificação dos raptos pode encontrar várias molduras. Uma é a que está patente na Lei dos actos de Terrorismo, art. 2º (Lei nº 52/2003 de 22 de Agosto, actualizada pela Lei nº17/2011 de 3 de Maio) referente a Organizações terroristas:

*“1 - Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante: a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas (...).”*

No rapto, o “bem jurídico tutelado é, tal como no tipo legal de sequestro, a liberdade de locomoção”, refere Américo Taipa de Carvalho (2012, p. 694) <sup>2</sup>. No seguimento dessa anotação, o autor distingue rapto de sequestro:

---

<sup>2</sup> As citações de Américo Taipa de Carvalho dizem respeito não a um texto em particular, mas sim a várias anotações que surgem ao longo do *Comentário Conimbricense do Código Penal*. Por essa razão, não foi possível assinalar na Bibliografia qualquer título de um texto da sua autoria, o que nos levou a colocar apenas a indicação do autor seguida do nome do director do referido *Comentário*.

*“o que caracteriza e distingue o rapto do sequestro é a conduta e os meios de a praticar. A conduta de rapto pressupõe e exige (diferentemente do sequestro) a transferência da vítima de um lugar para outro diferente. Na generalidade dos casos, a conduta assume a forma de acção. A segunda diferença está nos meios: violência, ameaça ou astúcia (...), diferentemente do crime de sequestro que não tipifica os meios, utilizando a clausula geral “de qualquer forma de privar da liberdade.”*

### **3. Sequestro**

Sequestro é um crime previsto no artigo 158º, nº 1 do CP como *“quem detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa, ou de qualquer forma a privar da liberdade, é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa”*. Estabelece ainda no nº 2 do mesmo artigo o agravamento do crime se *“b) For precedida ou acompanhada de ofensa à integridade física grave, tortura ou outro tratamento cruel, degradante ou desumano”*. No nº 3 do mesmo artigo refere que *“se da privação da liberdade resultar a morte da vítima o agente é punido com uma pena de prisão de 3 a 15 anos”*.

Segundo Maia Gonçalves (2005, p. 565), *“o crime de sequestro consuma-se no momento em que o sujeito passivo fica ilegalmente privado da sua liberdade ambulatoria”*. Maia Gonçalves precisa que o sequestro *“é um crime permanente, pelo que a execução perdura enquanto persiste a resolução criminosa do agente e ao ofendido não é restituída a plena liberdade ambulatoria”*. Do mesmo modo, Maia Gonçalves (p. 566) esclarece que *“o crime de sequestro visa proteger, fundamentalmente, a liberdade individual, sendo essa liberdade a liberdade física, o direito de não ser aprisionado, encarcerado ou de qualquer modo fisicamente confinado a determinado espaço”*.

Maia Gonçalves explica também que *“o crime de sequestro é de execução não vinculada, no sentido de que o agente não precisa de praticar actos de uma espécie determinada, bastando que leve a cabo uma actividade que possa considerar-se meio adequado para privar outrem do seu jus ambulandi”* (p. 566).

Com a condenação de sequestro, o bem jurídico que se pretender proteger é o direito de locomoção, isto é, “*a liberdade física ou corpórea de mudar de lugar, se deslocar de um sítio para o outro*” (Gonçalves, 2005, p. 567).

Baseados nas definições dos crimes, a tipificação do crime de “sequestro” e “rapto” difere no Código Penal português e brasileiro.

O Código Penal português diferencia “rapto” de “sequestro”, respectivamente no art. 161º e no art. 158º CP. De forma diferente, procederam os legisladores brasileiros. No Código Penal brasileiro, na sua revisão em 2005, o crime de “Rapto violento ou mediante fraude” previsto no artigo 219º foi revogado e passou a integrar o artigo 148º: “*Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado*”. Os motivos desta supressão são referentes à atribuição a rapto de um crime com fins libidinosos, tal como estava patente antes da revisão.

Assim, no quadro jurídico brasileiro raptar significava sequestrar, privando a vítima de liberdade com um fim libidinoso. Neste contexto, foi optado incluir o crime de rapto na tipificação de sequestro como uma privação da liberdade, pretendendo deste modo proteger globalmente a liberdade individual. Consequentemente, o crime de “sequestro ou cárcere privado” abrange todos os crimes anteriormente previstos em “rapto”.

#### **4. Tomada de reféns**

Na tomada de reféns, a legislação portuguesa harmoniza-se com a Convenção Internacional sobre a Tomada de Reféns. Para essa legislação remetem várias anotações, uma das quais de Américo Taipa de Carvalho( 2012, p. 694):

*“O que singulariza a tomada de reféns é o facto de, neste crime, a vítima (principal, isto é, o refém, pois que há outra vítima que é a pessoa vítima de coação) ser reduzida ao papel de puro objecto ou instrumento. (...) nos casos de rapto com a intenção ou finalidade de constranger um terceiro a um determinado comportamento (...), o que vai decidir pela qualificação como*

*tomada de reféns ou rapto é a existência ou inexistência de uma motivação política, ideológica, filosófica ou confessional.”*

Também o nº 1 do artigo 162º do CP português tipifica nos seguintes moldes o crime da Tomada de Reféns:

*“Quem, com intenção de realizar finalidades políticas, ideológicas, filosóficas ou confeccionais, sequestrar ou raptar outra pessoa, ameaçando matá-la, infligir-lhe ofensas à integridade física graves ou mantê-la detida, visando uma forma de constranger um Estado, uma organização internacional, uma pessoa colectiva, um agrupamento de pessoas ou uma pessoa singular a uma acção ou omissão, ou suportar uma actividade, é punido com pena de prisão de dois a dez anos.”*

No âmbito internacional, a Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, adoptada pela Assembleia Geral da ONU a 17 de Dezembro 1979, definiu no art. 1º:

*“Pratica uma infracção de tomada de reféns, nos termos da presente Convenção, todo aquele que se apodere de uma pessoa (adiante designada por “refém”), ou a detenha e ameace matá-la, feri-la ou mantê-la detida com o fim de coagir um terceiro, seja um Estado, uma organização internacional intergovernamental, uma pessoa física ou jurídica ou um grupo de pessoas, a cometer uma acção ou dela se abster, como condição explícita ou implícita para a libertação do refém.”*

## **5. Resgates**

Tendo em conta que aos olhos dos raptadores, independentemente de pertencerem a uma organização terrorista ou criminosa, um refém é uma “mercadoria” que consequentemente está associada a um valor, o resgate é uma das contrapartidas exigidas pelos raptadores, por via de regra aquela que permitirá a libertação de reféns.

O resgate pode então assumir várias formas. As mais comuns traduzem-se pelo pagamento de uma soma estabelecida ou através de concessões políticas. Pode ser também fornecimento de armamento. Existem, contudo, casos de os resgates exigidos

terem sido ajudas humanitárias, estando todavia enquadradas em exigências formuladas por organizações terroristas e guerrilhas.

Não existindo uma moldura legal que tipifique precisamente o pagamento de um resgate como crime, o resgate exigido pelos raptos poderá ser encarado como um crime de “extorsão” patente no nº 1 do art. 223 do CP:

*“Quem, com intenção de conseguir para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger outra pessoa, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, a uma disposição patrimonial que acarrete, para ela ou para outrem, prejuízo é punido com pena de prisão até cinco anos.”*

Segundo Maia Gonçalves (2002, p. 740):

*“são elementos constitutivos do crime de extorsão: a) emprego de violências ou ameaças, ou a colocação da vítima na impossibilidade de resistir; b) constrangimento, daí resultante, a uma disposição patrimonial que acarrete prejuízo para a vítima ou para terceiros; e c) intenção de conseguir para si o para terceiro um enriquecimento ilícito.”*

As especificidades avançadas por Maia Gonçalves caracterizam, a nosso ver, as condições em que um raptor exige o pagamento de um resgate quando este tem uma forma financeira.

No entanto, como defendem algumas correntes, e particularmente a ONU que alinha nas posições norte-americanas, inglesas e argelinas, o pagamento de um resgate pode ser encarado como um meio de financiamento do terrorismo. Também aqui há alguma jurisprudência produzida por jurisconsultos influentes. Por exemplo, David Scharia (2015)<sup>3</sup>, jurista israelita e director executivo do Comité Contraterrorista do Conselho de Segurança da ONU<sup>4</sup>, defende que o pagamento de resgates pode contribuir para o prosseguimento de acções de raptos e tomadas de reféns, assim como contribuir para o financiamento do terrorismo, consequentemente punido por lei.

---

<sup>3</sup> Entrevista telefónica realizada a 20 de Abril de 2015.

<sup>4</sup> David Scharia é também autor do livro *Judicial Review of National Security* (2015). Entrevista telefónica realizada a 20 de Abril de 2015.



E entre nós? No quadro jurídico português, a Lei de Combate ao Terrorismo (Lei nº 52/2003, de 22 de Agosto) no ponto 1 do art. 5º-A qualifica como crime o financiamento do terrorismo:

*“Quem, por quaisquer meios, directa ou indirectamente, fornecer, recolher ou detiver fundos ou bens de qualquer tipo, bem como produtos ou direitos susceptíveis de ser transformados em fundos, com a intenção de serem utilizados ou sabendo que podem ser utilizados, total ou parcialmente, no planeamento, na preparação ou para a prática dos factos previstos no n.º 1 do artigo 2.º, ou praticar estes factos com a intenção referida no n.º 1 do artigo 3.º ou no n.º 1 do artigo 4.º, é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos.”*

Na mesma lei, o art. 6 alarga a responsabilidade penal das pessoas colectivas e equiparadas, abrangendo assim empresa privadas que podem operar como intermediários na operação de pagamentos de resgates: *“As pessoas colectivas e entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais, pelos crimes previstos na presente lei”*.

Com o envolvimento frequente de empresas privadas nas negociações para o pagamento de resgates, sejam estas as empresas cujos funcionários foram ou são vítimas de rapto para resgate, ou empresas privadas de segurança ou seguros, muitas vezes envolvidas na negociação do valor dos resgates para a libertação de um ou mais reféns, a Lei do combate ao branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo (Lei nº 25/2008, de 05 de Junho) refere a sua aplicação a entidades financeiras e não financeiras no ponto 1 do art. 17º referente a Dever de Abstenção: *“As entidades sujeitas devem abster-se de executar qualquer operação sempre que saibam ou suspeitem estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento ou de financiamento do terrorismo”*.

Tal como será verificado no que iremos abordar posteriormente, não existe um consenso real quanto ao pagamento de um resgate. O resgate tanto pode ser interpretado pragmaticamente como um meio de financiamento de organizações criminosas e terroristas, como também a última alternativa para a preservação de uma vida humana.

## 6. Tipos de rapto

Segundo a maioria dos autores, a tipificação de raptos varia segundo as motivações dos criminosos. Por outro lado, a panóplia de caracterização dos raptos também muda segundo o método e óptica de cada autor.

Nas qualificações deste crime, é frequente agrupar rapto, sequestro e tomada de reféns, tendo em conta que a vítima, nestes três casos, é um sempre um refém ou mais reféns, ou seja, um indivíduo ou indivíduos que foram privados da sua liberdade.

Ernest Kahlar Alix, autor de um dos primeiros estudos sobre o fenómeno, intitulado *Ransom Kidnapping in América / 1874-1974 – The Creation of a Capital Crime* e publicado em 1978, identificou 15 categorias de crimes de raptos segundo as motivações, que seguramente vale a pena aqui arrolar:

- 1) Escravidão branca: tipificado como tráfico de seres humanos;
- 2) Situações de reféns: quando os reféns servem de escudo durante uma acção criminal tal como um assalto;
- 3) Roubo de crianças;
- 4) Raptos em relações domésticas: quando uma criança é subtraída a um dos progenitores por outro progenitor, habitualmente durante uma acção de divórcio;
- 5) Rapto para violação ou abuso sexual;
- 6) Rapto para assassinato: em casos de *serial killers*, assassinos a soldo, terroristas ou inimigos da vítima;
- 7) Rapto para roubo: quando a vítima é raptado para ser despojada dos seus bens;
- 8) Rapto Romântico: quando um/a menor acompanha o “raptor/a” após recusa parental da relação;
- 9) Pirataria aérea;

10) Falso rapto para resgate deliberadamente encenado para esconder outro propósito: em casos de homicídio, extorsão financeira à própria família ou sócios, fuga de menores ou provocado por celebridades em busca de publicidade gratuita;

11) Rapto infrutífero para resgate: quando depois de planificado, o rapto não é executado ou a operação de rapto é abortada na sequência do pagamento antecipado do resgate;

12) Ameaça para extorsão: quando é efectuada ameaça de rapto para percepção de resgates;

13) Desenvolvimento de rapto para resgate: conjunto dos dois casos precedentes, quando um rapto acontece durante uma outra operação sendo seguida de um pedido de resgate ou quando reféns servem de escudos humanos durante uma fuga;

14) Rapto para resgate clássico: quando um rapto é efectuado com o propósito da obtenção de resgate;

15) Miscelânea de raptos: quando, nos exemplos precedentes, excepto no ponto 14, é omitido ou existem dúvidas sobre os propósitos da acção e escolha da vítima.

Apesar do valor do trabalho precursor de Ernest Kahlar Alix, o seu estudo baseou-se apenas numa contabilização dos raptos domésticos nos Estados Unidos reportados pela imprensa. No mesmo levantamento, Ernest Alix também não diferencia rapto de sequestro ou tomada de reféns.

Michael Newton (2002, p. 156) considera também que o que Ernest Alix qualificou como “Rapto Romântico” não deve ser considerado como rapto, dado que há consentimento da “vítima” e a mesma não é forçada (desde que não se trata de alguém menor ou de alguém que, por uma qualquer outra via, seja juridicamente considerada como incapaz de tomar decisões). Também o “Rapto infrutífero” não poderá ser considerado como “rapto” porque o crime não foi efectivado de facto.

As variações são muitas, num domínio pouco harmonizado, havendo quem prefira debruçar-se sobre motivações ao invés de olhar a finalidades. É a opção de Gérard Desmaretz (2007) que identificou quatro categorias motivacionais quanto à natureza de uma tomada de reféns e rapto:

1) Direito Comum (quando o motivo do crime assenta num qualquer interesse económico ou pessoal);

2) Político;

3) Psiquiátrico;

4) Diversos (Desmaretz cita como exemplo passageiros insatisfeitos que recusam sair de um avião para forçar a companhia aérea a reembolsar uma parte dos bilhetes).

Mas, mesmo quando as questões são olhadas deste ângulo, os consensos escasseiam. Para a companhia de seguros inglesa Catlin Group sediada nas Bermudas, especializada em *Kidnap for Ransom* (KFR), existem seis tipos de raptos:

1) Rapto para resgate tradicional: quando o objectivo do rapto é exclusivamente o resgate;

2) Rapto Expresso;

3) Rapto Tigre: nome atribuído pela atitude “predadora” e calculista dos criminosos, tendo como vítimas dirigentes ou funcionários de bancos, mas também famílias;

4) Rapto Político/Terrorista;

5) Extorsão ou rapto virtual;

6) Detenção ilegal: quando não envolve pedido de resgate, frequente nas disputas pela custódia de filhos em casos de divórcio, mas também nos crimes de casamentos forçados, prostituição, trabalho escravo e predação sexual.

Alguma cristalização jurídico-normativa parece em todo o caso estar em curso. Segundo o *United Nations Counter-Kidnapping Manual*, elaborado em 2005 pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), as motivações para a efectivação de raptos, assim como os resultados pretendidos pelos criminosos e terroristas envolvidos varia significativamente. No entanto, estas variantes nem sempre estão previstas na Lei.

O referido Manual da UNODC discrimina como os raptos mais comuns:

- 1) Rapto para extorsão (exigência de resgate, influenciar decisões em negócios ou obter vantagens comerciais);
- 2) Raptos com propósitos políticos ou ideológicos;
- 3) Raptos entre ou no interior de grupos criminosos;
- 4) Raptos associados a disputas domésticas ou familiares;
- 5) Raptos com vista a exploração sexual;
- 6) Raptos efectuados durante ou para executar outra acção criminal (frequente durante um assalto);
- 7) Rapto falso ou fraudulento: quando a vítima é autor ou co-autor da acção com o objectivo de obter proveitos ou benefícios da acção.

No mesmo Manual, a UNODC faz alusão também a raptos de carácter nacional ou regional associados a práticas rituais socioculturais, cultos ou ritos de passagem. Refere ainda os novos métodos e tipos de raptos utilizados por grupos criminosos, tais como:

- 1) Rapto Expresso: muito comum na Venezuela, México e Brasil em que a vítima é raptada por períodos de tempo curtos, mas suficientes para os criminosos exigirem e eventualmente obterem algumas concessões ou pequenos resgates;
- 2) Rapto Virtual: quando não existe de facto um rapto, mas os criminosos sugerem que este ocorreu e exigem o pagamento de resgates; com alguma frequência, o portador do pagamento de resgate é raptado e nova exigência de resgate é lançada;
- 3) Venda da vítima de rapto: o grupo que efectua o rapto vende o refém a um grupo que tem maior capacidade ou experiência em negociações.

Por razões evidentes, preferimos enquadrar os casos que abordamos neste estudo introdutório num quadro comparativamente mais juridificado. O presente trabalho estuda particularmente dois tipos de raptos citados no Manual da UNODC: Rapto para

extorsão e Raptos com propósitos políticos ou ideológicos, especialmente quando o alvo/vítima são expatriados.

## **7. Dicotomia militares reféns/prisioneiros de guerra**

Em 2006 o soldado israelita Gilad Shalit foi capturado em Kerem Shalom junto à fronteira com a Faixa de Gaza por um comando do Hamas que o transfere para Gaza. Após complexas negociações, Gilad Shalit foi libertado em 2011 após Israel ter aceite reciprocamente, libertando 1027 prisioneiros palestinos. Durante o período de cativo, Gilad Shalit foi apresentado por Israel como um “refém” do Hamas.

Em Junho de 2009, o soldado norte-americano Bowe Robert Bergdahl foi dado como desaparecido no Afeganistão. A informação transmitida sublinha que Bergdahl tinha sido “raptado” pelo grupo Haqqani, presente no Afeganistão e Paquistão. Cinco anos depois, Barack Obama dá o aval para sejam estabelecidas negociações que visassem a libertação de Bergdahl. O soldado americano foi libertado após a libertação de cinco chefes talibãs exigida pelos raptadores.

Este episódio gerou uma viva polémica nos EUA e o Partido Republicano acusou o presidente americano de ter negociado com terroristas a libertação de um falso refém, tendo em conta que, como confirmaram investigações, Bergdahl tinha sido capturado pelo Haqqani após ter desertado.

Em resposta, a Administração Obama nunca referiu o grupo Haqqani mas apenas “talibãs” como os autores do “rapto” e com quem foi negociada a libertação de Bergdahl. No entanto, em 2012, a Secretária de Estado Hillary Clinton incluía o Haqqani na lista norte-americana das organizações terroristas. Em causa estava negociar a libertação de um suposto “refém” com uma organização terrorista ou negociar a libertação de um soldado prisioneiro de uma força inimiga.

Os casos Shalit e Bergdahl levantam a questão de lograr um apuramento de um problema que não é fácil de resolver, dada esta marcada ausência de regulação consensual e de definições: a de saber se um militar pode ser considerado um “refém”

das forças inimigas ou se é um “prisioneiro de guerra”. Uma questão que podemos, e devemos, começar a equacionar com algum pormenor.

A Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativa à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais estabeleceu o seguinte no Protocolo I, art. 1º:

*“4 – (...) estão incluídos os conflitos armados em que os povos lutam contra a dominação colonial e a ocupação estrangeira e contra os regimes racistas no exercício do direito dos povos à autodeterminação, consagrado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Relativa aos Princípios do Direito Internacional Respeitante às Relações Amigáveis e à Cooperação entre os Estados nos termos da Carta das Nações Unidas.”*

O art. 43º (Forças Armadas) da mesma Convenção referente ao Estatuto do combatente e do prisioneiro de guerra estabelece que:

*“1 - As forças armadas de uma Parte num conflito compõem-se de todas as forças, grupos e unidades armadas e organizadas, colocadas sob um comando responsável pela conduta dos seus subordinados perante aquela Parte, mesmo que aquela seja representada por um governo ou uma autoridade não reconhecidos pela Parte adversa. Essas forças armadas devem ser submetidas a um regime de disciplina interna que assegure nomeadamente o respeito pelas regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados.*

*2 - Os membros das forças armadas de uma Parte num conflito (que não o pessoal sanitário e religioso citado no artigo 33.º da Convenção III) são combatentes, isto é, têm o direito de participar directamente nas hostilidades.*

*3 - A parte num conflito que incorpore, nas suas forças armadas, uma organização paramilitar ou um serviço armado encarregado de fazer respeitar a ordem, deve notificar esse facto às outras Partes no conflito.”*

No art. 44º referente aos combatentes e prisioneiros de guerra, precisa que:

*“1 - Qualquer combatente, nos termos do artigo 43.º, que cair em poder de uma Parte adversa, é prisioneiro de guerra.*

*2 - Se bem que todos os combatentes devam respeitar as regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados, as violações dessas regras não privam um combatente do direito de ser considerado como combatente ou, se cair em poder de uma Parte adversa, do direito de ser considerado como prisioneiro de guerra, salvo nos casos previstos nos n.os 3 e 4.*

*5 - O combatente que cair em poder de uma Parte adversa quando não estiver a participar num ataque ou numa operação militar preparatória de um ataque, não perde, pelas suas actividades anteriores, o direito a ser considerado como combatente e prisioneiro de guerra.”*

O art. 4º da Convenção III estabelece seis categorias de quem pode beneficiar do estatuto de prisioneiro de guerra:

*“A. São prisioneiros de guerra, no sentido da presente Convenção, as pessoas que, pertencendo a uma das categorias seguintes, tenham caído em poder do inimigo:*

*1) Os membros das forças armadas de uma Parte no conflito, assim como os membros das milícias e dos corpos de voluntários que façam parte destas forças armadas;*

*2) Os membros das outras milícias e dos outros corpos de voluntários, incluindo os dos outros corpos de voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, pertencentes a uma Parte no conflito operando fora ou no interior do seu próprio território, mesmo se este território estiver ocupado, desde que estas milícias ou corpos voluntários, incluindo os dos movimentos de resistência organizados, satisfaçam as seguintes condições: a) Ter à sua frente uma pessoa responsável pelos seus subordinados; b) Ter um sinal distinto fixo que se reconheça à distância; c) Usarem as armas à vista; d) Respeitarem, nas suas operações, as leis e usos de guerra.*

*3) Os membros das forças armadas regulares que obedeçam a um Governo ou a uma autoridade não reconhecida pela Potência detentora;*

*4) As pessoas que acompanham as forças armadas sem fazerem parte delas, tais como os membros civis das tripulações dos aviões militares, correspondentes de guerra, fornecedores, membros das unidades de trabalho ou dos serviços encarregados do bem-estar das forças armadas, desde que tenham recebido*



*autorização das forças armadas que acompanham, as quais lhes deverão fornecer um bilhete de identidade semelhante ao modelo anexo;*

*5) Membros das tripulações, incluindo os comandantes, pilotos e praticantes da marinha mercante e as tripulações da aviação civil das Partes no conflito que não beneficiem de um tratamento mais favorável em virtude de outras disposições do direito internacional;*

*6) A população de um território não ocupado que, à aproximação do inimigo, pegue espontaneamente em armas, para combater as tropas de invasão, sem ter tido tempo de se organizar em força armada regular, desde que transporte as armas à vista e respeite as leis e costumes da guerra.”*

Quais têm sido as interpretações a que estes eventos têm dado azo? Segundo José Luis Doménech Omedas (2003), as Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, e particularmente o Protocolo I relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais, apenas refere como combatente as pessoas que têm direito a combater, sem determinar quem tem direito legítimo de combater. Para Omedas (2003, p. 139),

*“nos obliga, en aras de la claridad expositiva, a adjectivar las distintas categorías de combatientes, en función de sus características distintivas como combatientes regulares, combatientes irregulares, combatientes circunstanciales, combatientes ilegítimos, combatientes en las guerras civiles y niños combatientes.”<sup>5</sup>*

Para Clint van Zandt (2015)<sup>6</sup>, ex-agente do FBI e negociador em crises de reféns, sempre que há um conflito, um militar capturado por uma força ou uma das forças inimigas, independentemente da qualificação que é atribuída à força inimiga (força convencional, resistência, guerrilha ou grupo terrorista), será sempre um prisioneiro e a negociação para a sua libertação resulta classicamente numa troca de prisioneiros, tal como aconteceu com Gilad Shalit e Bowe Robert Bergdahl. Deste modo, e de acordo com Clint van Zandt, sempre que a captura de um militar ocorre

---

<sup>5</sup>Tradução do autor: “*obriga-nos, por motivos de clareza expositiva, a adjectivar as distintas categorías de combatentes, em função das suas características distintivas como combatentes regulares, combatentes irregulares, combatentes circunstanciais, combatentes ilegítimos, combatentes em guerras civis e crianças combatentes*”.

<sup>6</sup> Entrevista realizada em Fredericksburg, Virginia, EUA, a 5 de Fevereiro de 2015.

durante um conflito, este será um prisioneiro de guerra e o protocolo para a sua libertação é diametralmente diferente do protocolo para a libertação de um refém. Para Clint van Zandt, a designação de um prisioneiro de guerra como um refém pretende apenas provocar um impacto emocional na opinião pública e diabolizar o inimigo.

Uma posição contrariada por David Scharia (2015), que defende que um soldado pode ser considerado como um refém quando o grupo que o captura é reconhecido internacionalmente como um movimento terrorista. Por outro lado, para David Scharia, as convenções de Genebra relativas aos prisioneiros de guerra impõem regras e condições que têm de ser respeitadas por ambas as partes. Quando essas regras não são respeitadas por uma das partes, o capturado, civil ou militar, é um refém. Em alusão ao caso de Gilat Shalit, David Scharia defende que Israel aceitou negociar com o Hamas porque o seu governo “*privilegia sempre*” a negociação para a libertação de reféns israelitas independentemente de estes serem militares ou civis.

## CAPÍTULO III: Panorama Global

Tal como foi já referido, o presente trabalho incide, em particular, no fenómeno de raptos de expatriados e na tomada de reféns com fins políticos. Atemo-nos ao período do pós-guerra, ou seja, depois do interregno 1939-1945<sup>7</sup>, e especialmente aos anos posteriores à década de 60. Os motivos para tanto são de natureza empírica. O fenómeno dos raptos e tomadas de reféns tornou-se numa preocupação dos legisladores a partir de 1945, quando essas acções passaram a ser utilizadas como armas e tácticas de movimentos revolucionários ou terroristas que pretendiam, deste modo, obter a mediatização das suas causas, exercer pressões políticas ou tirar proveitos financeiros.

É certo que raptos importantes aconteceram em alturas anteriores. Até ao ano de 1945, teve lugar o notório rapto doméstico do filho do famoso aviador Charles Lindbergh em 1932, o que levou à construção de uma legislação específica nos EUA devido à enorme mediatização que o crime teve dada a popularidade do pai da vítima (depois malogradamente encontrada morta, apesar das negociações terem aparentemente dado fruto).

O rapto do filho de Lindbergh não foi um rapto político, embora Charles Lindbergh beneficiasse de popularidade por em 1927 ter efectuado solitário o primeiro voo transatlântico sem escalas com o avião *The Spirit of Saint Louis* e posteriormente com a enorme vaga de emoção provocada pelo rapto do seu filho – que credibilizou efemeramente a sua militância política contra a participação dos EUA na Segunda Grande Guerra e no seu manifesto apoio a Adolfo Hitler.

O forte impacto mediático que teve o “caso Lindbergh” levou também à adopção generalizada, em Inglês, do termo *kidnapping*, fusão da palavra *kid* (criança) e *nap* (ou dormir/dormir), ou seja, a situação em que estava o filho de Lindbergh no momento do rapto; outros autores defendem que *nap* também pode ser uma variante de *nab*, que significa apanhar/agarrar/sacar.

---

<sup>7</sup> Ressalve-se que durante a Segunda Grande Guerra os crimes perpetrados pela Alemanha e Japão foram apontados por alguns autores como tomadas massivas de reféns.

Na síntese histórica que se segue foram seleccionados casos de raptos e tomadas de reféns que, pelas suas características, motivações políticas e consequências contribuem, como exemplos, para o estudo do fenómeno. Em alguns casos, o episódio relatado é desenvolvido – devido às particularidades do incidente e repercussões na gestão e resolução da crise.

## **1. Retrato estatístico global do fenómeno**

Três períodos, após a Segunda Guerra Mundial, distinguem-se no fenómeno global de raptos, sequestros e tomada de reféns. O primeiro é marcado pelo período da Guerra Fria, quando estavam em rubro as motivações ideológicas das lutas armadas e quando os diferentes blocos políticos apoiavam e financiavam alguns movimentos, entre os quais terroristas. O segundo período, que inicia com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e que é afectado pelo 11 de Setembro de 2001, marca uma fase de indefinição e deserto ideológico. Este segundo período termina com a segunda guerra no Golfo em 2003, que dá início ao terceiro.

Apoiados nos dados da Global Terrorism Database (GTD), que repertoriou, com base em fontes abertas, cerca de 120 mil episódios terroristas desde 1970 a 2013, seleccionamos os episódios de raptos, sequestros e tomada de reféns. Esta selecção demonstrou que os principais acontecimentos políticos planetários na segunda metade do século XX alteraram os eixos de dominância, segundo as zonas geográficas, das acções referidas.

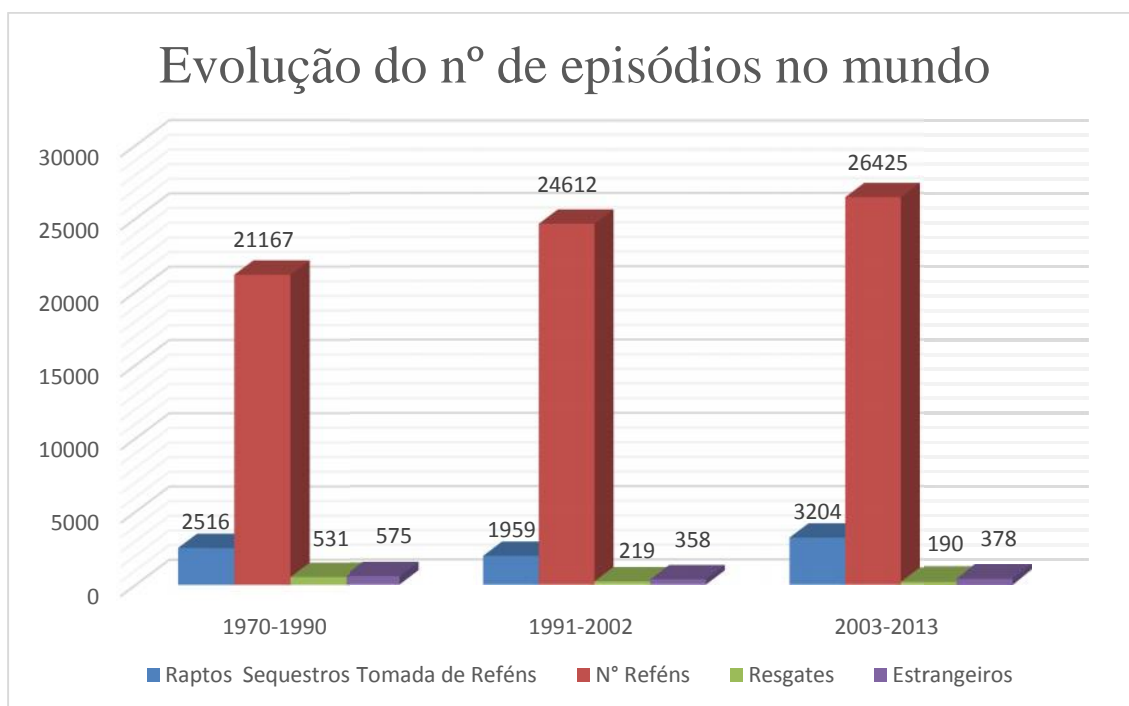
Distribuámos os dados recolhidos em cinco regiões: América Central & Sul, Médio Oriente & África do Norte, África Subsaariana, Ásia e Europa Ocidental (as regiões da América do Norte, Europa de Leste e ex-URSS, Austrália & Oceania não são apresentadas isoladamente porque o número de episódios é reduzido)<sup>8</sup>. Separámos

---

<sup>8</sup> Na Europa de Leste e ex-URSS, durante o período da Guerra Fria, os episódios de raptos e tomada de reféns políticos estavam sujeitos a severa censura. Por esse motivo, é impossível quantificar o número de ocorrências nesse espaço geográfico. Após o fim da Guerra Fria, dois episódios revestem-se de grande importância. A 23 de Outubro de 2002, terroristas chechenos tomam como reféns 850 espectadores presentes no teatro Dubrovka em Moscovo. Durante a operação para a libertação os terroristas são mortos e morrem 129 reféns, dos quais nove estrangeiros. E também a tomada de reféns numa escola em Beslan ocorrida a 1 de Setembro de 2004 quando terroristas chechenos tomam como reféns mais de mil crianças, professores e pais de alunos. Uma acção militar para terminar crise resultou na morte de 334 civis, dos quais 186 crianças.

também o número de estrangeiros entre as vítimas, assim como os casos em que foi exigido um resgate para a resolução da crise.

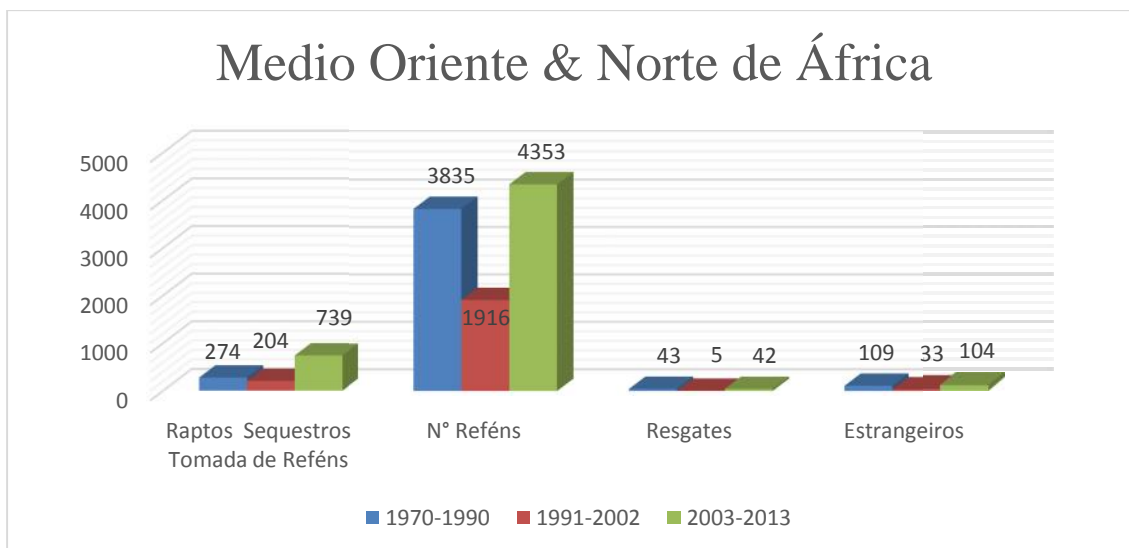
Começamos por apresentar a evolução dos episódios no mundo. Apesar do primeiro período abranger 20 anos (1970-1990) e os dois seguintes períodos (1991-2002 e 2003-2013) abrangerem espaços de 9 e 10 anos respectivamente, ficou demonstrado que globalmente o número de episódios baixou no período 1991-2003. Em contrapartida o número de reféns manteve-se crescente em cada período. Também o número de pedidos de resgates diminuiu em cada período. O número de reféns estrangeiros baixou significativamente do primeiro período para o segundo para registar uma ligeira subida no terceiro período.



**Figura 1: Evolução do nº de episódios no mundo**

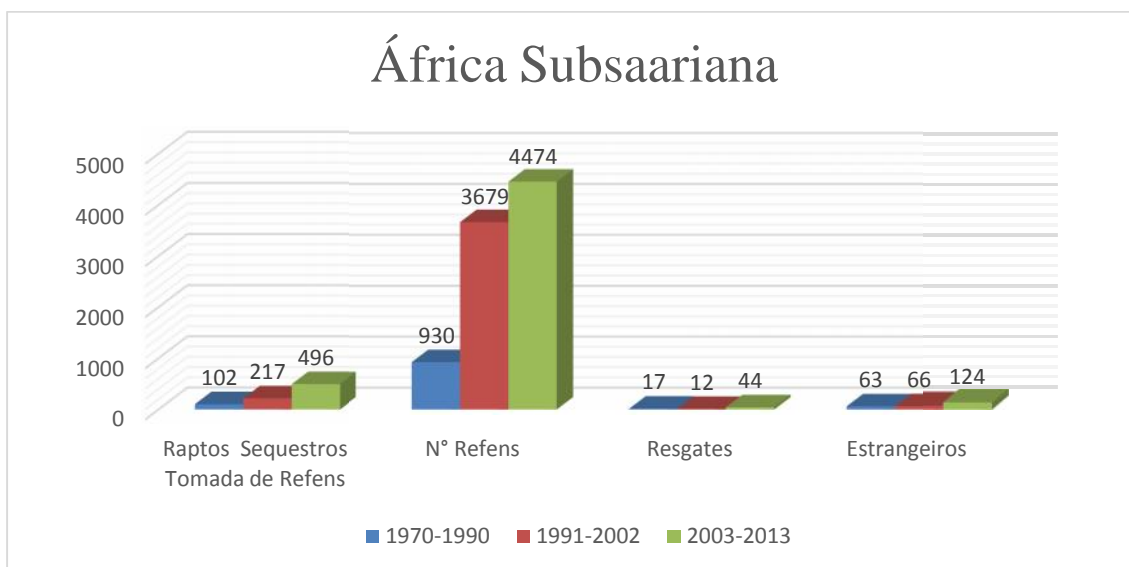
No entanto, esta visão global esconde uma segunda realidade, apenas identificável quando analisado o mesmo fenómeno por cada uma das regiões geográficas referidas.





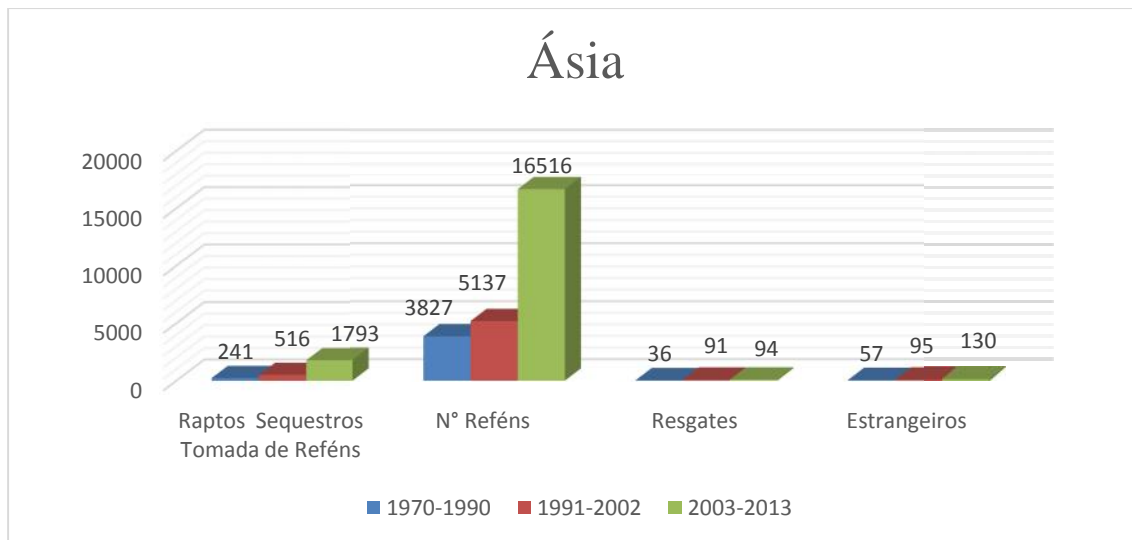
**Figura 3: Médio Oriente & Norte de África**

É igualmente marcante o aumento progressivo do número de episódios e reféns na África Subsaariana (Figura 4), que aumentou significativamente a partir do segundo período.



**Figura 4: África Subsaariana**

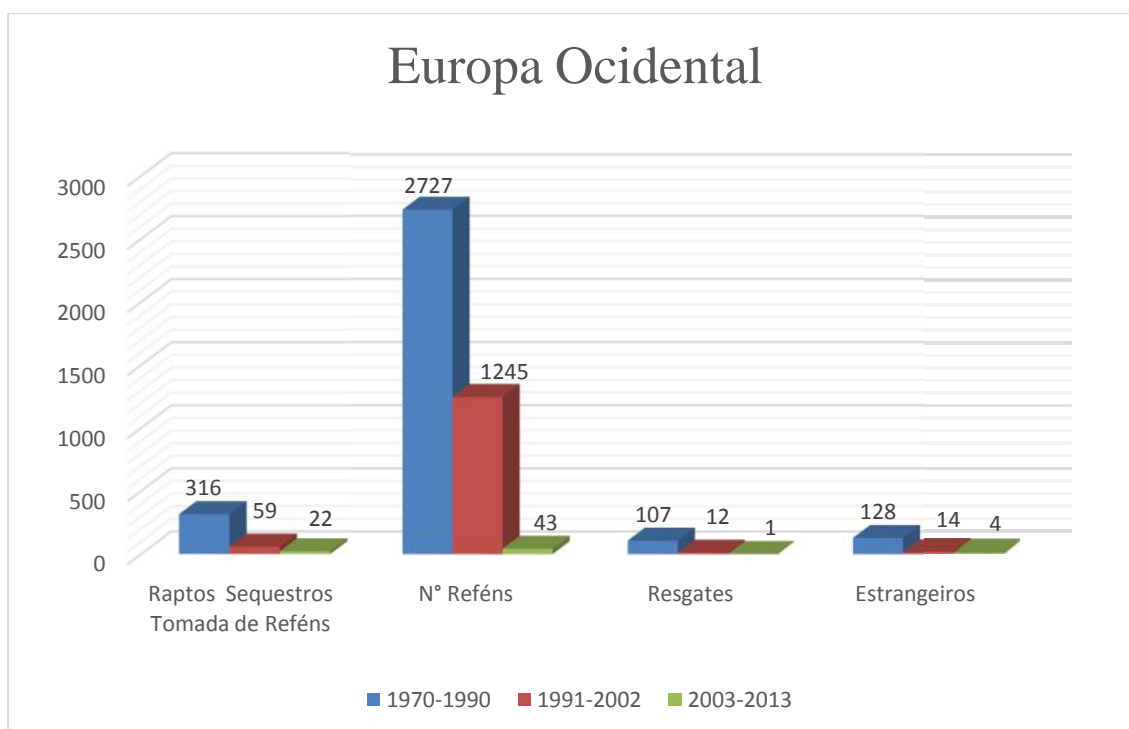
Destaca-se também a Ásia (Figura 5), onde o número de episódios do período de 1992-2003 para 2004-2013 passou de 516 para 1793 e o número de reféns nos mesmos espaços de tempo aumentou de 5.134 para 16.516.



**Figura 5: Ásia**

Na Europa Ocidental (Figura 6), o diferencial entre cada um dos três períodos é o mais marcante de todas as zonas geográficas. As fortes quebras decrescentes em cada período reflectem o impacto claro de cada um dos períodos assinalados. Estas quebras podem ser igualmente justificadas pela regressão do fenómeno terrorista no espaço da Europa Ocidental que sofreu uma significativa quebra com o fim da Guerra Fria.





**Figura 6: Europa Ocidental**

Com base na GTD, que apenas registou os casos qualificados como terroristas e excluiu os episódios associados ao crime organizado, ficou demonstrado que o fenómeno de raptos, sequestros e tomada de reféns destacou-se na América Central & Sul durante o período das lutas armadas ideológicas e consequentemente sofreu uma quebra com o fim da Guerra Fria prosseguindo a mesma tendência decrescente até 2013. Este fenómeno transitou para o Médio Oriente & Norte de África (Figura 3), onde depois de um abrandamento no período de 1991-2002 voltou a disparar a partir de 2003 com o início da segunda guerra no Golfo. Na Ásia (Figura 5), o fenómeno esteve sempre em crescimento mas a partir de 2003 também registou uma subida anormal no número dos episódios que tiveram lugar.

Nestes contextos, o rapto de estrangeiros permaneceu quase marginal, por exemplo representou apenas 2,7% dos raptos no período de 2003-2013 na África Subsaariana e 0,8% na Ásia. Todavia os raptos de estrangeiros são mais “rentáveis” em termos dos resgates exigidos, beneficiam de maior mediatização e impacto político transnacional, tal como veremos no presente capítulo e no Capítulo V deste trabalho.

É importante referir também que a partir do segundo período (1991-2002), os raptos tornaram-se numa tática e arma particularmente presente em “Estados Falhados”<sup>10</sup>, ou países confrontados com conflitos internos que de algum modo entorpeceram (ou enviesaram) a sua capacidade de resposta.

## 2. Uma tática refém das ideologias

As acções de inspiração política na tomada de reféns e raptos após 1945 disparam particularmente a partir da década de 60, sendo a partir deste momento que começarão a beneficiar de uma atenção particular devido à relação criminalidade/movimentos de libertação/resistências/terrorismo. Todavia, o fenómeno destaca-se especialmente pelas tomadas de reféns através das campanhas de pirataria aérea.

Apesar de não terem uma motivação política, durante a década de 60, alguns casos mediáticos despertam a opinião pública internacional para o fenómeno dos raptos, tais como o rapto do “barão da cerveja” norte-americano Adolph Coors III, morto durante o cativeiro; o de Eric Peugeot, criança de 4 anos, filho do barão francês da indústria automóvel, libertado depois do pagamento de um importante resgate<sup>11</sup>; o rapto de Adolf Eichmann, o líder nazi refugiado em segredo na Argentina, levado a cabo por um comando israelita, a fim de o ideólogo da “Solução Final” ser julgado em Israel.

É em 1960 e 1970 que a acção de raptos passa a ter uma moldura semelhante à de hoje, em que a combinação do terrorismo e da acção criminal se fundem. Wright (2009, p. 19) considera que *“terrorists and revolutionaries use tactic to make political statements or raise funds, while criminal commit kidnappings for profit, straining the*

---

<sup>10</sup> Segundo Felipe Pathé Duarte existem várias características de um Estado Falhado: *“fragilidade e/ou colapso das instituições estatais, instrumentos que garantem o bem-estar social; a perda da legitimidade do exercício do poder, associada a uma instabilidade político-social, por vezes de carácter subversivo; a perda do monopólio legítimo do uso da força e a impossibilidade de um controlo efectivo sobre o território nacional; o aumento da violência e do caos, levando por vezes a um conflito interno e dando margem à presença de organizações criminosas e/ou terroristas”* (Duarte, 2015, p. 192).

<sup>11</sup> Um episódio que teve repercussões em Portugal, designadamente nos grupos sociais na Foz do Douro no Porto, Granja, Estoril e Cascais. Medidas preventivas foram tomadas para prevenção de eventuais *copy-cattings*.

*ability of law enforcement and terrorizing entire populations*”<sup>12</sup>. Repare-se que se as motivações políticas estão apenas presentes nos grupos terroristas, a barreira entre esses grupos e grupos criminosos é muito ténue uma vez que ambos, na maior parte dos casos, pretendem obter benefícios financeiros com os reféns.

Por outro lado, as motivações para raptos são também fundamentadas como uma arma dos grupos que enveredaram pela luta armada. Este método foi e é defendido por alguns manuais de guerrilha, que foram popularizados junto dos grupos armados nas décadas de 60 e 70.

É o exemplo do *Manual do Guerrilheiro Urbano* saído do punho do tão perigoso quão sofisticado revolucionário brasileiro da extrema-esquerda Carlos Marighella<sup>13</sup> (1969), frequentemente referido como o *Mini Manual do Guerrilheiro Urbano*, em que o “sequestro” se viu apresentado como uma arma de guerrilha<sup>14</sup> (Marighella, p. 43):

*“Seqüestrar é capturar e assegurar em um lugar secreto um agente policial, um espião norte-americano, uma personalidade política ou um notório e perigoso inimigo do movimento revolucionário.*

*O seqüestro é usado para trocar ou libertar camaradas revolucionários aprisionados, ou para forçar a suspensão da tortura nas cadeias de uma ditadura militar.*

*O seqüestro de personalidades que são artistas conhecidos, figuras do esporte ou que são grandiosos em algum campo, mas que não tem evidência de um interesse político, podem ser uma forma de propaganda para os princípios patrióticos e revolucionários da guerrilha urbana sendo que ocorra baixo*

---

<sup>12</sup> Tradução do autor: “terroristas e revolucionários usam táticas para fazer declarações políticas ou arrecadar fundos, enquanto criminosos cometem sequestros com fins lucrativos, distorcendo a capacidade de aplicação da lei e aterrorizando populações inteiras”.

<sup>13</sup> Carlos Marighella nasceu em Salvador da Baía no Brasil em 1911. Aos 18 anos iniciou o curso de Engenharia na Escola Politécnica da Baía e pouco depois tornou-se militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Após várias detenções, Marighella foi amnistiado e em 1945 é eleito deputado federal. Regressa à clandestinidade em 1948. Em 1966 afasta-se do PCB e cria a Ação Libertadora Nacional (ALN), optando pela luta armada contra a ditadura acabando por ser considerado o Inimigo Público número um do Brasil. Em Setembro de 1969, o embaixador dos Estados Unidos é raptado numa operação mista da ALN e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro); como resgate, foi exigida a libertação de 15 prisioneiros políticos. Em Novembro do mesmo ano, Carlos Marighella é morto em São Paulo por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

<sup>14</sup> Como antes indicado, no Brasil “sequestro” e “rapto” diferem da interpretação em Portugal. No exemplo citado “sequestro” é sinónimo de “rapto”.

*circunstâncias especiais, e o seqüestro seja manipulado de uma maneira que o público simpatize com ele e o aceite.*

*O seqüestro de residentes norte-americanos ou visitantes no Brasil constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país.”*

No mesmo Manual (p. 49), Carlos Marighella defende também que o “sequestro” pode ser igualmente utilizado como tática na “*Guerra de nervos*” e explica:

*“usando o telefone e o correio para anunciar falsas pistas à polícia e ao governo, incluindo informação de bombas e qualquer outro ato de terrorismo em escritórios públicos e outros lugares, planos de seqüestro e assassinato, etc, para obrigar as autoridades a cansar-se, dando seguimento à falsa informação que foi alimentada.”*

O *Manual do Guerrilheiro Urbano* de Carlos Marighella poderia ser interpretado como uma actualização e adaptação ao meio urbano do *La Guerra de Guerrillas* de Che Guevara que não refere explicitamente os raptos como uma tática de guerrilha. Uma “adaptação” que foi contestada pelo jornalista brasileiro Mário Magalhães, autor do livro *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*.

Segundo Carlos Marighella (2012, p. 43), o sequestro pode ser “*uma forma de propaganda para os princípios patrióticos e revolucionários da guerrilha urbana*”. Esse foi o método adoptado por Fidel Castro que, para mediatizar a sua causa, decidiu em 1958 raptar o piloto automóvel mais célebre do momento: o argentino Juan Manuel Fangio. Fangio foi libertado 26 horas mais tarde, o que foi amplamente interpretado como um acto puro e simples de provocação e desafio.

De algum modo, os raptos “democratizaram-se”, tornando-se em acções de desafio público ao sistema. Nas duas gerações anteriores, Imperadores, Reis, Presidentes da República, Primeiros-ministros, e grandes líderes industriais foram vítimas de ataques por anarquistas e anarco-sindicalistas<sup>15</sup>. No período inter-guerras dos *années folles*, as mudanças sociais resultantes da dissolução dos Impérios Centrais

---

<sup>15</sup> Ver o artigo de Armando Marques Guedes (2009): O Tempo e as Ressonâncias: os Estados Modernos, o Anarquismo, o AnarcoSindicalismo e Jihadismo.

levaram a uma mudança nas motivações e pontos de aplicação: contrapartidas pecuniárias e classes altas vieram a substituir os representantes políticos.

Durante este período, em plena Guerra Fria, movimentos revolucionários/terroristas como o M19 na Colômbia, *Euzkadi ta Askatasuna* (mais conhecida pelo seu acrónimo ETA) em Espanha, Baader-Meinhof na Alemanha ou Brigadas Vermelhas em Itália começam a utilizar os raptos como meio de financiamento das suas operações. Outros grupos, tais como os irmãos Rodriguez Orejuela em Cali, na Colômbia, utilizaram os raptos como meio para financiar o narcotráfico.

A economia tinha assumido o palco; mas não vinha só. O que há a sublinhar é o carácter cada vez mais claramente político, político-ideológico ou até económico desta nova vaga de resgates e raptos. Em todos estes casos, os raptos e resgates serviam para promover as causas e ter fundos para compra de armamento em particular e sustentar as organizações. A politização começou a imperar.

Como porventura não podia deixar de ser, o devir histórico acompanhou estas mudanças. Frequentemente os perpetradores eram apoiados por um dos campos da Guerra Fria que reciprocamente tinham como mote: o inimigo do meu inimigo é meu amigo. Deste modo, a acção de raptos foi encarada como uma táctica de grupos revolucionários ideológicos, tornando difícil a tipificação dos crimes de raptos que eram reinterpretados segundo o eixo (na Guerra Fria) a que estavam conotados ou no qual militavam.

A partir de 1970, vários incidentes de raptos provocam uma nova percepção e abordagem sobre o fenómeno. O chefe da antenna da CIA no Uruguai, Dan Mitrione, foi raptado e executado pelos Tupamaros em 1970.

No mesmo ano, o embaixador da República Federal da Alemanha, Karl Maria Von Spreti, na Guatemala é raptado pelas *Fuerzas Armadas Rebeldes* (FAR) que exigiram a libertação de prisioneiros políticos; face à recusa da Guatemala o embaixador foi executado.

Os representantes de Estado começam a regressar como alvo. No início da década de 70, o período áureo dos *baby-boomers*, os agentes diplomáticos tornaram-se

os alvos privilegiados. Para além de Karl Maria Von Spreti, também o cônsul alemão em Espanha, Eugenio Biehl, foi raptado pela ETA em 1970. Assim como o embaixador britânico na Guatemala, Geoffrey Jackson, foi raptado pelos Tupamaros no Uruguai em 1971, sendo libertado após pagamento de um resgate. Nos rescaldos das descolonizações na Ásia e na África, na América Latina o “imperialismo” era posto em cheque.

O enredo ir-se-ia, no entanto, adensar. Em 1972, durante os Jogos Olímpicos em Munique, um comando da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP), denominado Setembro Negro, tomou como reféns a comitiva israelita e exigiu a libertação de vários terroristas. Após uma deficiente gestão da crise pelas autoridades alemãs, nove reféns são executados pelo comando palestino<sup>16</sup>.

Em 1976 dois operacionais do mesmo movimento palestino, FPLP, e dois alemães do grupo *Revolutionäre Zellen* (Células Revolucionárias) tomaram como reféns 244 passageiros e 12 membros da tripulação do voo da Air France que efectuava a ligação Tel Aviv/ Paris. O aparelho acabou por ser desviado para Entebbe, capital do Uganda. Para a libertação dos reféns, os terroristas exigiram a libertação de 40 militantes palestinos detidos em Israel, Suíça, França, Quênia e Alemanha.

Durante o processo de negociação, Israel arrancou com a Operação *Thunderbolt* (Tornado) para a libertação dos reféns que tinham sido concentrados no aeroporto de Entebbe. O raide militar israelita, de uma precisão técnica notável, que contou com a colaboração de vários países, acabou por ser bem-sucedido.

Apesar de ser um caso isolado no contexto abordado, o rapto em Itália do americano John Paul Getty, filho de um reputado magnata do petróleo, provocou uma grande vaga de emoção na opinião pública.

---

<sup>16</sup> A tomada de reféns em Munique revestiu-se de várias problemáticas morais e políticas com que a República Federal da Alemanha teve de se confrontar, acabando por gerir ineficazmente a situação. Apenas 27 anos depois do fim da segunda Grande Guerra, a Alemanha estava perante uma crise que envolveu o salvamento de atletas israelitas e consequentemente judeus. Incautamente, a Alemanha evitou ter uma forte presença das forças da polícia durante o evento para não reavivar a memória dos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936. Na crise estavam envolvidos terroristas palestinos apoiados pela República Democrática Alemã. A Alemanha não estava preparada para fazer face à crise. Depois destes acontecimentos, reorganizou os seus serviços de segurança e criou a unidade antiterrorista de intervenção Grenzschutzgruppe 9 (CSG9), ou seja grupo de protecção das fronteiras 9.

Os raptos, para forçarem a família a pagar o resgate exigido e para demonstrarem a sua determinação, enviaram uma orelha da vítima... Três milhões de dólares de resgates foram pagos e o refém libertado (Moisan, 2013, p. 68). Este caso abriu um precedente no *modus operandi* dos raptos: a mutilação dos reféns como meio de pressão.

Durante a década de 70, a Itália destacou-se na Europa como o país mais afectado pelo fenómeno de raptos, tendo sido o caso de Aldo Moro o mais mediatizado internacionalmente. Aldo Moro, ex-primeiro-ministro italiano, foi raptado em 1978 pelas Brigadas Vermelhas, que exigiam como resgate a libertação de membros de outros grupos terroristas detidos. Após dois meses de negociações infrutíferas, Aldo Moro acabou por ser executado pelos seus raptos.

Forçado pela opinião pública, o Governo Italiano adoptou em 1980 um conjunto de medidas para o combate ao fenómeno dos raptos, entre as quais a ilegalização dos seguros “rapto-resgate”, alegando que ninguém poderia ser considerado um potencial contribuinte do pagamento de resgates (Wright, 2009, p. 23). Consequentemente foi registada uma diminuição significativa do fenómeno de raptos em Itália a partir de 1990.

Na sequência da revolução iraniana de Janeiro de 1979 e na ascensão do Ayatollah Ruhollah Khomeini, dispara o sentimento antiamericano no Irão. A tensão aumenta quando Washington acordou em conceder exílio médico ao deposto líder iraniano, o Xá Reza Palevi. A crise atingiu o seu apogeu a Novembro de 1979 quando estudantes iranianos assaltam a Embaixada dos EUA em Teerão, tomando como reféns 66 diplomatas e funcionários. Todas as tentativas do Presidente americano Jimmy Carter esbarraram no silêncio de Khomeini. No entanto, foi aceite a libertação de 13 reféns, maioritariamente mulheres e afro-americanos, considerados pelos activistas iranianos como aqueles que eram vítimas de discriminação nos EUA. Pouco depois, outro refém foi libertado por razões de saúde.

Com base nas opiniões do Conselheiro da Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, o presidente americano aceitou avançar com um raide com o nome de código *Eagle Claw* para a libertação dos reféns. A operação resultou num fiasco. Para além de problemas técnicos, uma logística deficiente e más condições climatéricas, os

helicópteros Sea Stallion não conseguiram atingir a capital iraniana, tendo alguns se despenhado no deserto provocando oito vítimas americanas. Carter decidiu abortar a operação *Eagle Claw*.

Através de intermediários argelinos, foi alcançado um acordo em Janeiro de 1981, o que levou os EUA a aceitarem desbloquear fundos iranianos, não agir judicialmente contra os raptos e não interferir nos assuntos internos iranianos. A tomada de reféns durou 444 dias e a problemática gestão da crise terá custado a Jimmy Carter a derrota eleitoral a favor do Republicano Ronald Reagan, que anunciou a libertação dos reféns poucas horas depois da sua investidura, encetando assim este último a nova Administração Republicana com o pé direito. Um presente inesperado, que depois Reagan soube potenciar noutros campos.

A grande mediatização destes episódios arrastou consigo o efeito *copycatting*, provocando um aumento significativo dos raptos perpetrados por grupos terroristas mas também por grupos criminosos. Consequentemente, estimulou a evolução legislativa e a cooperação internacional orquestrada, *tant bien que mal*, contra o fenómeno de raptos e tomadas de reféns.

Face à dimensão do fenómeno, a ONU adoptou em 1973 a Convenção sobre a Prevenção e Repressão de Infracções contra Pessoas gozando de Protecção Internacional, incluindo os Agentes Diplomáticos. E em Dezembro de 1979 foi adoptada a Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns (*Hostages Convention*). O passo dado não foi de somenos.

### **3. El Dorado latino-americano**

À onda de raptos e tomada de reféns anteriormente referida, seguiu-se outra, desta feita mais híbrida e compósita. Países como a Colômbia, México, Brasil ou Filipinas, contrariamente à Europa que a partir dos anos 80 e 90 conseguiu desenvolver os instrumentos legais para travar o fenómeno dos raptos, permaneceram com uma actividade ascendente do número de raptos. As motivações políticas, crime organizado e narcotráfico fundiam-se na mesma estratégia operacional.



A Colômbia poderá ser considerada como o exemplo excepcional na investigação sobre os raptos e tomada de reféns. A partir da década de 70, movimentos com características políticas, M19 e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), efectuaram milhares de raptos para resgates (Wright, 2009, p. 23). Com o objectivo de viabilizarem os seus projectos também se envolveram em outras actividades ilícitas, como o narcotráfico.

As receitas provenientes dos regastes de reféns incitaram colateralmente grupos criminosos organizados a desenvolverem o mesmo negócio, tornando-se assim num dos mais complexos problemas da segurança interna colombiana e que se estendeu aos países vizinhos, como a Venezuela ou Bolívia. Ressalve-se que esta actividade, fundamentalmente interna, atingiu, e ainda atinge, particularmente os nacionais destes países e marginalmente os expatriados.

O episódio mais espectacular de tomada de reféns na América do Sul aconteceu no Peru, quando em Dezembro de 1996 o Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRPA) invadiu a residência do embaixador do Japão em Lima quando estava a ser celebrado o sexagésimo aniversário do imperador Akihito. Na operação, o MRPA fez cerca de 600 reféns, entre os quais diplomatas, membros do governo, altas patentes militares, empresários e também a mãe e a irmã do presidente peruano Alberto Fujimori. O MRPA exigia a libertação de quatro centenas de guerrilheiros do movimento que estavam nas prisões peruanas. Uma exigência que foi imediatamente declinada pelo então presidente Fujimori<sup>17</sup>.

Entre os reféns, estavam diplomatas americanos, canadianos e ingleses e os seus países decidiram enviar para Lima equipas especializadas em crises de tomada de reféns.

Após a progressiva libertação de reféns e depois de 126 dias de crise, o presidente Fujimori autorizou comandos militares peruanos, que tinham construído túneis até ao interior da residência do embaixador japonês, a efectuarem o assalto final

---

<sup>17</sup> Alberto Fujimori foi acusado de homicídio em Setembro de 2001, mas como beneficiava da nacionalidade japonesa partiu para o exílio no Japão. O governo peruano emitiu em 2003 um mandado de captura internacional contra Fujimori acusado de assassinato, raptos e crimes contra a humanidade. Em Abril de 2009, o tribunal de Lima condenou Fujimori a 25 anos de prisão.

pondo um termo à tomada de reféns, eliminando os terroristas e libertando os restantes reféns.

O sucesso da tripla cooperação das equipas de negociadores americanos, canadianos e ingleses, motivou o chefe da equipa do FBI, Gary Noesner (2010), a criar um *core group* para intercâmbio internacional de experiências de negociadores de crises de reféns que se transformou no International Negotiation Working Group (INWG) que em 2010 já reunia 15 países.

Apesar de inúmeros casos de nacionais raptados, episódios envolvendo estrangeiros gozam de maior mediatização internacional e conseqüentemente o empenhamento para a libertação destes reféns tornou-se maior. Tal foi o caso da franco-colombiana Ingrid Betancourt<sup>18</sup> e dos três americanos Keith Donald Stansell, funcionário na Northrop Grumman, Marc Gonsalves e Thomas Howes, todos raptados na Colômbia pelas FARC e libertados em 2008 no quadro da Operação *Jaque*. Esta operação foi marcada por inúmeras negociações que terão envolvido o pagamento de resgates, o qual, apesar de oficialmente desmentido, foi confirmado pelo agente do FBI envolvido nas negociações, Clint van Zandt (2015).

Embora particularmente afectados pelos fenómenos de raptos (e de contribuírem de forma significativa para as estatísticas dos raptos no mundo), os exemplos latino-americanos, assim como o filipino, não carecem de importância particular no âmbito da temática deste trabalho porque, para além de incidirem particularmente no rapto de nacionais e não de expatriados, são actos com características criminais mesmo quando praticados por organizações que reclamam supostas motivações políticas. Mas também porque estes movimentos, para além do financiamento que obtêm através dos regates, exigirem das populações locais o pagamento de um “imposto de guerra” também designado como “vacinação”. Aqueles que recusam os pagamentos destes “impostos” são frequentemente os principais alvos de raptos.

---

<sup>18</sup> A importante acção diplomática promovida pela França para a libertação de Ingrid Betancourt fez ressurgir o sentimento da existência de reféns de primeira e segunda classe (ver capítulo V). A França foi acusada de privilegiar apenas um refém das Farc, minimizado os outros milhares de reféns. Depois da sua libertação, Ingrid Betancourt não regressou à Colômbia devido à sua impopularidade, resultado do empenhamento exclusivo francês para a sua libertação, como nos confirmou Guillaume de Saint Marc (2015).

No final da década de 80, mais de quatro mil casos de raptos para resgates foram assinalados na Colômbia, um tipo de acções que prosseguiu durante a década de 90. Este número inverteu-se significativamente após repetidos reveses militares que facilitaram a abertura de negociações, mediadas por Cuba, do Governo de Bogotá com as FARC e outros movimentos de guerrilha. Mas também devido a acções e programas específicos colombianos contra o fenómeno dos raptos, tal como com a criação do Grupo Antisecuestro y Antiextorsión (GAULA), integrado na Polícia Nacional que reduziu significativamente o número de raptos no país. Enquanto em 2000 tinham sido registadas 3.533 vítimas de rapto, em 2012 foram registados 305<sup>19</sup>.

Em Fevereiro de 2012, as FARC anunciam que terminaram com a prática das “retenções” (termo utilizado pelas FARC para designarem “raptos”)<sup>20</sup>. Em 2013, dos 293 raptos registados na Colômbia, 32 foram atribuídos às FARC.

Copiando o país vizinho, grupos criminosos na Venezuela começaram a “importar” as técnicas de raptos durante a década de 90. Operando inicialmente nos meios rurais e junto à fronteira com a Colômbia, o fenómeno de raptos na Venezuela rapidamente se estendeu aos principais centros urbanos e particularmente a Caracas. O fenómeno descontrolado dos raptos na Venezuela posicionou este país como um dos países com maior risco de raptos no mundo, permanecendo todavia acções de características domésticas praticadas por grupos criminosos sem motivações políticas.

A “democratização” das acções de *kidnapping* acelerava o passo. No México, a partir da década de 80, os raptos atingiram proporções alarmantes, posicionando também o país como um dos mais perigosos do mundo em termos de risco de raptos, depois de vagas de raptos de industriais devido à importante rentabilidade ilícita proveniente dos resgates. A importante evolução dos raptos para resgate de cariz criminal após a década de 90 disparou de tal modo que o México foi qualificado em 2004 como a “*capital mundial do rapto*” (Wright, 2009, p. 24)<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> *Chair's Summary* (2013). International Workshop against Kidnapping – Global Counterterrorism Forum.

<sup>20</sup> Camuflagens linguísticas deste tipo têm vindo a tornar-se correntes, os norte-americanos desde a Administração de George Bush aplicam o termo *renditions*.

<sup>21</sup> Segundo os autores consultados, a designação de “capital dos raptos”, qualificação que assenta no número de raptos e sua frequência, é frequentemente atribuída à Colômbia, México e Filipinas.

Em 1986, a revelação de um caso inédito levantou o véu sobre as múltiplas facetas que podem envolver as negociações para a libertação de reféns. Durante a presidência de Ronald Reagan, a sua administração confrontou-se com a complexa gestão para a libertação de seis reféns americanos no Líbano capturados pelo Hezbollah em 1983. E também com o caso de William Buckley, antena da CIA em Beirute, raptado pelo mesmo movimento em Março de 1984. Simultaneamente a Administração Reagan pretendia financiar os Contras na Nicarágua que combatiam o governo sandinista de Daniel Ortega.

Com o objectivo que o Irão intercedesse junto do Hezbollah para a libertação dos reféns americanos, foi confidencialmente decidido que os EUA venderiam armas ao Irão, em guerra com o Iraque, através de intermediários israelitas. Assim, a venda de armas ao Irão incitaria este país a desbloquear a crise dos reféns no Líbano e os benefícios da operação, resultado de uma sobrevalorização do valor das armas, seriam canalizados para o financiamento secreto dos Contras na Nicarágua. A transacção de armas/reféns/Contras foi um fiasco, apenas três reféns foram libertados e a operação acabou por ser revelada pela revista libanesa *Ash-Shiraa* em 1986, provocando um escândalo político que ficaria conhecido como “*Irangate*”.

Na América Latina a moldura das motivações criminosas dos raptos permaneceu inalterável. No entanto, o fim da Guerra Fria provocou uma viragem na interpretação e análise do fenómeno dos raptos. Durante a Guerra Fria, os raptos eram frequentemente qualificados como um instrumento das tácticas de guerrilhas e resistências que eram designadas como terroristas ou “Combatentes da Liberdade” consoante a interpretação de cada eixo, envolvendo assim o crime de rapto com um carácter (ou pelo menos uma aura) de legitimidade em combate. Com o fim da Guerra Fria, vários grupos de esquerda perderam o apoio e financiamento tradicional da União Soviética. Como consequência desta perda, os terroristas foram forçados a encontrar fontes de financiamento alternativas. O narcotráfico foi uma opção e a tomada de reféns e raptos foi outra, considera Minwood Yun (2008). Depois de redescobrirem esta nova fonte de receitas, alguns grupos terroristas adoptaram o rapto e a tomada de reféns como uma actividade que iria suportar a continuidade das acções terroristas (Yun, 2008, p. 7).

## 4. O cataclismo 9/11

Com as guerras Afegã-Soviética (1979-1989) e do Golfo (1990-1991), o eixo da violência armada começou a transitar de uma esfera político-ideológico, especialmente de inspiração marxista, para um ambiente político-religioso de inspiração islâmica.

Por outro lado, com base numa suposta cobertura religiosa, os movimentos islamistas argumentam uma legitimidade nas suas acções. Progressivamente organizações criminosas que iriam começar a operar nas mesmas regiões começaram a reivindicar a mesma legitimidade, fundindo assim as narrativas jihadistas nas suas acções.

Se se quiser encontrar um momento para esta viragem, que de maneira nenhuma foi “enxuta”, a data do “11 de Setembro” (9/11) é difícil de tornear. Deu-se como que uma mudança de fase. Com os ataques do 11 de Setembro 2001, e consequente intervenção americana no Afeganistão e Iraque, a mediatização dos actos de raptos, resultado da violência na execução dos reféns e exposição via internet do crime, produziu um importante impacto emocional na opinião pública que teve reflexos na condução política face a este tipo de duplo crime (rapto e execução) com consequentes repercussões nas metodologias de gestão das crises de reféns pelas autoridades.

Em 2002 o jornalista do *Wall Street Journal*, Daniel Pearl, foi raptado no Paquistão por um grupo filiado à Al-Qaeda. Os raptadores exigiam melhor tratamento para os prisioneiros no Afeganistão e o regresso dos paquistaneses detidos em Guantánamo, posteriormente exigiram um resgate de dois milhões de dólares. O secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, respondeu declarando que os EUA não aceitavam negociar com terroristas.

Antecipando o que uma década mais tarde se iria tornar trivial, e ecoando práticas islâmicas que datam das Cruzadas, Daniel Pearl foi decapitado e o filme da sua execução difundido. Independentemente das múltiplas incógnitas que ainda envolvem este caso, a decapitação de Daniel Pearl marcou uma nova etapa na questão dos reféns. A sua decapitação foi filmada e difundida. Uma técnica que não foi inédita neste tipo de acções, tendo em conta que em 1996 terroristas chechenos filmaram a decapitação do soldado russo Yevgeny Rodionov após este ter recusado a conversão ao Islão. No entanto, Daniel Pearl, não era um militar nem um combatente.

Desde a decapitação de Daniel Pearl, esta tática disparou, tornando-se numa prática corrente dos grupos terroristas no Iraque desde a intervenção americana. Passou a ser popularmente associada ao destino que fatalmente poderia ser reservado pelos terroristas aos reféns Ocidentais caso não fossem abertas negociações para a sua libertação ou se as negociações fossem imediatamente declinadas.

Assim, após o 11 de Setembro, e a execução macabra de Daniel Pearl, o rapto de Ocidentais por movimentos radicais islamistas disparou em flecha. Consequentemente o aumento da mediatização em torno do número de Ocidentais raptados reduziu o impacto internacional do número de reféns nacionais nos países vítimas de instabilidade política e militar, que permaneceu todavia muito superior ao número de estrangeiros raptados.

As mudanças não passaram despercebidas, mas foram equacionadas sem grandes preocupações de natureza teórica ou analítica. Segundo Minwood Yun (2008, p. 10), em 2003, após as acções militares no Golfo, surgiram dois tipos de tomada de reféns e raptos. Grupos terroristas e insurgentes adoptaram as táticas de tomada de reféns e raptos para combater uma força superior encarnada pela Coligação com o objectivo de, através das táticas de raptos e decapitações, aterrorizar os trabalhadores e militares estrangeiros. O segundo tipo, também de natureza conjuntural, surgiu com o prosseguimento da guerra e a devastação da sociedade iraquiana: as acções de raptos para resgates dispararam por oportunismo e negócio lucrativo promovido por grupos criminosos e terroristas numa simbiose assente em interesses financeiros, de compra e venda de reféns, que tornou a acção de raptos numa lucrativa indústria que sustenta as actividades terroristas.

No entanto, tal como foi referido, tendo como base o exemplo do Iraque pós-2003, Minwoo Yun (2008) concluiu que maioritariamente os alvos privilegiados nos raptos eram os próprios iraquianos e não os estrangeiros. De notar também que os reféns com nacionalidades estrangeiras tinham maiores hipóteses de serem libertados enquanto cerca de 40% dos reféns iraquianos eram executados. Paradoxalmente, os órgãos de comunicação social focalizavam-se apenas nas decapitações de estrangeiros, quando as hipóteses de execução de um estrangeiro eram significativamente inferiores à de um iraquiano.

Como macabro estratega dos raptos de Ocidentais, destacou-se Abu Musab al-Zarqawi, líder do movimento radical islamista al-Tawhid wal-Jihad em 1990 e posteriormente do Tanzim Qaidat al-Jihad fi Bilad al-Rafidayn, movimento conhecido como a Al-Qaeda no Iraque (AQI). Foi a ele a quem se deve a partir de 2003 um aumento das acções de extrema violência no Iraque, particularmente como ideólogo da vulgarização das macabras execuções de reféns que posteriormente eram amplamente difundidas na internet, contribuindo assim na reformulação das tácticas da Al-Qaeda no terreno. A sua capacidade de organização e a sua frieza iriam soletrar o pior.

Os terroristas islamistas e os insurgentes no Iraque passaram assim a adoptar as decapitações de reféns como uma táctica terrorista de ataque, intimidação e chantagem contra as forças da coligação lideradas pelos EUA, organizações privadas, jornalistas e representantes do governo iraquiano. Estes novos métodos dos terroristas iraquianos inspiraram movimentos noutras partes do mundo, particularmente no Norte de África e Sahel para onde começou a transitar o eixo do terrorismo e consequentemente das tomadas de reféns. De algum modo, da “democratização” local e regional assiste-se agora à “globalização” do fenómeno dos raptos e tomada de reféns.

Em Fevereiro de 2003, um grupo de turistas europeus da Holanda, Áustria, Suíça e Alemanha foram raptados no Sul da Argélia pelo Grupo Salafista de Predicação e Combate (GSPC), que iria associar-se à Al-Qaeda tornando-se na Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI). Após as forças armadas conseguirem libertar a maioria dos reféns, um nacional alemão, ainda detido pelo GSPC, iria ser libertado após pagamento de um resgate. Começava assim uma longa vaga de raptos de estrangeiros no Magrebe e Sahel.

Seis dias após o início da intervenção militar francesa no Mali contra os islamistas instalados na metade norte do país, designada Operação Sangaris, um grupo de islamistas bem armado atacou, na manhã da quarta-feira de 16 de Janeiro de 2013, um autocarro de expatriados nas instalações na companhia petrolífera estatal argelina Sonatrach que opera conjuntamente com a britânica BP e a norueguesa Statoil, em Tigantourine, a cerca de 40 Km de In Aménas junto à fronteira líbia no sudeste argelino. No início da operação um cidadão britânico e um argelino são mortos, decerto em guisa de aviso.

O grupo islamista toma cerca de 700 reféns argelinos e estrangeiros, incluindo americanos, ingleses, japoneses, noruegueses, filipinos, romenos e um português com dupla nacionalidade (portuguesa e francesa). Através de um comunicado, os terroristas afirmaram terem vindo do Mali e serem a brigada *al-Moulatham* (Signatários do Sangue) do grupo Khlaed Aboul Abbas, liderado pelo argelino Mkhatar Belmokhtar, que tinha sido afastado da AQMI. Receando que os terroristas pretendessem sair da Argélia com os reféns estrangeiros, as forças armadas argelinas cercam o imenso local, o que levou os terroristas a exigirem a retirada das tropas argelinas como condição para o início de negociações.

A 17 de Janeiro, sem informar os Governos dos países de origem dos reféns estrangeiros, o exercito argelino e o Grupo de Intervenção Especial (GIS) lançaram um assalto, apoiados por meios aéreos militares, contra a central de gás. O assalto terá permitido a libertação da maioria dos reféns argelinos e alguns estrangeiros. Segundo a agência de notícias mauritana, *Agence Nouakchott d'Information* (ANI), esta operação terá causado a morte de vários reféns e 15 terroristas.

Face à violência do raide argelino, o governo nipónico e a administração americana pediram o fim da operação militar enquanto o presidente francês afirmou que a tomada de reféns estava a desenrolar-se em “*conditions dramatiques*”<sup>22</sup> (Fin sanglante de la prise d’otages en Algérie, 2013). No primeiro balanço provisório de 18 de Janeiro, foi anunciado que as forças armadas argelinas tinham libertado 639 reféns, dos quais 573 argelinos e mais de metade dos expatriados reféns.

Perante a situação, o líder do grupo islamista anunciou que estava disposto a negociar com a França o fim da guerra no Mali e propôs aos EUA a libertação dos reféns americanos contra a libertação de islamistas detidos nos EUA. Washington respondeu que “não negocia com terroristas”. Segundo o testemunho de um engenheiro argelino, os terroristas procuravam expatriados entre os reféns: “*on ne cherche que les expatriés, les Algériens vous pouvez partir!*”<sup>23</sup> (Fin sanglante de la prise d’otages en Algérie, 2013). No assalto final, a força de elite argelina abateu 11 terroristas que já tinham eliminado sete reféns estrangeiros. Como balanço final, entre 25 a 27 reféns, argelinos e estrangeiros terão morrido na operação.

---

<sup>22</sup> Tradução do autor: “condições dramáticas”.

<sup>23</sup> Tradução do autor: “*nós procuramos apenas os expatriados, os argelinos, vocês podem partir*”.



O ex-responsável do GIGN, Frédéric Gallois, resumiu da seguinte forma a estratégia argelina em In Amenas: o “*objectif politique*” das forças argelinas “*rest avant tout de neutraliser les terroristes quand chez nous, la mission prioritaire, c’est de sauver la vie des otages*”<sup>24</sup> (Fin sanglante de la prise d’otages en Algérie, 2013).

## 5. Motivações pouco *Halal*<sup>25</sup>

Em seguimento aos ataques de 11 de Setembro, múltiplos esforços internacionais pretenderam neutralizar a capacidade operativa da Al-Qaeda e suas afiliadas. Entre as várias estratégias utilizadas, o estrangulamento financeiro da organização de Ossama Bin Laden foi inevitavelmente aplicado. Paradoxalmente esta estratégia obrigou a Al-Qaeda a adaptar-se e uma das novas fontes de rendimento da organização terrorista e dos grupos a si filiados surgiram com os raptos de estrangeiros.

Na resolução nº 1904 de 17 Dezembro 2009, o Conselho de Segurança da ONU assumia que:

*“Se déclarant préoccupé par la multiplication des enlèvements et des prises d’otages auxquels se livrent les personnes, groupes, entreprises et entités associés à Al-Qaida, à Oussama ben Laden ou aux Taliban dans le but de lever des fonds ou d’obtenir des concessions politiques.”*<sup>26</sup>

Segundo estimativas avançadas por Nünlist (2013) do Center for Security Studies (CSS) de Zurique, em 2011, apenas à AQMI os governos europeus teriam pago 150 milhões de Euros de resgates para a libertação de reféns). A AQMI ter-se-á inspirado no sucesso mediático planetário e financeiro que resultou do pagamento de importantes resgates à Al-Qaeda e às suas filiais no Iraque, Paquistão, Afeganistão e Somália.

---

<sup>24</sup> Tradução do autor: o “*objectivo político*” das forças argelinas “*é antes de mais neutralizar os terroristas enquanto, para nós [franceses], a missão prioritária, é salvar a vida dos reféns*”.

<sup>25</sup> *Halal* (árabe) significa “autorizado” ou “lícito” segundo a lei islâmica. É um termo frequentemente utilizado no abate de animais para consumo segundo o Islão e na qualificação da alimentação autorizada.

<sup>26</sup> Tradução do autor: “*Declarando-se preocupado com a multiplicação dos raptos e tomadas de reféns aos quais se dedicam pessoas, grupos, empresas e entidades associadas à Al-Qaeda, a Ossama Bin Laden ou aos talibãs com o objectivo de angariar fundo ou obter concessões políticas*”.

Em Abril de 2014, o sucessor de Osama Bin Laden, Ayman al-Zawahiri, instigou “os muçulmanos” a raptar Ocidentais, particularmente americanos, para que estes fossem usados como moeda de troca de jihadistas prisioneiros. A partir do segundo semestre do mesmo ano, o auto-proclamado Estado Islâmico (EI) passou igualmente a aplicar a mesma estratégia.

Todavia após os impactos negativos causados pelas operações suicidas que vitimavam mais civis muçulmanos que “infiéis”, as organizações terroristas islamistas confrontaram-se com dificuldades ideológicas para dar um sentido religioso a tais operações, considera Mohamed Mokeddem (2010). Para justificar tais acções do “jihadismo salafista” foram lançadas *fatwas* que autorizavam a tomada de reféns, *fatwas* apoiadas por leis que datavam da época da Cruzadas quando o mundo estava dividido entre a “terra do Islão” e a terra dos “Cristãos ímpios”. Assim, em qualquer país mergulhado num conflito considerado como “território de guerra” e especialmente nas “terras do Islão”, ou seja, em todos os países muçulmanos, qualquer estrangeiro não muçulmano, turista ou trabalhador, é considerado como um inimigo e classificado como “gentes de guerra” que devem ser combatidos.

Quanto aos resgates exigidos para a libertação dos reféns, que seriam pagos por países “ímpios”, uma *fatwa* emitida por Abou Moundhir El Shinqiti autorizou as organizações terroristas de inspiração islâmica a receberem esse dinheiro “*legalmente porque ele pertence a países que combatem o Islão e os muçulmanos*” (Mokeddem, 2010, p. 28).

Para além das *fatwas* de predicadores que dão uma cobertura religiosa aos raptos de estrangeiros, os grupos islamistas reputados pelas tomadas de reféns e macabras execuções de reféns alegam também uma legitimação divina nas suas acções transmitida directamente pelo Alcorão através da Surate 47:4:

*“Então, quando deparardes, em combate, os que renegam a Fé golpeai-lhes os pescoços, até quando os dizimardes, ou então, acorrentai-os firmemente. Depois, ou fazer-lhes mercê, ou aceitar-lhes resgate, até que a guerra deponha seus fardos. Essa é a determinação. E, se Allah quisesse, defender-Se-ia deles, mas Ele vos ordenou a guerra, para pôr-vos à prova, uns com outros. E aos que são mortos, no caminho de Allah, Ele lhes fará sumir as boas obras.”*

No entanto, esta Surate pretende explicar os *“raptos, mas em termos militares”*, diz-nos o Sheikh Zabir Edriss (2015)<sup>27</sup>, acrescentando que se enquadra no tempo do nascimento do Islão quando surgiram várias guerras e *“estabelecia assim algumas regras de conduta que deveriam ser tomadas entre militares”*. Segundo o Sheikh Zabir Edriss, os terroristas raptam civis, *“o que não tem nada a ver com militares”*. E esclarece que *“Sobre os raptos de civis temos imensos versos e passagens do Profeta tirados de livros autênticos, que referem que não se pode tocar em civis, ou apenas em casos super excepcionais os civis poderiam ser utilizados como escudos”*. Considera que ao citar a Surate 47:4, pretende-se arrastar o Islão *“para tentarem justificar o injustificável”*.

O Sheikh Zabir Edriss enfatiza que na terminologia patente na Surate *“o texto original refere ‘quando te encontrares com o teu inimigo’*, explicando que assim está *“claramente a referir uma situação de batalha e de confronto. O Islão estabelece várias regras sobre as circunstâncias que podem levar a uma guerra”*. Além dessas circunstâncias, o Sheikh Zabir Edriss afirma que *“o Islão proíbe atacar sem ter sido atacado”*.

Segundo o Sheikh Zabir Edriss, *“o problema também é que no Islão existem várias facções de pensamento”* e, por outro lado, *“o Alcorão tem alguns versos que são militares e tem outros que são estadistas, assim um indivíduo tem de ter cuidado na interpretação desses versos (...) há versos que são claramente para estadistas”*; por esse motivo, *“é preciso ter muita atenção nas traduções do Alcorão”*.

## **6. Ouro Branco e o “Walking gold”**

Logo após o período da Guerra Fria, a Nigéria destacou-se como um dos países com maior número de acções de raptos para resgates, tendo como alvo privilegiado os trabalhadores ocidentais expatriados que trabalham nas plataformas petrolíferas. Os raptos designavam os resgates de expatriados Ocidentais de “Ouro Branco”, “Walking

---

<sup>27</sup> Entrevista telefónica realizada a 31 de Março de 2015. O Sheikh Zabir Edriss é teólogo na Mesquita Central de Lisboa e ex-Sheikh da Mesquita de Odivelas. É professor no Colégio Islâmico de Palmela. É formador e tradutor das línguas Urdu, Árabe e Inglês. É membro da Comissão de Apoio a Convertidos ao Islão e à Comunidade não Muçulmana. Possui uma licenciatura em Teologia e outra em Línguas pela Universidade de Manchester, em Inglaterra. Colabora com o Instituto Luso-Árabe para a Cooperação - ILAC.

Gold” (Ouro Caminhante) e de “ATM” (Multibanco; esta designação é também usada na América Latina), fazendo alusão à alta rentabilidade proveniente do seu pagamento.

Segundo Jaeger (2009, p. 67),

*“o primeiro produtor de petróleo em África, a Nigéria, não explora as suas riquezas apenas no seu subsolo. Os engenheiros estrangeiros que vêm trabalhar no país são considerados como uma parte não menos importante do produto nacional, dado que os resgates exigidos para os libertar pelos raptos ocasionais dispersos pelo país fazem viver centenas de famílias. Durante o primeiro semestre de 2007, 150 ‘Branco’ foram raptados na Nigéria.”*

Consequentemente, na Nigéria os estrangeiros tornaram-se no alvo preferencial dos raptos mas as hipóteses de estes serem executados tornaram-se muito mais reduzidas do que antes tinham sido (Yun, 2008, p. 26). Esta curiosa inversão resulta do valor que é atribuído a um estrangeiro refém. A título de exemplo, o resgate exigido por um refém nacional na Nigéria rondava em 2010 os 30 mil USD enquanto, na mesma ocasião, o resgate exigido por um estrangeiro refém poderia atingir 200 mil USD (McAvoy, 2010).

Atingindo particularmente a população local nigeriana, a seita terrorista Boko Haram também adoptou na sua estratégia os raptos de massa, tal como as 274 jovens estudantes raptadas colectivamente pelo Boko Haram a 14 de Abril de 2014 em Chibok, com o objectivo de efectuarem “casamentos forçados”.

O Delta do Níger, que se destaca como o “porta-moedas” nigeriano, devido à importância das suas reservas petrolíferas, tem sido o palco do maior número de raptos de Ocidentais na Nigéria, os quais são maioritariamente funcionários de empresas petrolíferas. Inicialmente os raptos de Ocidentais foram justificados como táticas dos grupos separatistas a operarem na região, onde se destacou o Movement for the Emancipation of the Niger Delta<sup>28</sup> (MEND). Um movimento híbrido que se assumira como um movimento social e alegava que suas acções eram sustentadas por motivações políticas, mas a partir de 2005 o MEND passou a adoptar práticas clássicas de organizações criminosas e terroristas.

---

<sup>28</sup> Movimento para a Emancipação do Delta do Níger.

Com a multiplicação dos raptos no Delta do Níger em 2006, aquilo que foi entendido como raptos por motivos económicos, raptos como instrumento político e raptos no quadro de uma luta de libertação acabou por tornar-se apenas em raptos de cariz puramente criminal.

Também em África, na margem Oriental, desenvolveu-se a pirataria marítima nas costas da Somália no Golfo de Aden. É o resultado da situação política caótica na Somália que permitiu o desenvolvimento de uma teia que envolve, nos actos de pirataria marítima e tomada de reféns, grupos criminosos semiorganizados relacionados com grupos terroristas islamistas, tais como os Shebab próximos da Al-Qaeda.

O Golfo de Aden é um *check-point* virtual da principal e mesmo incontornável auto-estrada marítima para o acesso ao Canal de Suez. O fenómeno da pirataria marítima nesta região caracterizada pela tomada de reféns estrangeiros e exigência de resgates chegou a pôr em causa os percursos e rotas habitualmente adoptados pela marinha mercante. Um fenómeno que não parou de crescer até 2010. Tendo em conta a natureza global do problema, a resposta multilateral foi da mesma dimensão. Entre 2011 e 2012, as acções conjuntas da Comunidade Internacional conseguiram reduzir em 75%<sup>29</sup> os actos de pirataria e tomada de reféns nesta região.

As motivações dos raptos nestes espaços geográficos da África Ocidental e Oriental nem sempre têm uma motivação política, apesar dos grupos reputados pelos raptos alegarem pertencerem a um grupo separatista, de resistência ou serem filiados a redes de terrorismo internacional. As motivações ideológicas ou político-religiosas são, frequentemente, um álibi ou cobertura de um fenómeno social ou de crime organizado.

*“Falei com muitos raptos e perguntei-lhes porquê e o que os motivava a fazer raptos. Respondiam-me quase sempre que eram raptos de profissão. Pude verificar que os raptos são um meio de vida. Tal como na Somália ou no Delta do Níger”,* contou Clint van Zandt (2015). Não foi, nem por sombras, o único a fazer esta leitura. Na verdade, Gérard Jaeger (2009, p. 216) também considera que *“de forma geral, toda a tomada de reféns está ligada à sua própria finalidade, que é o reembolso do acto do sequestro, o regatear e a resolução do contrato de rapto”*.

---

<sup>29</sup> Chair's Summary (2013). International Workshop against Kidnapping – Global Counterterrorism Forum.

## 7. Raptar, encenar, decapitar

Uma subida sensível de intensidade iria em breve emergir a par com a saída dos norte-americanos e dos seus aliados do Grande Médio Oriente e da Ásia Central em que a Administração Obama se empenhou. A 19 de Agosto de 2014, o autoproclamado Estado Islâmico, Daesh, anunciou com um estrondo táctico ter decapitado o jornalista norte-americano James Foley. Desde o anúncio do rapto de James Foley que a Administração Obama manteve a postura de não negociar com os raptadores, assim como recusar o pagamento de resgate para a sua libertação.

Foi apenas um início. Duas semanas depois, o Daesh reivindicou através de um vídeo a decapitação do jornalista israelo-americano Steven Stoloff, raptado em Agosto de 2013 junto à fronteira turca. Em Setembro foi anunciada a decapitação, também apresentada em vídeo, do britânico David Haines, de quem a Inglaterra recusara, tal como os Estados Unidos, negociar a libertação através do pagamento de resgate.

No mesmo mês, o montanhista francês Hervé Gourdel foi raptado na Argélia e decapitado após o recém-criado Jund Al-Khilafa, grupo argelino que anunciou solidariedade com o Daesh, ter imposto um prazo de 24 horas ao Governo Francês para parar os ataques aéreos contra o Daesh no Iraque. Hervé Gourdel foi decapitado e o vídeo da sua execução difundido na internet.

Em Outubro de 2013, é decapitado o britânico Allan Henning, voluntário na ajuda humanitária. A Inglaterra terá mantido o mesmo princípio de recusa de pagamento de resgate ou de negociar com terroristas. No mesmo mês, o jornalista iraquiano Raad Al-Azzawi é decapitado em público.

Peter Kassig, trabalhador humanitário americano, ex-soldado, convertido ao Islão, raptado na Síria em 2013, foi por sua vez decapitado em Novembro de 2014. A “cerimónia”, como se tornara habitual, foi de novo pública e bem difundida *urbi et orbi*.

Estas execuções de reféns, interpretadas como um resultado da inflexibilidade anglo-saxónica em negociar com terroristas e pagar resgates, começaram a levantar o debate nos EUA relativamente à moralidade da postura norte-americana perante estas crises. Ou seja, um novo ponto de aplicação, desta feita nas frentes políticas internas

Ocidentais, viu-se assim trazido à baila, numa tática comum aos conflitos assimétricos que regressaram em força.

Em Dezembro de 2014, o editorialista do *Washington Post*, Dana Milbank, publica um artigo de opinião intitulado “*Under the U.S. ransom policy, families pay a price*” (Milbank, 2014). No artigo Milbank defende que:

*“In theory, the no-ransom policy makes sense as part of an overall strategy that says no negotiations with terrorists. But in practice, American purity in this area is neither real (the United States often cuts deals with terrorists and their sponsors) nor productive. (...) The administration has argued that paying ransom and bargaining with terrorists would make Americans more vulnerable to hostage-taking. But the hard-line stance clearly hasn’t stopped terrorists from seizing Americans; it means only that these Americans are more likely to die.”*<sup>30</sup>

Dana Milbank destaca também que, dos 23 reféns conhecidos do Estado Islâmico, 15 tinham sido libertados: quatro franceses, três espanhóis, dois dinamarqueses, um italiano, um belga, um sueco, um suíço e um peruano. Todos oriundos de países que, segundo Milbank, estavam dispostos a pagar resgates. Os seis reféns assassinados (um russo, dois ingleses e três americanos) eram originários de países que recusavam pagar resgates.

Segundo Pascale Siegel (2015)<sup>31</sup>, presidente da Insight Through Analysis nos EUA, o artigo de Milbank lançou pela primeira vez nos EUA, de forma séria, o debate público sobre o pagamento de resgates e a negociação com terroristas para a libertação de reféns, um tema que até esse momento não gerava qualquer controvérsia nem era tema que merecesse debate nos EUA.

Apesar da opinião pública norte-americana ser favorável à política de não negociar com terroristas e não pagar resgates, com a mediatização dos debates e envolvimento das famílias dos reféns americanos executados, a Administração Obama

---

<sup>30</sup> Tradução do autor: “Em teoria, a política de não-resgate faz sentido como parte de uma estratégia global que diz que não há negociações com os terroristas. Mas, na prática, a pureza americana nesta área não é nem real (os Estados Unidos muitas vezes negocia com os terroristas e seus patrocinadores), nem produtivo. (...) O governo argumentou que o pagamento de resgates e negociar com terroristas faria os americanos mais vulneráveis à tomada de reféns. Mas a postura linha-dura claramente não parou os terroristas de capturar americanos; isso significa apenas que esses americanos são mais propensos a morrer”.

<sup>31</sup> Entrevista realizada em McLean, Washington DC, a 4 Fevereiro de 2015.

decidiu rever a sua estratégia e criou uma “célula”, envolvendo o FBI, o Departamento de Defesa, Departamento de Estado e a “comunidade das informações”, exclusivamente vocacionada na coordenação e gestão das crises de reféns de americanos no estrangeiro.

## **8. Evolução dos acordos e legislação internacional**

Os crimes de rapto, sequestro, tomada de reféns assim como as especificidades da vítima como refém e o seu estatuto evoluíram face ao Direito Internacional a par com os acontecimentos e suas repercussões.

As primeiras menções são tímidas mas, com o término da Segunda Grande Guerra, o Estatuto do Tribunal Militar, que surgiu na sequência dos Acordos de Londres de 8 de Agosto 1945, descriminou no art. 6º os crimes da competência jurisdicional do Tribunal:

- a) Crimes contra a paz;
- b) Crimes de Guerra;
- c) Crimes contra a Humanidade.

No que qualificara como Crimes de Guerra cometidos pelos países do Eixo durante o conflito, define:

*“Crimes de guerra: nomeadamente, violações das leis ou costumes de guerra. Tais violação incluem, exemplificadamente, homicídio, maus-tratos ou deportação para trabalho forçado ou qualquer outro propósito do ou em território ocupado, assassinato ou maus-tratos de prisioneiros de guerra ou pessoas em mares, assassinato de reféns, pilhagem de propriedades públicas ou privadas, destruição deliberada de cidades ou vilarejos ou devastação não justificada por necessidade militar.”*

Deste modo, os Acordos de Londres de 8 de Agosto 1945 reconheciam o “assassinato de reféns” como um Crime de Guerra. Um reconhecimento que todavia não imputou ao crime de tomada de reféns uma autonomia jurídica no Direito Internacional.



Porém, começava a evoluir o peso do crime perante o quadro do Direito Internacional referente à tomada de reféns, enquadrado na moldura de um Crime de Guerra. Tal como ficou patente na IV Convenção de Genebra de 12 Agosto de 1949 Relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, art. 28º: *“Nenhuma pessoa protegida poderá ser utilizada para colocar, pela sua presença, certos pontos ou certas regiões ao abrigo das operações militares”*.

Seguramente tendo em mente os factos empíricos, este artigo faz alusão directa à utilização de reféns como *“escudos humanos”*<sup>32</sup>. Na secção referente às Disposições comuns aos territórios das Partes no conflito e aos territórios ocupados da mesma Convenção, o art. 34º estabeleceu claramente que *“é proibida a tomada de reféns”*.

O art. 3º da Convenção de Genebra de 12 Agosto 1949, comum nos quatro protocolos que a compõem, estabeleceu que:

*“no caso de conflito armado que não apresente um carácter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Partes contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada a aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:*

*1) As pessoas que não tomem parte directamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimentos, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de carácter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.*

*Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:*

*a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;*

*b) A tomada de reféns;*

---

<sup>32</sup> Vários exemplos de reféns utilizados como “escudos humanos” poderiam ser citados. Optamos por destacar as centenas de reféns ocidentais utilizados como “escudos humanos”, designados como “convidados”, no Iraque por Saddam Hussein em 1990 após a invasão do Kuwait, que na visão do líder iraquiano impediriam um bombardeamento de Bagdade pelas forças internacionais na operação Tempestade do Deserto.

*c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes; (...).”*

Cerca de duas décadas depois das Convenções de Genebra, face à vaga de episódios terroristas de pirataria aérea e consequente tomada de reféns, é assinada a Convenção de Haia de 16 Dezembro de 1970 para a Repressão da Captura Ilícita de Aeronaves.

Como é comum e desejável, a regulação jurídica seguia de perto os acontecimentos no terreno. Apesar de não fazer alusão directa à tomada de reféns e de se concentrar na cooperação entre os Estados em caso de incidentes destas características, assim como na penalização do crime de *“qualquer pessoa que a bordo de uma aeronave em voo: a) Ilícitamente, por meios violentos, ameaça do emprego de tais meios, ou por qualquer outra forma de intimidação, se apodere dessa aeronave, exerça o seu controle (...)”* é uma evolução na qualificação como crime da tomada de reféns. A Convenção de Haia de 16 Dezembro de 1970 foi completada pela Convenção de Montreal de 23 Setembro de 1971.

Em termos regionais, é importante referir também a Convenção da Organização dos Estados Americanos para a Prevenção e a Punição de Actos de Terrorismo sob a Forma de Crimes contra as Pessoas e Extorsão que sejam de Relevância Internacional, assinada em Washington a 2 de Fevereiro de 1971. Esta Convenção incitava os Estados membros a cooperarem e punirem os actos de terrorismo, raptos e extorsão em conexão com estes crimes, ou seja, resgates.

Um passo pequeno? Sem dúvida, mas a conjuntura então vigente tornava claro porquê. A década de 70, com os benefícios da retrospecção, tornou-se num período charneira. Na sequência de várias acções de raptos que visavam membros de corpos diplomáticos no Uruguai, Brasil, Guatemala e Espanha que se iniciam particularmente a partir de 1970, é adoptada pela Assembleia Geral da ONU a 14 Dezembro de 1973 a Convenção sobre Prevenção e Repressão de Crimes contra Pessoas Gozando de protecção internacional, incluindo os Agentes Diplomáticos. No seu art. 2º a) refere o facto intencional *“de cometer um homicídio, um rapto ou outro atentado contra uma pessoa gozando de protecção internacional, ou contra a sua liberdade”*.

Apesar da Convenção de 14 Dezembro de 1973 referir explicitamente o rapto como um crime, para além dos cenários previstos nas Convenções de Genebra de 1949, a conjuntura política internacional na década de 70 não permitia à Comunidade Internacional evoluir cabalmente numa Convenção de prevenção e repressão ao crime de rapto.

Nada de muito surpreendente. Esta paralisia internacional era a herança de vários países que ascenderam à independência através do recurso à luta armada em que, consequentemente, o rapto fora uma das táticas adoptadas. Por outro lado, tendo em conta a bipolaridade da política internacional em dois eixos, um pró-americano e outro pró-soviético, movimentos armados eram apoiados e financiados por cada eixo; concludentemente, a elaboração de uma Convenção de prevenção e repressão do crime de rapto era de complexa elaboração dada a falta de unanimidade.

Por esse motivo, após a tomada de reféns dos atletas israelitas pelo grupo terrorista palestino Setembro Negro durante os Jogos Olímpicos de Munique em 1972, apenas resultou a resolução ONU nº 3034 (XXVII) intitulada:

*“Measures to prevent international terrorism which endangers or takes innocent human lives or jeopardizes fundamental freedoms, and study of the underlying causes of those forms of terrorism and acts of violence which lie in misery, frustration, grievance and despair and which cause some people to sacrifice human lives, including their own, in attempt to effect radical changes.”*<sup>33</sup>

Como é comum em palcos internacionais, e sobretudo para questões que contêm uma dimensão política, tudo progrediu como que em câmara lenta, e sempre marcado por hesitações e incompletudes. Esta resolução incitou à tímida constituição de um Comité *ad hoc* sobre Terrorismo Internacional para estudar o fenómeno e elaborar recomendações e formular “*propostas concretas*” para uma “*rápida eliminação do problema*”.

---

<sup>33</sup> Tradução do autor: “Medidas para prevenir o terrorismo internacional que põem em perigo ou tomam vidas humanas inocentes ou põem em risco as liberdades fundamentais, e estudo das causas subjacentes destas formas de terrorismo e actos de violência que estão associados à miséria, frustração, ressentimentos e desespero que provocam que algumas pessoas sacrifiquem vidas humanas, incluindo a delas, na tentativa de obterem mudanças radicais”.

Devido à falta de consenso internacional, em Janeiro de 1977 em Estrasburgo os Estados Membros do Conselho da Europa optaram por elaborar a *Convention européenne pour la répression du terrorisme* (Convenção Europeia para a Repressão do Terrorismo), “*conscients de l’inquiétude croissante causée par la multiplication des actes de terrorisme*”<sup>34</sup>. Convenção assente na necessidade de cooperação entre os Estados Membros em matéria de extradição nos crimes considerados como uma infracção política, como uma infracção conexa a uma infracção política ou como uma infracção inspirada por motivações políticas:

*“a) les infractions comprises dans le champ d’application de la Convention pour la répression de la capture illicite d’aéronefs, signée à La Haye le 16 décembre 1970;*

*b) les infractions comprises dans le champ d’application de la Convention pour la répression d’actes illicites dirigés contre la sécurité de l’aviation civile, signée à Montréal le 23 septembre 1971;*

*c) les infractions graves constituées par une attaque contre la vie, l’intégrité corporelle ou la liberté des personnes ayant droit à une protection internationale, y compris les agents diplomatiques;*

*d) les infractions comportant l’enlèvement, la prise d’otage ou la séquestration arbitraire (...).”*<sup>35</sup>

A Convenção Europeia para a Repressão do Terrorismo (1977) provocou uma evolução prática penal perante o crime de tomada de reféns com motivações políticas. Uma convenção que foi assinada na sequência da inércia internacional face ao fenómeno, mas também devido à vaga de terrorismo, e consequentemente de raptos, que atingiu vários países europeus e sobretudo a França, Itália, Alemanha e Inglaterra.

Pouco após a elaboração da referida Convenção Europeia e corrigindo a lacuna patente na resolução da Assembleia Geral da ONU nº 3034 (XXVII), são adicionados

---

<sup>34</sup> Tradução do autor: “*conscientes da precaução crescente causada pela multiplicação dos actos de terrorismo*”.

<sup>35</sup> Tradução do autor: “*a) as infracções incluídas no âmbito de aplicação da Convenção para a repressão da captura ilícita de aeronaves, assinada em Haia a 16 de Dezembro de 1970; b) as infracções incluídas no âmbito de aplicação da Convenção para a repressão dos actos ilícitos contra a segurança da aviação civil, assinada em Montreal a 23 de Setembro de 1971; c) as infracções graves caracterizadas por um ataque contra a vida, integridade física ou à liberdade das pessoas gozando de protecção internacional, incluindo os agentes diplomáticos; d) as infracções comportando o rapto, a tomada de reféns ou o sequestro arbitrário (...)*”.

dois Protocolos às Convenções de Genebra, adoptados a 8 de Junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário. O Protocolo I, relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais, art. 75º, estabelece que a tomada de reféns permanece proibida *“em qualquer momento ou lugar, quer sejam cometidos por agentes civis quer por militares”*.

O Protocolo II, relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais, estabelece no art. 4º que *“todas as pessoas que não participem directamente ou já não participem nas hostilidades, quer estejam ou não privadas da liberdade, têm direito ao respeito da sua pessoa (...)”* e *“em qualquer momento ou lugar”* são proibidos, nomeadamente, os atentados contra a vida e tomada de reféns.

Pequenos passos foram assim sendo dados.

## 9. A Pequena Grande Convenção

O reconhecimento da tomada de reféns como uma infracção autónoma reconhecida pelo Direito Internacional surge com a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns adoptada em Nova Iorque a 17 de Dezembro de 1979.

Tendo em conta as particularidades da geografia política internacional, assim como os conflitos regionais em 1979, a Convenção tentou salvaguardar-se no preâmbulo sublinhando *“o princípio da igualdade de direitos dos povos e do direito dos mesmos a dispor de si próprios, consagrado na Carta das Nações Unidas e na Declaração dos Princípios do Direito Internacional”*. Sublinhou também que a *“tomada de reféns é um delito que preocupa gravemente a comunidade internacional e que, de acordo com as disposições da presente Convenção, toda a pessoa que cometa um acto de tomada de reféns deverá ser julgada ou extraditada”*.

A fim de reforçar as particularidades políticas internacionais referidas, a Convenção limitou também a sua aplicabilidade no art. 12º, abrindo todavia uma brecha à sua própria inaplicabilidade e dando azo a múltiplas considerações e interpretações sobre a qualificação dos movimentos armados e legitimidade das causas defendidas:

*“Na medida em que as convenções de Genebra de 1949 para a protecção às vítimas da guerra ou os protocolos adicionais a essas convenções sejam aplicáveis a um determinado acto de tomada de reféns e os Estados partes na presente Convenção sejam obrigados, de acordo com aquelas convenções, a processar ou a entregar o autor da tomada de reféns, a presente Convenção não deverá ser aplicada a actos de tomada de reféns cometidos no decurso de conflitos armados, tal como definidos nas convenções de Genebra de 1949 e respectivos protocolos, incluindo os conflitos armados mencionados no n.º 4 do artigo 1.º do Protocolo adicional I de 1977, em que os povos lutem contra o domínio colonial e a ocupação estrangeira e contra regimes racistas, no exercício do seu direito à autodeterminação, consagrado na Carta das Nações Unidas e na declaração dos princípios do direito internacional referentes às relações de amizade e cooperação entre os Estados nos termos da Carta das Nações Unidas.”*

No art. 13º exclui os casos de tomadas de reféns sem carácter internacional e os casos de raptos cometidos por grupos armados em conflitos com propósitos separatistas:

*“A presente Convenção não deverá ser aplicada quando a infracção for cometida no território de um único Estado, o refém e o presumível autor da infracção forem nacionais desse Estado e o presumível autor da infracção for descoberto no território desse Estado.”*

Apesar das limitações patentes nesta Convenção, ela marcou um avanço no reconhecimento jurídico internacional do delito da tomada de reféns. No art. 2º estabeleceu que os Estado devem reprimir esta infracção e, por outro lado, reconheceu que um Estado pode ser o autor da infracção.

Também na presente Convenção foi incriminada a “tentativa” e a “cumplicidade” na tomada de reféns e instou os Estados a “prestar uns aos outros o maior auxílio judiciário possível em todos os processos penais relativos às infracções previstas” (art. 11º).

Consequentemente e como já foi referido, a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns não esteve livre de polémicas. A sua elaboração foi marcada pelas posições manifestadas nas Nações Unidas pelos países Não-Alinhados que recusaram

condenar os actos de terrorismo, tais como a tomada de reféns, porque interpretavam estas acções como meios das lutas de libertação contra o colonialismo ou a ocupação estrangeira. Por esse motivo, voltamos a enfatizar, foi incluído o art. 12º que acabou por considerar também a Tomada de Reféns como um meio de acção legítimo quando “*os povos lutem contra o domínio colonial e a ocupação estrangeira e contra regimes racistas, no exercício do seu direito à autodeterminação*”.

Um dos artigos mais polémicos e que mereceu mais comentários e críticas pelos Estados signatários foi o art. 16º:

*“1 - Qualquer diferendo entre dois ou mais Estados partes relativamente à interpretação ou aplicação da presente Convenção que não seja solucionado através de negociações será submetido a arbitragem, a pedido de um deles. Se no prazo de 6 meses a partir da data do pedido de arbitragem as partes não conseguirem chegar a acordo quanto à organização da mesma, qualquer uma delas poderá submeter o diferendo ao Tribunal Internacional de Justiça, mediante requerimento feito de acordo com o estatuto do Tribunal.*

*2 - Qualquer Estado poderá, no momento da assinatura, da ratificação ou da adesão da presente Convenção, declarar que se não considera obrigado pelas disposições do n.º 1 do presente artigo. Os outros Estados partes não ficarão obrigados pelas mesmas disposições relativamente a um Estado parte que tenha formulado aquela reserva.”*

Em debate estava a competência e reconhecimento do Tribunal Internacional de Justiça que levou vários Estado signatários a formularem reservas e a manifestarem que não se consideravam obrigados às disposições do nº 1 do mesmo artigo.

Por outro lado, foi também debatida a questão da eficácia da Convenção, tendo em conta que as principais tomadas de reféns em 1970 e 1980 foram justificadas com argumentos políticos e no quadro de conflitos de âmbito nacional tais como: guerra civil libanesa, luta independentista palestina, lutas revolucionárias com objectivo de tomada do poder como decorria na América Latina e ocorreu no Irão.

Apesar das suas limitações, justificável pelas conjunturas políticas da época, salientamos que a Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns marcou uma nova etapa no reconhecimento jurídico do crime de Tomada de Reféns.

A legislação contra os raptos e tomadas de reféns ficara todavia paralisada devido à falta de consenso internacional na definição de terrorismo e terroristas, afectando consequentemente a interpretação dos raptos e tomadas de reféns de carácter político, tendo em conta que estes crimes são uma tática adoptada também por grupos com estas características.

Mesmo assim foi adoptada na Assembleia Geral da ONU, a 9 de Dezembro de 1999 em Nova Iorque, a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, tendo ficado estabelecido que qualquer moldura de comportamentos que visem a obtenção de fundos, por meios lícitos ou ilícitos, e financiamento de actos terroristas é uma infracção. Apesar de não estar centrada ou mencionar a questão dos resgates, esta convenção foi um passo para a condenação subliminal do pagamento de resgates como um dos meios de financiamento do terrorismo.

E de novo a conjuntura e o seu peso. Após os ataques terroristas aos EUA a 11 de Setembro de 2001 e as consequentes acções militares nos países do Golfo Pérsico, os raptos ressurgiram como uma arma de grupos afiliados à Al-Qaeda e também de grupos insurgentes contra a presença de tropas estrangeiras nos seus países, encaradas localmente como “*forças de ocupação*” tal como explicou Pascale Siegel (2015).

Segundo um estudo de Minwoo Yun (2008, p. 103), o fenómeno de raptos agravou-se após a intervenção militar no Iraque. Assim, entre 2003 e 2006, foi registado um aumento de 68% dos episódios de raptos relativamente ao período entre 1970 e 2003.

E mais uma vez a regulação a ver-se desencadeada pelos factos. No rescaldo dos ataques de 11 de Setembro, o Conselho da União Europeia tomou medidas específicas relativamente à luta contra o terrorismo através da decisão-quadro 2002/475/JAI.

Com esta decisão-quadro, o Conselho da União Europeia defendeu que a definição das infracções terroristas e de grupos terroristas deve ser semelhante em todos os Estado membros.

No art. 1º define como infracções terroristas as acções que tenham como objectivo, entre outros, intimidar gravemente uma população, forçar indevidamente os poderes públicos ou uma organização internacional a efectuar ou abster-se de efectuar



um acto qualquer, atentados contra a vida de uma pessoa podendo causar a morte, atentados graves à integridade física de uma pessoa e rapto ou tomada de reféns.

No art. 4º da decisão-quadro 2002/475/JAI defendeu também a penalização da cumplicidade na infracção, como também a incitação e a tentativa.

No quadro da cooperação entre os Estados membros da União Europeia, a Europol desenvolveu a Plataforma da Europol para Peritos (Europol Platform for Experts, EPE) que se subdividiu em vários grupos especializados, entre os quais a Rede Europeia de Equipas de Aconselhamento (European Network of Advisory Teams, EuNAT), na qual está integrada a Polícia Judiciária portuguesa. Tal como ficou patente no Relatório Geral sobre as Actividades da Europol de 2011, a EuNAT é constituída:

*“por equipas de aconselhamento e unidades de gestão de crises de agências responsáveis pela aplicação da lei que prestam aconselhamento estratégico e/ou tático, coordenação e apoio a investigações em matéria de rapto, tomada de reféns e extorsão.”*

Deste modo, a EuNAT estabelece uma ligação permanente entre as equipas de aconselhamento e a Europol, a fim de *“facilitar a cooperação internacional imediata em resposta a riscos que constituam uma ameaça à vida”*, tal como refere o mesmo Relatório. Particularmente vocacionada para as matérias de rapto, tomada de reféns e extorsão, a EuNAT promove regularmente encontros de trabalho em que são partilhadas técnicas adoptadas na resolução destas crises aplicadas em casos reais.

## **10. Um Memorando de boas intenções**

O aumento de raptos de estrangeiros por organizações terroristas e políticas ampliou consequentemente a frequência de pagamento de resgates para libertação dos reféns.

Incitados pela dinâmica e mediatização da Al-Qaeda nos países do Golfo, organizações terroristas de carácter islâmico nos países do Norte de África fundiram-se numa organização denominada Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI), em que dominava o braço argelino do extinto Grupo Salafista de Predicação e Combate

(GSPC). Respeitando os métodos e meios da “casa mãe”, a AQMI passou a adoptar os raptos para resgate como um dos seus principais meios de financiamento.

A Argélia, sendo um dos países mais atingidos pelas acções da AQMI e pelo fenómeno de raptos na região Cabília (operados por células terroristas, mas particularmente por organizações criminosas), estava especialmente incomodada que os países europeus optassem facilmente pelo pagamento de resgates para a resolução das crises de raptos de compatriotas na região. Perante esta situação, a Argélia promoveu uma campanha internacional contra o pagamento de resgates.

É neste ambiente que a 19 de Abril de 2012 teve lugar em Argel o Global Counterterrorism Forum (GCTF), em que os EUA e a Argélia elaboraram o “*Memorando de Argel sobre as boas práticas em matéria de raptos contra resgates por terroristas e eliminação dos benefícios que daí resultam*”<sup>36</sup>, que ficou conhecido como o Memorando de Argel.

O Memorando refere que:

*“les mesures efficaces et efficientes prises à ce jour pour contrecarrer le financement du terrorisme ont contraint les mouvements terroristes, en particulier ceux qui sont affiliés à Al-Qaïda, à s’adapter à la nouvelle donne, autrement dit à élaborer et à utiliser de “nouveaux” moyens pour financer leurs activités. Ils se sont notamment tournés vers la contrebande, le trafic de stupéfiants et d’armes et les enlèvements contre rançon, dont le paiement est exigé pour la libération des otages.”*<sup>37</sup>

O Memorando de Argel faz ainda as seguintes recomendações: aumento da informação aos viajantes; reforço da cooperação de organismos, tais como a Interpol; reforço da comunicação e cooperação entre Estados; criação de mecanismos de coordenação nacional com a cooperação internacional para localização de terroristas

---

<sup>36</sup> No original: “*Mémoire d’Alger sur les bonnes pratiques en matière de prévention des enlèvements contre rançon par des terroristes et d’élimination des avantages qui en découlent*”.

<sup>37</sup> Tradução do autor: “As medidas eficazes e eficientes tomadas até hoje para neutralizar o financiamento do terrorismo forçaram os movimentos terroristas, e particularmente aqueles que estão afiliados à Al-Qaeda, a adaptarem-se à nova situação, por outros termos a elaborar e a utilizar ‘novos’ meios para financiarem as suas actividades. Viraram-se particularmente para o contrabando, tráfico de estupefacientes e armas e raptos contra resgates, cujo pagamento é exigido para a libertação dos reféns.”

que efectuem raptos para resgates; denegação do pagamento de resgates para a libertação de reféns, sendo este ponto particularmente assinalado.

Em Janeiro de 2014, na sequência do Memorando de Argel, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a resolução 2133 (2014)<sup>38</sup>, em que apela aos países a não pagarem resgates em crises de raptos. Na mesma resolução destacou a importância do Memorando de Argel.

O efeito prático do Memorando de Argel permaneceu apenas patente na postura dos seus dois principais promotores, EUA e Argélia, acrescentando-se ainda o Reino Unido. É que desde 2012, a alternativa de pagamento de resgates para resolver crise de reféns foi frequentemente empregue, ainda que por norma via intermediários privados.

Em Março de 2014, o Conselho Económico e Social da ONU elaborou um relatório intitulado Cooperação Internacional na prevenção, Combate e Eliminação dos Raptos e Medidas de Assistência às Vítimas<sup>39</sup>. Neste documento, recordou a resolução 2002/16 de 24 de Julho de 2002, em que já condenava a prática de raptos, em qualquer circunstância, assim como a exigência de pagamento de resgates. Propôs também, entre outros pontos, a criação e desenvolvimento de planos nacionais de acção contra os raptos, a criação de uma agência central especializada em raptos, uma base actualizada sobre raptos e o reforço dos mecanismos de cooperação nesta matéria. Todavia, as recomendações não passaram de um conjunto de boas intenções que cada Estado poderia ter em conta ou não.

## 11. Resgates: Pagar ou não pagar, eis a questão

O Memorando de Argel afirma claramente que o pagamento de resgates para a libertação de reféns é um dos meios de financiamento do terrorismo. Uma posição que é partilhada de forma consensual, mas a recusa do pagamento de resgates não beneficia na prática da mesma unanimidade.

---

<sup>38</sup> Resolução da ONU 2133 (2014).

<sup>39</sup> Título original: *International cooperation in the Prevention, combating and elimination of kidnapping and providing assistance to victims*.

Como foi anteriormente referido, em Janeiro de 2014, o Conselho de Segurança da ONU adoptou também a resolução 2133 (2014), em que apelou aos Estados membros para recusarem o pagamento de resgates ou concessões políticas que beneficiem os terroristas. Os Estados aplaudiram a resolução, mas a decisão de pagamentos de resgates permaneceu como uma decisão unilateral secreta com geometrias variáveis.

De acordo com uma análise de Nünlist (2013, p. 2) do CSS,

*“no decorrer do primeiro semestre de 2013, metade dos casos de raptos mundiais ocorreram em quatro países: Nigéria (26%), México (10%), Paquistão (9%) e o Iémen (7%). Segundo o governo australiano, um resgate foi pago em 64 por cento dos casos de raptos no mundo.”*

Na mesma análise foi referido que:

*“os milhões extorquidos pelos raptos tornaram-se num novo desafio securitário para a Comunidade Internacional. Os grupos terroristas utilizam os resgates para recrutar novos membros, manter os campos de treino, comprar armas e meios de comunicação e para organizar e realizar atentados terroristas. A zona saheliana é o epicentro deste novo método de financiamento do terrorismo.”*

Também uma investigação do jornal *New York Times* (Callimachi, 2014) revelou que entre 2009 e 2014 o pagamento de resgates foi o meio mais adoptado para a libertação de reféns ocidentais capturados pela Al-Qaeda e suas afiliadas.

Nesse período de tempo em 17 reféns franceses, 10 foram libertados após pagamento de resgates, um permanecia em cativeiro e seis morreram, eliminados pelos captores ou por outros motivos. Dezanove reféns, nomeadamente de Espanha (5), Suíça (3), Áustria (3), Canada (2), Alemanha (1), Itália (2), Finlândia (2) foram também libertados mediante pagamento de resgates. Assim, em 43 reféns, referidos pelo *New York Times*, 28 foram libertados após pagamento de resgate, seis permaneciam cativos, oito morreram e um fugiu.

Na mesma investigação, o *New York Times* revelou que cerca de 125 milhões USD foram pagos como resgates para a libertação de reféns ocidentais capturados pela

Al-Qaeda e afiliadas entre 2008 e 2014, desse montante 91,5 milhões foi recebido pela AQMI.

Contra a alternativa de pagamento de resgates para a libertação de reféns, Londres, Argel e particularmente Washington têm permanecido à cabeça de uma campanha internacional para o não-pagamento de resgates.

Todavia a *“política americana para libertação de reféns é algo com uma geometria variável”*, explicou Pascale Siegel (2015), *“a linha oficial é que os EUA não negociam com terroristas nem pagam resgates”*. Segundo Siegel, a teoria norte-americana baseia-se no *“mito de que não negociando a libertação de reféns com terroristas e recusando o pagamento de resgates, vai desmotivar os terroristas a fazerem reféns americanos. Mas desde os anos 80 os Estados Unidos não tiveram menos reféns que os outros países”*.

Também para Pascale Siegel *“depois do 11 Setembro os EUA impuseram a sua política de segurança ao mundo e declaram guerra ao terrorismo, o que não tem qualquer sentido. O terrorismo é apenas uma técnica. Declarar guerra ao terrorismo é fugir politicamente ao problema do terrorismo. Assim negociar com terroristas está poluído pelo contexto através da simplificação de que os terroristas são os maus, e consequentemente não se negocia com eles. Esta concepção das coisas polui imediatamente o debate sobre a negociação com terroristas”*.

Para Clint van Zandt (2015), *“oficialmente desde a década de 60, e mesmo antes, a política americana é de nunca negociar com terroristas. Mas essa política é muito maleável. Não se pode negociar com terroristas mas é possível dialogar com terroristas”*. E acrescenta: *“Eu mesmo dialoguei e negociei com terroristas para a libertação de reféns americanos no estrangeiro”*.

Segundo Clint van Zandt, oficialmente os EUA não pagam resgates, mas *“a família dos reféns ou empresa podem pagar resgates depois de o FBI negociar. Esta tem sido a condição oficial. Neste processo o Departamento de Estado fica de fora”*. De acordo com Clint van Zandt, a política americana de não-pagamento de resgates *“são na realidade recomendações. Mas, caso as famílias ou empresas queiram pagar resgates, os EUA querem ter o controlo do processo de negociações”*. E acrescenta:

*“no FBI acabamos por ser a ponte entre os terroristas e a família ou empresa dos reféns”.*

Concordando com a política de não-pagamento de resgates mas agindo diferentemente, a França é acusada de recorrer com frequência ao pagamento de resgates para a libertação dos seus compatriotas raptados.

Entre 2008 e 2014, a França terá pago cerca de 58,1 milhões USD de regastes (Callimachi, 2014), posicionando-se como o país que mais resgates pagou por reféns capturados pela Al-Qaeda e organizações afiliadas. Uma posição que oficialmente Paris recusa admitir.

Para Guillaume de Saint Marc (2015), *“a França aplica duas doutrinas. Oficialmente não negocia nem paga resgates. Na realidade a França não paga mas há sempre alguém que paga no seu lugar”.*

Guillaume de Saint Marc considera também que *“Não é a França, enquanto país, que paga resgates, mas sociedades ecrãs que pagam, tal como empresas resseguradoras ou então empresas de segurança privada. A questão sempre colocada é se a França paga a resseguradoras ou se paga uma cadeia de intermediários para estabelecer negociações. É uma posição cosmética onde a finalidade e conclusão acabam por ser a mesma”.*

Existem também outras variáveis que entram em linha de conta na postura francesa face à decisão para pagamento ou não de resgates. Para Pascale Siegel (2015) *“existem sempre dois aspectos em ter em consideração. A percepção dos poderes públicos e os interesses políticos de âmbito nacional. Por exemplo, segundo os cálculos do Quai d’Orsay, ao negociar e pagar resgates ao revoltosos iraquianos sabem que eles não vão utilizar esses meios para efectuarem atentados em França, ou então à AQMI sabem que não vão cometer atentados na Europa porque cada vez mais estão a recuar para sul”.*

Por outro lado, o *“risco de o Governo abrir excepções às suas políticas relativamente à negociação com terroristas e pagamentos de resgates permitindo a intervenção de empresas privadas é também muito arriscado porque deixará uma porta aberta a todo o tipo de derivas”*, defendeu Pascale Siegel. De facto, o aumento do

volume de negócios gerado pelas empresas privadas especializadas em Raptos e Resgates é proporcional ao aumento dos raptos com exigência de resgates, assim como a aumento dos valores exigidos tal como será explanado no Capítulo V.

De acordo com Minwood Yun (2008), mesmo quando o resgate exigido é inexecutável, o refém tem mais possibilidades de sobreviver que quando não há um pedido de resgate. Por outro lado, um refém estrangeiro tem sempre mais possibilidade de sobreviver que um refém doméstico, tal como já foi referido. Esta disparidade pode ser justificada pelo valor acrescido que um refém estrangeiro beneficia e que imediatamente eleva as probabilidades de sobreviver na crise, em contraste com o módico valor de um refém doméstico que eleva dramaticamente a probabilidade deste ser executado.

Esta variação é também justificada pela mediatização que envolve um refém estrangeiro, assim como o envolvimento Governamental no processo de resolução da crise, considera Yun (2008). Em contrapartida, quanto mais elevada for a posição do refém estrangeiro, tal como um embaixador, adido militar, jornalista, mais hipóteses tem de sobreviver comparativamente a um cidadão anónimo que não beneficiará da mesma cobertura mediática, uma problemática que também será abordada no Capítulo V deste trabalho.

Num passo prévio, no entanto, e num capítulo intercalar, o IV, vale decerto a pena que nos debruçemos sobre acções deste tipo que envolveram nacionais portugueses, ou que no nosso território nacional tiveram lugar. Como pode com facilidade ser constatado, as várias fases destes casos que de seguida iremos abordar têm fortes semelhanças estruturais com o que se passou fora. Uma moda instalara-se. Ou, por outras palavras, acções que poderiam parecer avulsas e de mera oportunidade revelam-se como resultantes de pressões sistémicas que não podemos desprezar.





## **CAPÍTULO IV: Portugueses e Portugal Refém**

O objectivo deste capítulo é compilar alguns episódios passados e recentes com similitudes relativamente às tipificações internacionais dos casos de raptos de portugueses no estrangeiro ou que envolveram Portugal, assim como as problemáticas inerentes suscitadas por esses e outros episódios. Felizmente, Portugal não tem uma tradição histórica como vítima frequente de raptos de expatriados ou cidadãos vítimas de tomada de reféns por motivações políticas.

A presente síntese não pretende ser exaustiva, o que seria inútil e descabido. No quadro em que se insere este trabalho, registamos alguns episódios como importantes e que marcaram profundamente o momento em que ocorreram.

Começamos por elencar acontecimentos deste tipo que ocorreram há séculos atrás. Após o desastre militar em 1437 com a tentativa da conquista da cidade de Tanger em Marrocos, o irmão do rei D. Duarte, Infante D. Fernando, permaneceu como refém para garantir a libertação dos prisioneiros portugueses e ser a “garantia” que forçaria a entrega de Ceuta que Portugal conquistara em 1415.

Vítima da peste, o rei D. Duarte não conseguiu impor um consenso nas Cortes que permitiriam a libertação do seu irmão. As Cortes reunidas em Leiria estavam divididas entre a alternativa diplomática e a militar para saída da crise.

Segundo a lenda, D. Fernando foi martirizado durante seis anos acabando por morrer em Fez em 1443. Após acordos estabelecidos com o rei de Fez, os restos mortais de D. Fernando foram depositados no Mosteiro da Batalha. Pelo martírio sofrido em cativeiro, a tradição popular aplicou a D. Fernando o cognome de Infante Santo. (Farinha, 1999, p. 19)

Este episódio remoto na história portuguesa é mencionado pelo seu simbolismo e posterior exploração na propaganda política dos regimes nacionalistas. O Infante D.

Fernando foi apresentado como o exemplo de heroísmo, patriotismo e mártir elevando popularmente o seu estado de refém a “Santo”.

Por outro lado, neste episódio lendário estão inerentes problemáticas que ainda subsistem na questão dos reféns, dada a indefinição jurídico-normativa a que atrás aludimos: Refém ou prisioneiro de guerra? Pagamento ou não de resgate? Solução diplomática ou militar? Consenso político interno possível?

Numa outra dimensão, e seguramente em termos analógicos, é possível considerar que Portugal foi refém da Inglaterra face ao *Ultimatum* imposto em 1890, como meio de pressionar a retirada da intenção portuguesa dos territórios africanos explanados no Mapa Cor-de-Rosa. Mapa que foi o resultado de uma ambição portuguesa que pretendia unir “costa a costa” Angola a Moçambique, manifestada após a Conferência de Berlim em 1885.

Portugal cedeu à Inglaterra. Esta posição, severamente criticada pelas alas políticas republicanas do Reino, precipitou a queda da monarquia em Portugal. Este exemplo sugere outra problemática: Um Estado pode ou não ser considerado como um refém; por outras palavras, esta analogia tem ou não utilidade analítica? E, se sim, onde se posiciona o caso do suposto rapto de Luís XVI?

## **1. Protestar contra o Estado Novo com um método velho**

A mais espectacular tomada de reféns que envolveu Portugal aconteceu a 22 de Janeiro de 1961 quando Henrique Galvão tomou o controlo do paquete transatlântico Santa Maria. Foram feitos reféns cerca de 600 passageiros e 300 tripulantes na designada “Operação Dulcineia”.

Henrique Galvão, autoproclamado presidente do Movimento Nacional Independente, juntamente com um grupo de 12 portugueses, 11 espanhóis e dois venezuelanos que pretendiam abalar os regimes de Oliveira Salazar e Franco, estava a operar no quadro da híbrida organização Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) (Antunes, 1991, p. 128).

Apesar do contexto específico que rodeou a tomada de reféns no paquete Santa Maria, é relevante assinalar porque foi a maior tomada de reféns que Portugal teve de gerir. Por outro lado, também demonstra a importância dos mecanismos internacionais e acordos bilaterais que podem ser accionados ou afectados nestas crises segundo a conjuntura política internacional favorável ou desfavorável do momento.

Durante o período da Guerra Ultramarina portuguesa, vários episódios de raptos e tomada de reféns ocorreram. Apesar de estarem enquadrados nas lutas independentistas, não podem ser minimizados. Foi o caso dos desvios de aviões promovidos pelo MPLA.

## **2. A jovem democracia “amordaçada” pelo terrorismo**

Em 1979, a organização terrorista FP-25, através do seu Projecto Global, estabeleceu a criação da subcomponente Comissão Nacional de Apoio e Solidariedade com os Povos em Luta (CNASPEL). Uma Comissão que tinha como missão o desenvolvimento das relações com o M-19 (Colômbia), ETA (Espanha), Sinn Fein/IRA (Irlanda), OLP (Palestina) e Frente Polisário no Sara Ocidental (Vilela, 2005, p. 24).

As FP-25 não efectuaram acções de raptos, mas a rede das suas relações externas já tinha um completo historial de acções destas características. Mesmo assim, seria especulativo e arrojado afirmar que as FP-25 poderiam evoluir operacionalmente para este tipo de acções. A eventualidade da passagem ao acto de operações de raptos pelas FP-25 apenas pode ser ponderada como hipotética e como uma ameaça de provável alinhamento e cópia dos *modus operandi* dos movimentos com quem fomentava relações.

No entanto, em Junho do ano seguinte à criação da CNASPEL, a Frente Polisário, um dos movimentos com os quais as FP-25 tinham estabelecida relações, ataca o arrastão português “Rio Vouga” quando estava na faina ao largo do Sara Ocidental e toma como reféns 15 pescadores de Matosinhos.

Apesar de estar em curso a criação de embrionários serviços de informações em Portugal, o Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro optou pela alternativa partidária

para resolver a mais espinhosa crise diplomática desde o 25 de Abril provocada pelo rapto dos 15 pescadores portugueses.

O Governo pretendia evitar qualquer atribulação nas boas relações diplomáticas com Marrocos. Assim, foi delegado a Luís Fontoura a missão de resolver a crise. Luís Fontoura não era membro do Governo, mas dirigia as relações internacionais do PSD, partido maioritário da aliança no poder, Aliança Democrática (AD).

Embora Luís Fontoura não representasse oficialmente o Governo português, era um emissário reconhecido pelas autoridades portuguesas, pela Frente Polisário e também pela Argélia, país que contribuiu activamente nas negociações que resultaram na libertação dos pescadores.

Este caso demonstra a transnacionalidade do fenómeno, a necessidade de negociar directamente com os raptos e a estratégia de nomear um negociador externo ao Governo mas reconhecido como “válido” por todas as partes envolvidas na crise. A acção de Luís Fontoura não esteve todavia livre de polémicas. Além disso, a incógnita sobre as contrapartidas e eventuais concessões políticas do Governo português à Frente Polisário mereceram debates, sem que algo fosse revelado.

A 27 de Julho de 1983, cinco jovens do Exército de Libertação da Arménia (ASALA), munidos de passaportes libaneses já expirados, entraram em Portugal como turistas. Em Lisboa aguardavam três carros que tinham sido alugados previamente através de um telex público em Beirute. Estava em curso um ataque à embaixada da Turquia em Lisboa (Darnton, 1983).

O que se supunha ser uma tomada de reféns colectiva, para exigir à Turquia que reconhecesse oficialmente o Genocídio Arménio, acabou por transformar-se num atentado suicida terrorista que se saldou em sete mortos: os cinco assaltantes, um polícia português e a mulher de um diplomata turco.

O fenómeno das FP-25 e este episódio (muito mediatizado além-fronteiras) tiveram repercussões internas profundas. Por outro lado, testaram a capacidade de reacção do Grupo de Operações Especiais (GOE), unidade antiterrorista da Polícia de Segurança Pública (PSP), fundado em 1979. Além disso, segundo Rui Pereira (2013), estes acontecimentos:

*“‘ajudaram’ a vencer certos complexos que associavam os serviços de informações às polícias políticas e a cultura de segurança aos regimes ditatoriais, gerando o ambiente propício à criação do Sistema de Informações da República Portuguesa (Lei-quadro nº 30/84, de 5 de Setembro) e à aprovação da Lei de Segurança Interna (Lei nº 2/87, de 12 de Junho).”*

Os cinco militantes arménios ficaram conhecidos nos meios nacionalistas arménios como os *Lisbon 5* (em referência aos cinco operacionais: Sarkis Abrahamian, Setrak Ajemian, Vatche Daghlilian, Ara Kuhrjulian e Simon Yahnian). Desconhecidos pela maior parte dos portugueses, são considerados mártires e exemplos da causa arménia, particularmente da luta pelo reconhecimento do genocídio arménio de 1915 pela Turquia.

A 27 de Julho de 2013, milhares de nacionalistas arménios desfilaram em Beirute e Nova Iorque em memória do 30º aniversário da acção dos *Lisbon 5*. Cerimónias religiosas foram celebradas em Encino (EUA) e na Austrália em memória dos atacantes da embaixada da Turquia em Lisboa.

Tal como outros exemplos apresentados neste trabalho, o ataque à embaixada da Turquia em Lisboa, que inicialmente apontava para uma tomada de reféns, pretendia alertar a comunicação social para determinada causa política. Por outro lado, este exemplo demonstra também que a legislação nos primeiros 10 anos pós 25 de Abril contra ameaças específicas foi apenas redigida após o país ser alvo desse tipo de crime.

Em 1999, dois jornalistas da SIC, Ricardo Andreia e Jorge Duarte, e um executivo da Portugal Telecom, João Mendes Pinto, foram raptados no Irão por presumíveis narcotraficantes quando participavam no raide Lisboa-Macau. Em declarações à agência Lusa, António Borga, subdirector de programas da SIC, afirmara que este tipo de crime *“é muito comum. Estes raptos são utilizados pelos narcotraficantes para negociar com as autoridades locais a libertação de membros do grupo que estão detidos”*. A saída da crise foi então gerida pela embaixada de Portugal em Teerão juntamente com Ministério dos Negócios Estrangeiros. Segundo o porta-voz do Ministério do Interior iraniano, os sequestradores teriam decidido libertar os reféns portugueses após Teerão recusar negociar a sua libertação.

### 3. O enclave capital do rapto de portugueses

A partir de 1989 o enclave angolano de Cabinda foi o palco do maior número de raptos de portugueses expatriados.

Em 1989 a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda/Forças Armadas de Cabinda (FLEC/FAC), movimento de guerrilha independentista criado em 1963, rapta em Inhuca dois portugueses, Silva e Nunes, funcionários da empresa Mota & Companhia<sup>40</sup>.

Após negociações directas com o governo português e a empresa Mota & Companhia, os dois reféns foram libertados. Lisboa conseguira resolver a crise, mas a FLEC/FAC ficara pouco satisfeita com os resultados. Os líderes da FLEC/FAC consideraram que: *“as autoridades portuguesas saíram pouco cooperativas e, rejeitando totalmente as condições da guerrilha, declinaram envolver-se no problema de Cabinda para reservar as suas relações diplomáticas e interesses económicos com Angola”* (ver Anexo I)<sup>41</sup>.

Apesar da FLEC/FAC não ter conseguido o que pretendia, o rapto dos dois cidadãos portugueses beneficiou de grande mediatização e a guerrilha cabindesa saiu do anonimato. Uma mediatização que foi acompanhada atentamente por um movimento de guerrilha dissidente e rival da FLEC/FAC: a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda/Política Militar (FLEC PM).

É assim que em 1990 a FLEC PM rapta o americano Brent Swan, funcionário de uma empresa subsidiária da petrolífera americana Chevron.

O rapto de Brent Swan levou os EUA a enviarem pela primeira vez uma equipa de negociadores de reféns do FBI para o estrangeiro, especificamente para o Zaire, actual República Democrática do Congo, onde a FLEC PM tinha uma base instalada num campo de refugiados.

O responsável da missão do FBI era Gary Noesner (2010), que qualificou a FLEC PM como *“grupo terrorista”* (p. 206). Segundo Noesner, os responsáveis da

---

<sup>40</sup> Este rapto ocorreu depois de terem libertarem quatro reféns franceses.

<sup>41</sup> O documento apresentado no Anexo I foi elaborado especificamente para este trabalho.

FLEC PM exigiram inicialmente o pagamento de um resgate financeiro, mas durante as negociações o resgate foi transformado em material de escritório e produtos médicos.

Os raptos de 1989 e 1990 marcam o início de uma longa série de raptos em Cabinda, que teve o seu apogeu entre 1997 e 2001, atingindo particularmente expatriados portugueses no enclave.

Em Fevereiro de 1997, a FLEC/FAC, liderada por Nzita Tiago exilado em França, raptou um trabalhador malaio e um filipino. Estes seriam libertados em Janeiro de 1998 após a intervenção da Amnistia Internacional.

No mesmo ano, também o movimento de Nzita Tiago raptou um trabalhador português da empresa Mota & Companhia. E a FLEC Renovada, nova designação da FLEC PM, raptou em 1999 dois portugueses e dois franceses da empresa Bouygues.

O pagamento de resgates para a libertação de reféns em Cabinda foi sempre negado pelas partes envolvidas. No entanto, o relatório da Human Rights Watch (HRW), *Angola explicada: Ascensão e Queda do Processo de Paz de Lusaka* (1999), levantou o véu sobre o assunto:

*“Há também uma tradição de rapto em troca de pagamentos de resgate. Em Fevereiro de 1997 um cidadão da Malásia que trabalhava para a companhia malasiana de madeiras Inwangsa SDN, morreu depois de ter sido raptado pela FLEC-FAC. O seu companheiro foi eventualmente posto em liberdade, depois de pago um resgate de U.S.\$400 mil. Uma nova série de raptos, em Abril de 1998, incluiu o rapto de dois portugueses e nove angolanos pela FLEC-FAC. Também eles foram libertados no final do ano, em troca de um resgate cujo valor se supõe ter sido de U.S.\$500 mil. Em 1999 continuam a ocorrer raptos. A 10 de Março de 1999 temia-se que cinco pessoas, entre as quais dois franceses, dois portugueses e um angolano, tivessem sido raptadas por separatistas da FLEC. Estes indivíduos trabalhavam para a Byansol, uma firma francesa de engenharia ligada à indústria de petróleo. A FLEC-R libertou o angolano e uma unidade elite do exército angolano libertou os quatro estrangeiros a 7 de Julho. Dez dias antes, a 27 de Junho, António Bembe, líder da FLEC-R, dirigiu-se a uma área remota de Cabinda, depois de lhe terem prometido U.S.\$12,5 milhões em pagamento pelos dois portugueses e dois franceses reféns, mas foi-se embora*

*sem que lhe tivessem pago. A FLEC-R tinha ameaçado matar os reféns se o governo angolano tentasse empreender actividades militares para obter a sua libertação.”*

Após a elaboração do documento pela HRW, a FLEC Renovada, por intermédio de Omar Bongo, presidente do Gabão, negociou a libertação dos dois reféns franceses e dois portugueses pelo valor de 1 milhão de dólares que foram entregues em Libreville, capital gabonesa, ao presidente do movimento António Bento Bembe, que estava acompanhado pelo secretário-geral da FLEC Renovada, Maurício Zulu. Facto raro e anedótico neste tipo de transacções, António Bento Bembe assinou recibos que atestavam a recepção do valor do resgate (ver Anexos II e III). No acordo estabelecido para a libertação dos reféns, a FLEC Renovada comprometeu-se também a não fazer mais acções “contra a Bouygues nem contra a França” (ver Anexo IV).

Em Maio de 2000, a FLEC/FAC manteve a mesma estratégia e raptou três trabalhadores portugueses (Sérgio Alves Fidalgo, Manuel Mota Nunes e Marco da Costa Santos) e um angolano da sociedade de construção Mota & Companhia.

Embora a FLEC Renovada tivesse assinado um compromisso com Omar Bongo em que renunciava às acções de raptos, tinha especificado “contra a França”. E em 2001 David de Jesus Monteiro, Adriano Moreira Dias, Augusto da Nova, Gabriel Faria Pinto e Augusto Pires, funcionários da construtora Soares da Costa, foram raptados por guerrilheiros da FLEC Renovada.

Entre Abril e Junho de 2001, os dois movimentos independentistas cabindeses libertaram todos os reféns mediante contrapartidas, compromissos e resgates.

Os dirigentes político-militares da FLEC/FAC, Alexandre Tati e Estanislau Miguel Boma<sup>42</sup> (ver Anexo I), explicaram que os:

*“sequestros não é programa da FLEC/FAC. Se assim fosse, a FLEC/FAC não se daria a pena de advertir em comunicados e declarações de imprensa*

---

<sup>42</sup> Em 2012, as forças do movimento em África, lideradas pelo Vice-presidente Alexandre Tati e pelo Chefe de Estado-maior Estanislau Miguel Boma, separaram-se da chefia de Nzita Henriques Tiago (88 anos), líder histórico que vive na região parisiense. As novas forças, compostas essencialmente por combatentes, assumiram o controlo de uma parte do movimento em África. Neste momento, existem dois movimentos: FLEC/FAC chefiada por Nzita Tiago, sem grande capacidade operativa; FLEC/FAC chefiada por Alexandre Tati, composta pela maioria dos guerrilheiros do movimento e consequentemente com maior capacidade operativa.



*prevenindo as empresas e sociedades estrangeiras evoluindo em Cabinda de não cooperar com o governo angolano.”*

Para os mesmos responsáveis da guerrilha:

*“Em último recurso, com o insucesso das negociações, intervém o uso da força como uma das formas de dissuasão. Os sequestros, estes, são geralmente fortuitos e imprevisíveis. (...) Aos olhos da resistência cabindesa o sequestro de expatriados portugueses era visto como ponte ideal para o relacionamento presente e futuro entre Cabinda e Lisboa, para acordar a opinião pública portuguesa e influenciar que o problema de Cabinda seja debatido no parlamento até inverter a actual tendência oficial numa postura portuguesa mais neutra, aberta, democrática, frontal e responsável para o conflito em Cabinda cuja solução passa inevitavelmente por Portugal.”*

Como revelou Maurício Zulu, ex-Chefe de Estado Maior da FLEC Renovada<sup>43</sup>, os reféns *“eram escolhidos aleatoriamente e resultado das oportunidades”*. E as motivações que levaram as FLEC a efectuarem raptos alteravam durante as negociações para a libertação dos reféns, começavam em reivindicações políticas para no final revelarem a real motivação: resgate, através de um montante financeiro.

Para a libertação de três reféns portugueses (Sérgio Fidalgo, Marco Paulo Santos e Manuel da Mota Nunes) detidos pela FLEC/FAC, a direcção *“estava dividida, uns pretendiam efectuar exigências políticas para que Portugal reconhecesse a causa Cabindesa, outros defendiam a libertação dos reféns após pagamento de um resgate”*, testemunhou José Manuel Vaz (2015)<sup>44</sup>, quadro da FLEC/FAC.

Oficialmente o Governo português nunca pagou resgates para a libertação de reféns portugueses em Cabinda.

No livro testemunho, *Angola 11 meses de cativo*, Sérgio Fidalgo (2011) conta que no momento da sua captura os guerrilheiros da FLEC/FAC pretendiam negociar imediatamente a sua libertação através do pagamento de um resgate de 10 mil USD. A transacção não foi possível porque na Mota & Companhia o único responsável que

---

<sup>43</sup> Conversa em contexto profissional com Maurício Zulu e Macário Lembe a 22 de Julho de 2006, em Kinshasa, República Democrática do Congo.

<sup>44</sup> Entrevista realizada via Skype a 3 de Abril de 2015.

poderia desbloquear essa verba estava ausente. Após 11 meses detido, Sérgio Fidalgo foi o primeiro dos reféns a ser libertado, com a condição de “*fazer propaganda*” (p. 132) pelo movimento o que, segundo os guerrilheiros, facilitaria a libertação dos dois restantes reféns.

No momento da libertação dos últimos dois reféns do grupo de três, Marco Paulo Santos e Manuel da Mota Nunes, o primeiro-ministro António Guterres declarou ao jornal *Público* (26 de Julho de 2001) que “*terminou uma tragédia, terminou mais de um ano de sofrimento para dois compatriotas nossos, ao fim de um conjunto de acções determinadamente levadas a cabo no sentido de conseguir a sua libertação*” e agradeceu a intervenção do Congo Brazzaville e do Gabão.

Na mesma ocasião, Carlos Puna, representante da FLEC/FAC em Portugal, não referiu “*contrapartidas específicas, e nega enfaticamente a ideia de um resgate (“isso é um insulto!”)*” (jornal *Público* na mesma edição).

Uma versão diferente foi apresentada através do testemunho de José Manuel Vaz (2014) que revelou os bastidores das negociações e libertação, e consequentemente as reais motivações da FLEC/FAC:

*“As negociações para a libertação dos reféns portugueses começaram em Paris com o Presidente Nzita Tiago, eurodeputados portugueses, responsáveis da empresa Mota & Companhia, membros dos serviços de informações portugueses e franceses que estavam em contacto telefónico permanente com Estanislau Boma, Carlos Moisés da FLEC/FAC em África e à qual eu assisti. Os portugueses explicaram que o Governo português não podia declarar abertamente apoio à causa cabindesa, como condição para a libertação dos reféns, mas poderia receber e ocupar-se da formação, como estudantes, de 10 guerrilheiros que uma vez em Portugal abririam uma Associação de estudantes de Cabinda que seria suportada por Portugal mas também o meio que Portugal iria usar para ajudar indirectamente a FLEC/FAC. No mesmo acordo ficou estabelecido também o pagamento de 1 milhão de dólares como complemento do resgate.*

*A entrega dos reféns aconteceu a 25 de Julho de 2001. Caminhamos durante cinco dias até chegar ao local combinado, numa clareira na província do Niari*

*na República do Congo junto à cidade cabindesa de Miconje. A delegação da FLEC/FAC que acompanhava os reféns era composta por cinco elementos entre os quais o Chefe de Estado-maior. Por volta das 10:00 horas da manhã surgiu um helicóptero militar congolês. Do helicóptero saiu um elemento dos serviços secretos franceses que estava em contacto com a FLEC/FAC, depois de ter confirmado a presença dos dois reféns portugueses e um angolano, assinalou aos restantes elementos que estavam no helicóptero, um general e um coronel congolês assim como um jornalista, e dois portugueses, um deles dos serviços de informações que transportava consigo 1 milhão de dólares mas também material de propaganda da FLEC/FAC, que também tinha sido exigido por nós. A troca foi feita e regressamos à nossa base no Necuto.”*

Portugal não acolheu os 10 guerrilheiros da FLEC/FAC, como ficara estabelecido, no entanto recebeu e formou academicamente 9 jovens, filhos de líderes da FLEC Renovada, que se estabeleceram em Portugal após negociações para a libertação de reféns portugueses capturados por aquele movimento.

Apenas o fenómeno dos raptos em Cabinda, que durou pouco mais de uma década, é revelador das múltiplas estratégias que podem ser aplicadas na negociação para a libertação de reféns, da importância que intermediários privados têm na resolução das crises e do papel activo das empresas das quais os funcionários foram raptados.

A crise dos reféns portugueses em Cabinda revelou também a tolerância do Governo português face aos actores e aos cúmplices das acções de raptos de nacionais, assim como uma suposta imunidade oficiosa de que beneficiaram em Portugal os representantes dos movimentos responsáveis pelas acções descritas.

Os raptos em Cabinda terminaram com a libertação de dois portugueses e um angolano a 25 de Julho de 2001. Cerca de mês e meio depois acontece o 11 de Setembro que marcaria uma nova fase na globalização do terrorismo e consequentemente no fenómeno de raptos e tomadas de reféns.

Com o 11 de Setembro, os EUA adoptaram nova políticas e estratégias de combate ao terrorismo. Neste espírito e um ano após o fim do decénio dos raptos em Cabinda, Artur Tchibassa, ex-membro da FLEC Renovada, directamente implicado nas negociações para a libertação de Brent Swan raptado em 1990, foi capturado em

Kinshasa (RDC) por agentes do FBI numa acção conjunta com as autoridades locais. Foi imediatamente extraditado para os EUA onde foi julgado em 2004 e condenado a 24 anos e cinco meses de prisão.

Este episódio abalou profundamente as estruturas da FLEC Renovada, pois os seus quadros dirigentes estiveram directamente envolvidos no rapto de Brent Swan. Levantou também a problemática sobre a legitimidade de um rapto para condenar um cúmplice de raptos.

#### **4. O silêncio como resgate**

Em 2012, Gilberto Rodrigues Leal, português residente em França, com tripla nacionalidade (portuguesa, francesa e brasileira), foi raptado no sul Mali pelo grupo terrorista Movimento para a Unicidade da Jihad na África Ocidental (Mujao) que anunciou via internet estar disponível para negociar com a França a libertação de Gilberto Rodrigues Leal.

O Ministro dos Negócios estrangeiros Francês, Laurent Fabius, e o Ministro da Defesa, Jean-Yves Le Drian, responderam declarando que não negociavam com terroristas nem cediam a chantagens. Após um longo impasse, em 2014 o Presidente Francês, François Hollande, reconheceu que era muito elevada a probabilidade de Gilberto Rodrigues Leal ter morrido, apesar de nunca ter sido encontrado o seu corpo.

O caso de Gilberto Rodrigues Leal mostra a complexidade da liderança nas negociações para a libertação de um refém quando este tem dupla ou tripla nacionalidade. Revela também a diferença da postura de um Governo que, segundo o ruído mediático, empenha-se mais na libertação de reféns mediáticos que num refém anónimo (problemática que será abordada no próximo capítulo).

Como foi referido no Capítulo III, na conturbada região do Sahel, a brigada Khlaed Aboul Abbas, próxima da Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI), efectuou uma operação no complexo industrial de extracção de gás da Sonatrach-BP-Statoil de Tinguetourine próximo da pequena cidade de In Amenas e tomou cerca de 700 trabalhadores do complexo como reféns.

Entre os 37 trabalhadores estrangeiros, estava um português com dupla nacionalidade (portuguesa e francesa) que, por motivos contratuais, possuía um passaporte francês. Face a esta crise, a embaixada portuguesa em Argel, através do Embaixador e da Cônsul, optou, em concordância com o MNE português, delegar a missão para a libertação do cidadão nacional aos organismos já implicados, especialmente franceses e uma empresa de segurança privada contratada pela BP. Após a polémica investida militar argelina no complexo, os reféns estrangeiros foram resgatados.

Neste exemplo, está patente a complexa decisão de uso da força para a libertação de reféns, como também a cooperação internacional legada a um estado líder europeu encarregue da estratégia colectiva para a saída da crise.

Entre 2011 e 2013 desenvolveu-se também um fenómeno de rapto de cidadãos nacionais em Moçambique. Contrariamente aos exemplos citados, não existia uma motivação de carácter político dos raptos, sendo os raptos atribuídos a organizações criminosas. A Unidade Nacional Contra o Terrorismo (UNCT) da Polícia Judiciária portuguesa, a pedido das autoridades moçambicanas, cooperou activamente com a sua congénere local na resolução destas crises. Na maior parte dos casos, os episódios não foram tornados públicos a pedido das famílias dos reféns.

Também na Venezuela os portugueses são vítimas de raptos, tal como a maioria da população venezuelana. Devido às actividades comerciais de muitos portugueses e luso-descendentes, que os obriga a manipularem importantes somas de dinheiro, a comunidade portuguesa, apontada como “bem-sucedida”, tornou-se mais visível. Consequentemente os portugueses têm sido os alvos “preferidos” dos raptos, como confirmou um responsável da polícia venezuelana, de origem portuguesa, à agência Lusa (*Diário de Notícias*, 11 de Abril de 2015).

Na maior parte dos casos, os episódios são “raptos expresso”, também designados como “sequestro relâmpago”, de características criminais e sem motivações políticas, não causando vítimas mortais.

Excepto casos como de José Henrique Maia Sardinha que, após ter sido raptado em Caracas em Julho de 2014 e tendo sido exigido um elevado resgate, foi assassinado pelos raptos. Um outro, dos mais emblemáticos na Venezuela, ocorreu em 2012

quando um português permaneceu refém durante 11 meses acabando por ser libertado numa acção da polícia.

O número real de portugueses raptados na Venezuela é desconhecido porque na maior parte dos casos as famílias não os comunicam à polícia nem às representações diplomáticas portuguesas no país. Este silêncio é justificado pela Lei venezuelana contra os raptos que permite que sejam bloqueadas as contas bancárias da família do refém a fim que esta não tenha meios para pagar os resgates. As famílias dos reféns preferem assim utilizar meios informais para negociar com os raptos e pagar os resgates.

Segundo uma estimativa do responsável pela direcção do Centro Português de Caracas, Gil Andrade, citado pela agência Lusa (*Diário de Notícias*, 11 de Abril de 2015), em média um português é raptado por semana na capital venezuelana, Caracas.

Face ao problema, António Alves Pereira (2015)<sup>45</sup>, Vice-Presidente do Centro Português de Caracas, explicou que a comunidade portuguesa em Caracas passou a utilizar um sistema, através da aplicação WhatsApp para *smartphones*, em que partilham todas as informações de tentativas de raptos ou movimentações suspeitas de presumíveis raptos. Chegam a serem difundidos, apenas no grupo da comunidade portuguesa em Caracas, entre 10 a 15 alertas por dia.

Em Setembro de 2009, o Director-Geral do Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC) revelou que desde Janeiro do mesmo ano “*pelo menos 120 portugueses*” tinha sido raptados na Venezuela.

## 5. Nós e os outros face à Lei

Os crimes de rapto, sequestro e tomada de refém estão tipificados na Lei portuguesa, tal como foi referido no Capítulo II.

Na legislação portuguesa, a tipificação destes crimes foi surgindo de acordo com os protocolos e convenções internacionais que Portugal aprovou por Decreto-Lei e ratificou.

---

<sup>45</sup> Entrevista realizada via Skype a 26 de Abril de 2015.

Tal é o exemplo relativamente à tomada de reféns, referido por Maia Gonçalves (2002, pp. 551-552):

*“A criação de um tipo especial de crime relativamente ao crime geral de sequestro, destinado a punir a tomada de reféns, tornou-se premente na sequencia do desenvolvimento a que se vinha assistindo, um pouco por todo o lado, de comportamentos gravemente atentatórios do direito à vida, à liberdade e segurança das pessoas para realizar finalidades políticas, ideológicas, filosóficas ou confeccionais através do constrangimento de outrem, e cujos efeitos têm até repercussão internacional, postulando uma cooperação estreita entre os Estados. A esta premência acrescia uma outra: a de dar correcta satisfação a obrigações decorrentes da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, adoptada pela Assembleia Geral da Nações Unidas em 17 de Dezembro de 1979 e aprovada para ratificação pela Assembleia da República através da Resolução 3 / 4.”*

Para Taipa de Carvalho (2012, p. 643), examinando os *“diversos códigos penais europeus de países que tiveram a preocupação como Portugal em criar legislação penal adequada a enfrentar realidades criminológicas dos sequestros, raptos e tomadas de reféns, em crescendo a partir dos anos de 60/70 do século XX”*, como foi o caso por exemplo da Alemanha e da Itália, verificam-se três aspectos essenciais:

- *“Constata-se que, diferentemente do nosso CP, arts. 158º-1 e 161º-1, as penas, estabelecidas para o sequestro e para o rapto, ou são iguais (caso por ex. do CP suíço, art. 183º), ou não são muito diferentes (caso, por ex. do CP alemão, 239 e 239ª, em que o sequestro é punido com pena de prisão não inferior a 5 anos).”*
- *“A agravação da pena estatuída para o sequestro (figura que abrange o rapto em geral) não deriva, em regra, das finalidades dos agentes, mas sim de circunstâncias objectivas relacionadas com os actos de violência ou de ameaça praticados sobre as vítimas da privação da liberdade.”*
- *“Observa-se que os códigos penais destes países (austriaco, alemão, suíço) atribuem às palavras sequestro e rapto significados diferentes. Quando se trata de abranger o sequestro e o rapto em sentido próprio, empregam a expressão comum (ao sequestro e ao rapto) ‘privação da liberdade’. Assim por ex., o CP*

*alemão emprega como vocábulo comum o termo Freiheitsentziehung e como vocábulos específicos o termo Freiheitsberaubung para designar o sequestro, e o termo Entführung para designar o rapto em sentido próprio, com a particularidade de, querendo equiparar juridicamente o ‘apoderar-se’ de outra pessoa – ‘sich bemächtigen’ - ao rapto em sentido próprio (que implica, tal como na linguagem comum, a transferência de um lugar para outro), utilizar o termo Menschenraub.”*

Compreende-se pois, refere igualmente Taipa de Carvalho, que os códigos penais de outros países adoptem diferentes formulações e sistematizações para estes crimes. Por exemplo, o CP suíço reúne no mesmo art. 183 os crimes de sequestro e de rapto, dedica o art. 184º às circunstâncias agravantes tanto do sequestro como do rapto e autonomiza no art. 185º a tomada de reféns. Já o CP austríaco autonomiza no art. 99º o crime de rapto e face ao de sequestro, distribuindo várias espécies de rapto por diferentes artigos (100º, 101º, 102º), não dedicando qualquer artigo à tomada de reféns.

A conclusão é a de que os códigos penais, apesar de serem iguais ou aproximadas as penas estabelecidas para o sequestro e para o rapto, tiveram a preocupação de distinguir objectivamente os significados de rapto e de sequestro. Opostamente, o nosso CP, em que a diferença punitiva entre sequestro e o rapto é muito grande, parece distingui-los apenas pela finalidade.



## **CAPÍTULO V: Elementos Conexos**

Em paralelo ao fenómeno dos raptos, sequestros e tomadas de reféns existem factores conexos que podem influenciar e afectar as fases críticas destas crises. Factores psicológicos incontornáveis que podem envolver as vítimas, tal como o Síndrome de Estocolmo; a problemática alternativa militar para libertação de reféns; a implicação positiva ou prejudicial das famílias das vítimas nos processos negociais e na pressão sobre os Governos; a privatização crescente da gestão das crises de raptos, assentes em legislações dúbias ou vazios legislativos; por fim, o papel positivo ou negativo da forte mediatização dos episódios de raptos, sequestros e tomadas de reféns

### **1. Síndrome de Estocolmo**

A 23 de Agosto de 1973, o fugitivo Jan Erik Olsson entrou num banco no centro de Estocolmo. Intimidando todos com uma arma, exige o dinheiro das caixas do banco e a libertação de um “camarada de cela”, Clark Olofsson.

Quando as forças da polícia sueca cercam o banco, Olsson barricou-se nos cofres do banco juntamente com os funcionários do banco e alguns clientes que estavam na agência bancária. Ali permaneceu cinco dias até entregar-se às autoridades.

Durante o processo que seguiu a detenção de Jan Erik Olsson, e para surpresa geral, quatro funcionários da agência que tinham sido feitos reféns por Olsson durante a tentativa de assalto ao banco apresentaram-se como testemunhas a favor do raptor. Esta solidariedade e simpatia das vítimas (reféns) com o criminoso (raptor) passou, nesta ocasião, a ser designada como o Síndrome de Estocolmo.

Gérard A. Jeager (2009) relata o testemunho de Zahida Kakachi, passageira do voo que efectuava a ligação Argel/Paris e que foi desviado por terroristas islamistas a 24 de Dezembro de 1994 para o aeroporto de Marselha, que reconheceu que sentira “compaixão” por um dos terroristas.

No mesmo episódio, o comissário de bordo Christophe Morin relatou também o caso de um passageiro que teve um comportamento ainda mais amistoso com os terroristas e que tudo tentara para manifestar a sua simpatia. Por diversas vezes, testemunhou Morin, esse passageiro terá intimidado de forma autoritária as hospedeiras e os passageiros. E sempre que passava por ele um terrorista armado perguntava-lhe o que podia fazer para o ajudar.

Segundo Gérard A. Jeager (2009, p. 203) o Síndrome de Estocolmo é uma estratégia de adaptação

*“associada à severidade do traumatismo a que as vítimas são submetidas durante o sequestro. Através desta demonstração de adesão, cerca de metade reféns diminuem a ansiedade associada à dependência, considerando que não têm motivos para recear os seus captores e que lhes podem depositar confiança.”*

Foi precisamente com este estado de espírito que os reféns de Jan Erik Olsson declaram que se sentiam em segurança quando estavam retidos com o raptor no cofre-forte do banco e recusaram sair sem o raptor, alegando que Olsson os protegia.

## **2. A alternativa privada como álibi estatal**

Segundo a seguradora especializada em raptos, Hiscox, os franceses são uma presa de primeira escolha porque são a segunda nacionalidade mais raptada logo após os chineses e os alemães (Moisan, 2013, p. 65). No entanto, a França nunca reconhece oficialmente que paga resgates para a libertação dos seus compatriotas reféns.

Uma posição que não convence Washington, tal como manifestou o presidente Barack Obama em Setembro de 2014 numa entrevista ao jornal *New York Times*: *“O presidente francês François Holland diz que o seu país não paga resgates aos terroristas, no entanto paga”* (Mareschal, 2014).

Quando em Abril de 2014 a revista alemã revelou que a França pagara cerca de 13 milhões de euros para libertar quatro jornalistas franceses raptados na Síria, o governo francês desmentiu a informação insistindo que a França não paga resgates.

Em Outubro de 2013, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Laurent Fabius, entrevistado no canal de televisão francês TF1, fazendo alusão às condições de libertação de quatro reféns franceses no Sahel, detidos desde 2010, declarou que “*a França não paga resgates*” e que “*não houve dinheiro público versado*” (Lahaye, 2013), deixando assim transparecer que dinheiro privado teria sido utilizado no pagamento de resgates.

Face à vaga de raptos na década de 70, em 1975 surgiu na Grã-Bretanha a Control Risks Group (CRG), a primeira empresa especializada em Kidnap & Ransom (K&R, Rapto e Resgate) criada por um ex-director de seguros na Lloyd's. O objectivo da empresa era formar empresários na prevenção contra os raptos e agir em caso de raptos. Com o sucesso da CRG, surgiu também o debate sobre se empresas destas características contribuíam, ou não, para o aumento dos raptos e consequentemente para o financiamento de grupos terroristas.

Apesar de Londres manter a posição, a par com os EUA e Argélia, de não negociar com terroristas e não pagar resgates para a libertação de reféns, foi na Inglaterra que apareceram o maior número de seguradoras que se especializaram nas apólices K&R, tais como a Hiscox, AIG, Chubb, Liberty, HCC ou Griffin Underwriting (Moisan, 2013, p. 73).

O surgimento de empresas privadas de segurança e de produtos especiais de seguradoras vocacionadas para o mercado K&R foi na realidade uma resposta a um mercado que disparou com a intervenção no Iraque em 2003 e quando o alvo dos raptos se alargou aos jornalistas e trabalhadores humanitários. Segundo um relatório da agência Humanitarian Outcomes, referido por Dorothee Moisan (2013, p. 79), 95 trabalhadores humanitários foram alvo de raptos em 2011 contra 7 em 2003. Segundo a empresa Hiscox, o número de raptos de estrangeiros foi multiplicado por 3,5 entre 1997 e 2007.

Por outro lado, o eixo do fenómeno de raptos no mundo está em movimento. Quando em 2004 na América Latina foram registados 55% dos raptos por resgate no mundo, em 2012 apenas 25% do fenómeno ocorreu no mesmo espaço geográfico. No mesmo ano, África regista 22%, sendo 19% no Médio Oriente e Norte de África (Moisan, 2013, pp. 81-82).

Com as “Primaveras Árabes”, a tendência aponta para que o número de incidentes dispare no Médio Oriente e Norte de África. A acompanhar o mesmo fenómeno, o valor dos resgates exigidos dilata, podendo ir de 50 mil a vários milhões de USD. Um mercado favorável e promissor para as empresas privadas especializadas em K&R.

Em resposta, e acompanhando o negócio dos seguros K&R, multiplicam-se também as empresas de segurança privada com vertentes especializadas na prevenção e negociação de raptos e resgates, tais como a Geos, Amarante, Gallice, Iremos, SSF, Risk & Co, Ulysceo, Crisis 24 ou Corpguard, entre outras. Acompanham as empresas durante as crises de raptos e também são solicitadas por governos na resolução das mesmas crises através de parcerias público-privadas. São solicitadas mesmo por aqueles que são manifestamente opostos à negociação com terroristas e pagamento de resgates, tal como a Inglaterra e os EUA.

Segundo Clint van Zandt (2015), fazendo alusão ao exemplo norte-americano, *“quando um país não tem organismos sólidos que permitam resolver crises de reféns nem equipas capazes, somos obrigados a recorrer a empresas privadas de segurança”*. E acrescenta: *“por incrível que possa parecer, quando os EUA recusam negociar um caso como o de Foley e aceitam negociar num caso como o de Bergahl não é uma questão de política mas sim uma questão de burocracia”*. Para Clint van Zandt, a intervenção das empresas privadas nas crises de reféns é positiva.

Cecilia M. Bailliet tem uma interpretação mais calculista sobre a implicação de agentes privados na resolução das crises de reféns. Bailliet (2010) considera que a implicação das empresas de segurança privada e de companhias de seguros, na maior parte dos casos, estimula o mercado dos raptos. Consequentemente, o mercado dos raptos beneficia claramente os actores privados de ambos os lados. Cecilia M. Bailliet considera, por exemplo, as companhias privadas como as responsáveis do aumento dos valores dos resgates exigidos pelos piratas na Somália.

De facto, a Financial Action Task Force (FATF) expôs no relatório *Organised Maritime Piracy and Related Kidnapping for Ransom* de Julho de 2011 que os montantes de resgates pagos aos piratas somalis passaram de 5 milhões USD em 2006

para 180 milhões USD em 2010, resultado daquilo que a FATF definiu como “*indústria do secretismo*”.

Após uma investigação sobre o fenómeno da implicação de empresas privadas na resolução de crises de raptos, o jornal britânico *The Independent* revelou que a “*indústria mundial dos reféns*” movimentava anualmente cerca de 1,6 mil milhões USD (McAvoy, 2010). Como qualquer indústria, desenvolve novos produtos paralelos para prevenção tal como um pequeno chip de 4 mil USD, com uma assinatura de 2 mil USD anuais, que é introduzido no corpo de potenciais vítimas de raptos e que permitirá a geolocalização da vítima. Um serviço proposto pela empresa de segurança privada mexicana Xega que lhe permitiu em 2008 aumentar em 13% o seu volume de negócios (Rosenberg, 2008).

A 7 de Maio de 2015, o Grupo Contra o Financiamento do Estado Islâmico (CIFG - *Counter ISIL Finance Group*), reunido em Jeddah, Arábia Saudita, debateu as fontes de financiamento do Estado Islâmico, tendo sido abordado o “*perigoso e contínuo problema*” dos raptos e pagamento de resgates. Liderado pela Itália, Arábia Saudita e EUA, o CIFG reúne 25 Estados membros da Coligação contra o Estado Islâmico.

No comunicado final, publicado no portal do Departamento de Estado norte-americano<sup>46</sup>, o CIFG apelou aos Estados para se comprometerem com as empresas privadas e individuais dos seus países a não pagarem resgates pela libertação de reféns. Incitou igualmente os “*parceiros do sector privado*” a seguirem as “*boas práticas*” recomendadas no Memorando de Argel e recusarem também o pagamento de resgates.

O CIFG incitou ainda os Estados a “encorajarem” as companhias de seguros a incluírem nos seus seguros em Rapto e Resgates políticas adequadas que excluam, directa e indirectamente, o pagamento de resgates.

Neste comunicado, destacou-se a insistência para o não pagamento de resgates e muito especialmente a advertência lançada contra as empresas privadas que optam com facilidade pelo pagamento de resgates nas crises de reféns. Uma preocupação que revela, mais uma vez, a implicação crescente das empresas privadas nas negociações em crises de reféns e particularmente no pagamento de resgates. Paradoxalmente, a Itália

---

<sup>46</sup> US Department of State (2015).

foi um dos países europeus que optara pelo pagamento de resgates para a libertação de compatriotas reféns.

### **3. A complexa alternativa militar de resgate dos reféns**

Uma das alternativas dos Governos para a libertação dos seus compatriotas reféns no estrangeiro é a via militar. Todavia, segundo estudos concordantes, a alternativa militar libertou apenas 7% dos reféns e, segundo as estatísticas, provoca 75% de vítimas (Yun, 2008).

A decisão de uma operação militar em cenário estrangeiro para a libertação é sempre complexa. Além disso, viola frequentemente a soberania dos Estados onde supostamente estão os reféns, ainda que na maior parte dos casos onde são necessárias estas operações se trate de Estados Falhados.

Mesmo assim, Clint van Zandt (2015) considera que *“se tivermos uma hipótese de resolver a crise de uma forma não violenta, essa opção será sempre tentada. Devemos sempre evitar sofrer do Síndrome John Wayne e ter uma acção desproporcionada que reduza o inimigo à Idade da Pedra”*. Para que uma operação comando para a libertação de refém seja bem-sucedida é necessário, segundo Clint van Zandt, que seja organizada conjuntamente com os serviços de informações, e *“tem de ser sempre orquestrada em três tempos: Rapidez, surpresa e violência do ataque. Temos de ser sempre mais violentos, na operação de salvamento, que os próprios terroristas. A rapidez da operação é porque em apenas cinco minutos os elementos fornecidos pelos serviços de informações podem alterar radicalmente. Informações com 25 horas são já informações demasiadamente obsoletas para operações destas características”*.

Clint van Zandt considera que o *“papel dos negociadores é essencial para obter-se uma avaliação de qual força operacional deve ser empregue numa situação específica de raptos no estrangeiro. Se devemos utilizar uma força de acção elevada ou ligeira, por exemplo. Assim como descortinar todas as opções possíveis perante a mesma crise”*.

Em Janeiro de 2013, a operação militar francesa para libertar o operacional da DGSE, Denis Alex, capturado juntamente com Marc Aubrière (que conseguiu evadir-se dias depois da sua detenção) pelos Shebabs na Somália em Julho de 2009, resultou na execução imediata de Denis Alex e na morte de dois comandos franceses.

Até ser decidida a operação comando para tentar libertar Denis Alex, a França tentou, por intermédio da Eritreia e intermediários na Europa, negociar com os Shebabs que exigiam como resgate a libertação de cerca de 50 islamistas detidos no Egipto, Iémen, Sudão e Etiópia. Durante as negociações, as exigências dos Shebabs desceram para 20 islamistas a libertar. Paris recusou, mas começou a aceitar a hipótese de pagar um resgate. Durante este processo, a DGSE tentou recolher o maior número de precisões que lhe permitiriam desenhar uma operação comando para libertar Alex. Quando acreditou ter todos os dados reunidos, terminaram abruptamente as negociações e a operação foi lançada, resultando num desastre.

Também a operação do Serviço Acção (SA) da DGSE para libertar Michel Germaneau, capturado pela AQMI no Níger em 2010, resultou no maior fiasco da DGSE desde a dramática operação contra “Rainbow Warrior” em 1982.

Recentemente, Barack Obama reconheceu que uma operação conjunta da CIA e do Pentágono fracassara quando tentava libertar vários reféns americanos na Síria, entre os quais James Foley que seria decapitado pelo Daesh a 19 de Agosto 2014. Segundo o Pentágono, os operacionais da Força Delta dispunham de informações muito precisas, mas a operação falhou porque os reféns não estavam no local previsto.

#### **4. Famílias de vítimas e reféns de segunda classe**

Os efeitos, positivos ou negativos, da implicação das famílias de reféns durante a crise não beneficiam de unanimidade. Moralmente, as famílias têm de ser apoiadas e informadas regularmente sobre as etapas das negociações ou inquirições em curso sobre o crime de rapto, sendo que também exigem informações sobre o familiar refém. No entanto, a participação activa das famílias pode tornar-se prejudicial devido à forte carga emocional que obviamente tem face à crise.

Por outro lado, as famílias de reféns referem com frequência não estarem informadas do desenrolar das operações de salvamento dos reféns ou negociações com os raptos.

Segundo o testemunho de Irene Bravi Rodrigues<sup>47</sup>, irmã do luso-francês Gilberto Rodrigues raptado no Mali pelo movimento Mujao a 20 de Novembro de 2012, após o “choque” ao terem conhecimento através da televisão do rapto de Gilberto Rodrigues, a família Rodrigues sentiu-se abandonada pelas autoridades francesas.

“*Eles [responsáveis do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês designado como Quai d’Orsay] pediram-nos para não provocar ruído nem contactar os órgãos de comunicação social, para não prejudicarmos as investigações*” testemunhou Irene Rodrigues (2014).

Logo após o primeiro comunicado do Mujao a reivindicar a acção do rapto de Gilberto Rodrigues, os raptos entraram em contacto directo com a família Rodrigues. Mas “*tivemos medo de romper o silêncio que o Quai d’Orsay nos tinha pedido para respeitar e não reagimos!*” contou Irene Rodrigues.

Mesmo assim a família Rodrigues, e particularmente Irene Rodrigues, decidiu efectuar as suas “investigações”, num assunto que lhe era absolutamente novo e desconhecido. Contactou directamente os nacionalistas tuaregues do Movimento Nacional de Libertação da Azawad (MNLA), os quais garantiram que a França “*nunca lhes dera ordem para localizar*” Gilberto Rodrigues e que não podiam pôr a família Rodrigues em contacto com o Mujao porque “*esse grupo era inimigo*” do MNLA.

“*A associação Otages du Monde [Reféns do Mundo] aproximou-se de nós, mas rapidamente compreendemos que apenas servíamos os seus interesses, nós fazíamos parte das suas estatísticas, e quando os quatro foram libertados [os quatro jornalistas franceses reféns na Síria, libertados em Abril de 2014] nós não tivemos mais qualquer apoio. Na realidade ficamos sós!*” lamentou Irene Rodrigues.

Perante a reacção das autoridades francesas, após a difusão de um comunicado em que o Mujao anunciava que estava disposto a negociar com a França a libertação de Gilberto Rodrigues, Irene Rodrigues contou: “*A minha raiva foi imensa quando o*

---

<sup>47</sup> Várias entrevistas realizadas entre Outubro e Novembro de 2014; email de 15 de Fevereiro de 2015.



*Governo francês declarou pela voz de Le Drian [Ministro da Defesa francês], Fabius [Ministro dos Negócios Estrangeiros] e do Presidente que eles não negociavam... estou convencida que foi nesse momento que eles condenaram o Gilberto” disse a irmã do refém. E acrescentou: “foi nesse momento que compreendi que o Gilberto não era uma prioridade do governo. Eu confirmo que existem dois tipos de reféns e que o empenhamento não é o mesmo para o governo francês”.*

Apesar de qualquer Estado negar que existe uma diferença no seu empenhamento para a libertação de reféns segundo a importância da vítima, a realidade é diferente. Por exemplo, as probabilidades de libertação de jornalistas reféns são superiores à de anónimos reféns. Por esse motivo, é apontada a existência de duas classes de reféns que se distinguem no empenhamento de um Governo na sua libertação.

Para Guillaume de Saint Marc (2015)<sup>48</sup>, *“existem reféns de primeira e segunda classe”*. Nesse sentido, refere que *“todos os reféns franceses que morreram, ou foram mortos pelos raptadores, não tinham grande apoio mediático ou de um grupo industrial, e eram um tipo de aventureiros, como Gilberto Rodrigues, e não vimos um esforço visível para o seu salvamento. Por exemplo, os dois jovens Vincent Delory e Antoine de Léocour, raptados à Niamey por Belmokhtar, estavam sós. Depois houve uma acção militar que pretendia enviar a mensagem ‘parem de raptar franceses’ que vitimou os dois jovens. Quando esta operação foi lançada sabiam que havia 10% de probabilidades que os jovens sobrevivessem. Mesmo assim a França decidiu correr o risco, mas esse risco a França recusou para outro tipo de reféns. Uma irmã das vítimas disse que se fosse um filho de Sarkozy que estivesse no todo-o-terreno em que estava o seu irmão refém, Sarkozy não teria dado ordem para disparar contra o veículo”*.

Guillaume de Saint Marc afirmou também que *“O sentimento das famílias é que existem ‘dois pesos e duas medidas’, segundo se os reféns são funcionários de um grande grupo, jornalistas, pessoas que beneficiam de protecção política ou então alguém que se pode sacrificar facilmente. Quando vemos os resultados e as vítimas podemos compreender que há de facto diferenças no empenhamento”*.

Por esse motivo, para o presidente da AfVT, é importante a implicação das famílias dos reféns durante a crise: *“Quando há a implicação das famílias de reféns*

---

<sup>48</sup> Relembramos que Guillaume de Saint Marc é presidente da Associação Francesa das Vítimas de Terrorismo (AfVT).

*directamente com os raptos, pode ser favorável, porque passa a existir uma relação humana. Uma negociação estabelecida por representantes da família, desde que seja bem enquadrada, com o apoio do Estado e uma logística pré-definida, pode ter efeitos no resgate exigido e este, seja que forma tiver, nunca será o mesmo. Temos o exemplo dos reféns austríacos raptados pela AQMI em que a negociações foram feitas por uma associação intermediária das famílias dos reféns. A libertação foi rápida e o montante dos resgates foi muito baixo. No entanto, a associação era uma vitrina de uma empresa de segurança privada”.*

Ao mesmo tempo, Guillaume de Saint Marc considera que “*uma família agir isoladamente pode ser perigoso porque nunca sabemos quanto tempo poderá durar a crise. É necessário conhecer a geopolítica e a complexidade do assunto. É sempre necessário um acompanhamento tendo em conta que a resolução pode ser negativa ou positiva*”.

A implicação das famílias durante o período de cativeiro dos reféns é fundamental. Elas são o principal motor dos comités de apoio e insistem para que os reféns, seus familiares, não sejam esquecidos, ora pelas autoridades ora pelos órgãos de comunicação social, tal como demonstrou, por exemplo, a acção das famílias de Serge Lazarevic, Ingrid Betancourt ou Sérgio Fidalgo. As famílias de reféns podem também forçar os Governos a adaptarem as suas políticas face a estas crises, como foi o caso de Diane Foley, mãe do refém americano James Foley decapitado pelo Estado Islâmico, que, com o apoio dos órgãos de comunicação social, conseguiu vergar a inflexível posição norte-americana face aos raptos de carácter político internacional.

## **5. Mediatização**

Independentemente da qualificação dos grupos – resistência, guerrilha ou terrorista –, as motivações que levam à acção de raptos e tomadas de reféns contra expatriados são análogas: benefícios com resgate, pressões políticas e promoção da causa.

A promoção da causa resulta da mediatização dos episódios operacionais. Podem ser atentados espectaculares e simbólicos, tal como o atentado suicida contra o

Alto Comissariado da ONU em Bagdade, que vitimou Sérgio Vieira de Mello em 2003. Podem ser acções de raptos e execuções com uma macabra e elevada preparação coreográfica, como foi a execução do piloto da força aérea jordana, Moaz al-Kasasbeh, queimado vivo pelos militantes do Daesh. Podem ser as decapitações simultâneas de 21 cristãos coptas egípcios na Líbia raptados por militantes do Daesh.

De acordo com Clint van Zandt (2015), com *“a exigência de 200 milhões de dólares para a libertação de um dos reféns japoneses, o Daesh sabia que tal resgate nunca seria pago pelo Japão. Por outro lado, as produções hollywoodescas das suas execuções e a difusão de imagens, de grande qualidade, das execuções revelou que o que os terroristas do Daesh apenas pretendiam era a promoção gratuita deles mesmos. Todos os órgãos de comunicação social difundiram as imagens dos reféns e das execuções. Em termos de publicidade é gigantesco e compensa largamente o valor de um resgate. Assim, o Daesh pretende provocar um efeito mediático que vai atrair milhares de voluntários. Com estes raptos e crimes, o Daesh pretende apenas chamar a atenção e ter publicidade gratuita. A motivação do Daesh com os raptos não é o dinheiro, mas o impacto mediático”*.

Como afirma Gérard Jaeger (2009, p. 239), *“O refém é um vector de comunicação: mediador involuntário do seu raptor, o passaporte das suas reivindicações”*.

Habitualmente, com a confirmação da notícia do incidente, os Governos tentam evitar a sua publicitação a fim que esta não interferira ou polua eventuais investigações ou negociações. Segundo Guillaume de Saint Marc (2015), *“inicialmente todos os governos aconselham a não falar de reféns para poderem trabalhar sem risco. Defendemos, tal como a ONG Reféns do Mundo [Otages du Monde], dar um prazo e eventualmente dar outro suplementar. Por exemplo, quando temos informações que indicam que negociações estão em curso ou recebemos um feedback das autoridades, sem contudo ser necessário termos o pormenor das operações. Temos de sentir que o refém não foi esquecido”*.

Guillaume de Saint Marc considera também que *“a mediatização dos casos de reféns, durante a crise, pode aumentar o preço do resgate mas também pode preservar a vida. Mas funciona também como meio de pressão política que obriga um governo a*

*agir. Quando não são visíveis acções pela libertação de um refém, o facto de mediatizar obriga os políticos a prestarem contas e a agirem para libertar o refém”.*

Ironicamente a acção dos jornalistas na busca de informação exclusiva e a necessidade dos grupos revolucionários e terroristas em mediatizarem as suas causas podem resultar em cenários inesperados mas potencialmente expectáveis. Tal foi o que aconteceu com, por exemplo, o grupo Abu Sayyaf na ilha de Jolo nas Filipinas: em 2000 aceitou receber jornalistas com o intuito dos rebeldes saírem do silêncio para o qual governo filipino os tinha atirado.

Mas o grupo Abu Sayyaf decidiu mudar de estratégia e aproveitou a ocasião para raptar os jornalistas e pedir um resgate para a sua libertação. Inicialmente as motivações eram claramente políticas, mas com o decorrer das negociações os rebeldes decidiram concentrarem-se apenas nas exigências financeiras. Deste modo, o grupo Abu Sayyaf conseguiu duplamente o pretendido: a mediatização da sua causa e organização, como também obter o resgate pela libertação dos jornalistas reféns.

Os múltiplos raptos em 2000 promovidos pelo grupo Abu Sayaf em Jolo permitiriam também que o “Guia” líbio Muamar Kaddafi ressurgisse na cena internacional como um chefe de Estado “frequentável”. A 23 de Abril de 2000, um comando do Abu Sayaf, liderado por Ghaib Andang, conhecido como “Comandante Robot”, raptou 21 pessoas, dos quais 10 turistas: três alemães, dois sul-africanos, dois finlandeses, dois franceses e uma franco-libanesa.

Logo após a reivindicação do rapto, o grupo Abu Sayaf exigiu como resgate a criação de um Estado independente, mas rapidamente mudou de ideias e passou a exigir um milhão de dólares por cada refém.

Após múltiplas dificuldades para o estabelecimento de contactos com os terroristas, apareceu a Fundação Kaddafi, presidida pelo filho do “Guia líbio” Seif al-Islam, que propôs empenhar-se na mediação com os terroristas. No meio dos focos da comunicação social, a Fundação Kaddafi sugeriu aos raptadores disponibilizar cerca de 25 milhões de dólares para o desenvolvimento de Jolo em troca dos reféns. No entanto, a Fundação acabou por aceitar pagar um milhão de dólares de resgate exigido pelos terroristas por cada refém. Resgates que terão sido liquidados pelos Governos de cada refém.

O empenhamento líbio assinalou o início do ressurgimento de Muamar Kaddafi na cena política internacional e marcou o lançamento de uma enorme campanha mediática em torno do líder líbio. Também deixou no ar a suspeição de que a Líbia poderia ter estado envolvida nos raptos para criar as condições que lhe permitiram apresentar-se como mediador privilegiado e beneficiar da mediatização consequente e pretendida.

O impacto mediático resultante da captura de um refém estrangeiro pode levar um grupo terrorista a optar por esta tática apenas para promover a causa ou o grupo, emitindo todavia a mensagem que pode existir outra alternativa, mesmo que irrealista, para a libertação dos reféns.

Tal foi o exemplo do refém francês na Argélia, Hervé Gourdel, raptado em Setembro de 2014. Os raptadores deram um ultimato de 24 horas para que a França terminasse com os ataques aéreos contra o Estado Islâmico, uma exigência política irrealizável. O refém foi imediatamente decapitado. A exigência dos raptadores era apenas simbólica e o acto foi justificado como um meio de promover o recém-criado grupo *Jund al-Khilafa* (Soldados do Califado) e anunciar que o grupo se solidarizava com o Estado Islâmico.

Em busca de uma mediatização controlada da sua causa e de suposta credibilidade informativa, em Novembro de 2012, o Estado Islâmico capturou o fotojornalista britânico John Candle. Candle tornou-se num *pivot* do Estado Islâmico e efectuou várias “reportagens”, apresentando a imagem que os jihadistas pretendiam difundir do Estado islâmico (Pinto, 2015). Um autêntico “refém repórter” que terá sido raptado na fronteira Síria, juntamente com o holandês Jeoren Oerlemans, por um grupo em que supostamente estava Nero Patrício Saraiva, jihadista português nascido em Luanda.

Ao mesmo tempo, os órgãos de comunicação social são um veículo indispensável para o envio de mensagens às vítimas. Ex-reféns, como Sérgio Fidalgo em Cabinda ou Francis Collomp na Nigéria, realçaram a importância das mensagens enviadas pelos seus familiares via a Rádio Difusão Portuguesa (RDP), Voice of America (VOA) ou a Radio France International (RFI). As famílias de Gilberto

Rodrigues e Serge Lazarevic, reféns no Mali, utilizaram com o mesmo objectivo a RFI para enviar as suas mensagens.

Além disso, os órgãos de comunicação social são também instrumentos e veículos frequentemente utilizados pelos raptos para transmitir “provas de vida” dos reféns, fundamentais para o prosseguimento de eventuais negociações.

## CAPÍTULO VI: Conclusão

O crime de raptos, sequestros e tomada de refém perpetrado por movimentos qualificados como terroristas está plena em expansão, não obstante os sucessos remarcáveis obtidos no Golfo de Áden e na Colômbia. No entanto, a multiplicação de Estados Falhados desenvolve terrenos propícios para o incremento destes crimes.

Está também em curso a migração dos eixos da predominância deste tipo de acções para os novos espaços de instabilidade política e com conflitos internos e regionais. As tónicas, como vimos, têm vindo a mudar.

Com estas operações, as principais motivações dos movimentos terroristas e de guerrilha são o financiamento das suas organizações através da recepção dos resgates exigidos, a promoção e propaganda das suas causas e o exercício de coacções políticas sobre governos.

Os valores exigidos para a libertação de reféns domésticos comparados com os exigidos para a redenção dos reféns estrangeiros e particularmente ocidentais incita à multiplicação destes episódios visando forasteiros. E também incita a um aumento, tal como tem sido verificado, das somas exigidas nos resgates.

As implicações destas mudanças são curiosas. Estas transacções desenvolveram o que foi designado como a “indústria do rapto”, em que empresas privadas conquistam cada vez mais terreno em detrimento dos organismos e instituições estatais, que, por sua vez, usam-nas como álibi na resolução destas crises. Os organismos e instituições estatais são seus cúmplices e clientes officiosos, tentando assim salvaguardar uma imagem contrária às decisões “politicamente correctas” que poderia pôr em causa as suas posturas perante os seus parceiros internacionais.

Consequentemente, o pagamento de resgates como última alternativa para a libertação de reféns permanece um tabu oficial. Contudo, mesmo sem o admitirem, vários governos optam por esta alternativa. Vale seguramente a pena aqui elencar

algumas das implicações pontuais, tanto positivas como negativas, mas muitas delas de peso, deste quadro conjuntural.

A inflexibilidade dos EUA e Reino Unido no não-pagamento de resgates não é coerente. Em vários casos, resgates foram pagos e a inflexibilidade não diminuiu o número de raptos de cidadão destes países no estrangeiro.

Salvo raras excepções, e apenas em cenários específicos, a alternativa militar não é a solução mais fiável para a resolução da crise com a libertação dos reféns.

As incongruências das decisões e recomendações multilaterais sobre as questões de raptos, reféns e pagamento de resgates face às opções e posições reais unilaterais beneficiam amplamente as organizações responsáveis pelos crimes referidos.

A falta de comunicação entre as famílias dos reféns e os agentes estatais implicados na resolução da crise pode ter resultados nefastos e incitar a intervenção de agentes privados que podem entrar em colisão fatal com a acção estatal. Em contrapartida, a colaboração de agentes estatais e privados pode ser benéfica quando monitorizada pelos governos.

Os órgãos de comunicação social tanto podem ter um papel importante na preservação da vida do refém e na pressão contra o seu esquecimento, como um papel nefasto com a promoção do refém e consequentemente valorização do seu “preço” traduzido no resgate.

A vulgarização do termo “refém” pode tornar-se num instrumento de propaganda de movimentos e Estados, enfraquecendo assim a credibilidade da condição dos reféns.

A falta de uniformização semântica do crime, tal como “rapto” tem em português de Portugal e do Brasil, apenas esclarecido nos códigos legais, gera “conflitualidades” nas definições. A mesma problemática está também patente em línguas não lusófonas, em que alguns qualificativos não existem, o que consequentemente se repercute nos códigos legais de cada país.

Portugal geriu com sucesso, adoptando métodos improvisados para cada uma das ocorrências, as crises mais complexas que envolveram reféns portugueses no



estrangeiro. Não é todavia a estratégia mais adequada, mesmo tendo em conta a presença portuguesa, no quadro da cooperação, em instituições internacionais especializadas na resolução deste tipo de crimes e que corrige a improvisação lusa.

Uma salvaguarda genérica. Apesar de este trabalho incluir um panorama global do fenómeno e incidir em casos específicos, é necessária também uma análise global mais detalhada que disseque as articulações dos organismos internacionais, efectue um paralelo incisivo das múltiplas legislações internacionais com vista a uma harmonização no respeito das soberanias jurídicas de cada um e que identifique os factores de bloqueio.

Este trabalho careceu também de maior participação dos agentes e organismos estatais, os quais possibilitariam obter uma análise mais aprofundada das estratégias adoptadas na gestão destas crises, o que permitiria identificar os problemas reais de articulação interna entre organismos e instituições, assim como a articulação externa.

Lacunas que foram colmatas pela qualidade e especialidade dos testemunhos, pelas suas visões críticas apoiadas na experiência na resolução de crises da natureza aqui estudada, pelo colectivo das posições expostas pelos raptadores em confronto com as vítimas e famílias – tudo factores que muito colaboraram para compreensão deste fenómeno e ameaça.

Torna-se imperativo agora desenvolver mais estudos tendo em conta o conjunto dos seus actores: vítimas, famílias, organizações não-governamentais, agentes estatais, agentes privados, intermediários, raptadores. E também identificar os pontos de concordância e colisão que fazem com que os Acordos Internacionais sejam moralmente e eticamente exemplares, mas de aplicabilidade por vezes irrealista no terreno e nos contextos actuais. A nova morfologia e mobilidade transnacional dos movimentos terroristas forçam a negociações igualmente transnacionais e multilaterais para a resolução das crises. Sendo assim, a uniformização estratégica em cada caso é fundamental e é, por sua vez, necessária uma postura global face a estes crimes.

Para terminar, é imprescindível reconhecer que o objectivo *primo* é salvar uma vida humana que foi privada violentamente dos seus direitos e transformada numa mercadoria, todos os mecanismos, arquitecturas estratégicas, possibilidades, alternativas devem ser consideradas e avaliadas, em cada caso. Sejam estas de estabelecimento de

negociações directas com os raptos ou terroristas, pagamento de resgate, acção militar ou ceder a exigências políticas.

Por outro lado, face aos raptos, é fundamental uma aplicação estrita da Lei, a não prescrição dos seus crimes, a penalização dos agentes cúmplices e de beneficiários colaterais e a recusa de amnistias tácitas dos raptos.

Por fim, esperamos que este trabalho constitua um contributo para a reflexão, que consideramos imprescindível e urgente, sobre as estratégias globais. Uma reflexão que ganha em ser feita em consonância com as múltiplas análises unilaterais que temos também de levar a cabo. Há que fazê-la tendo em conta todos os actores, com participação directa ou indirecta, nos crimes de raptos, sequestros e tomadas de reféns. O objectivo *primo* é de facto a preservação da vida das vítimas, ao qual está intimamente relacionada a missão do Estado como protector dos seus cidadãos. A preservação de uma segurança sem a qual dificilmente podemos considerar que vivemos, como é decerto desejável, em Estados de Direito.

## Bibliografia

### Impressa

ALIX, Ernest Kahlar (1978). *Ransom Kidnapping in America / 1874-1974: The Creation of a Capital Crime*. New York: Southern Illinois University Press. ISBN: 0-8093-0849-5

ANTUNES, José Freire (1991). *Kennedy e Salazar, o leão e a raposa*. Lisboa: Difusão Cultural. ISBN: 972-709-114-8

BACELAR GOUVEIA, Jorge; et alii (2014). *Leis de Direito e Segurança*. Lisboa: Quid Juris – Sociedade Editora. ISBN: 978-972-724-679-3

BAILLIET, Cecilia M. (2010). Towards Holistic Transnational Protection: An overview of international public law approach to kidnapping. *Denver Journal of International Law and Policy*. Oslo. 38, 581-622.

CARVALHO, Américo Taipa de (2012). In DIAS, Jorge Figueiredo Dir., *Comentário Conimbricense do Código Penal*. Coimbra: Coimbra Editora. Tomo I. ISBN: 978-972-32-2061-2

CORREIA, Armando José Dias (2011). Reféns. In RIBEIRO, Manuel de Almeida [et al.], Coords., *Enciclopédia de Direito Internacional*. Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-40-4668-6

DESMARETZ, Gérard (2007). *Prise d’Otages - Mode d’Emploi*. Paris: Chiron. ISBN: 978-2-7027-1169-9

*Dicionário da Língua Portuguesa* (2009). Porto: Porto Editora.

*Dicionário do Português Atual Houaiss* (2011). Lisboa: Círculo de Leitores/Sociedade Houaiss-Edições Culturais. ISBN 978-972-42-4723-6

DUARTE, Felipe Pathé (2015). Estados Falhados. In BACELAR GOUVEIA, Jorge; SANTOS, Sofia, Coords., *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina. ISBN: 978-972-40-5494

FARINHA, António Dias (1999). *Os Portugueses em Marrocos*. Lisboa: Instituto Camões. ISBN: 972-566-206-7

FIDALGO, Sérgio; CASTRO, Luís (2011). *Angola 11 meses de Cativoiro*. Alfragide: Oficina do Livro. ISBN: 978-989-555-812-4

Finantial Action Task Force (2011). *Maritime Piracy and Related Kidnapping for Ransom*. Paris: FATF/OECD

GONÇALVES, M. Maia (2002). *Código Penal Português: Anotado e comentado: Legislação complementar*. Coimbra: Almedina. ISBN: 972-40-1701-X

GONÇALVES, M. Maia (2005). *Código Penal Português Anotado*. Coimbra: Almedina. ISBN: 972-40-2565-9

JAEGER, Gérard A. (2009). *Prises d'Otages de l'enlèvement des Sabines à Ingrid Betancourt*. Paris: L'Archipel. ISBN: 978-2-8098-0121-7

MARQUES GUEDES, Armando (2009). O Tempo e as Ressonâncias: os Estados Modernos, o Anarquismo, o AnarcoSindicalismo e Jihadismo. *Geopolítica*. Lisboa: Centro Português de Geopolítica. 3, 51-99.

MOISAN, Dorothée (2013). *Rançons – Enquête sur le business des otages*. Paris: Fayard. ISBN: 978-2-213-67809-2

MOKEDDEM, Mohamed (2010). *Al-Qaïda au Maghreb Islamique, Contrebande au nom de l'Islam*. Alger: Casbah. ISBN: 978-9961-64-212-2

National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism (START) (2013). *Global Terrorism Database [Data file]*. Disponível em: <http://www.start.umd.edu/gtd>

NEWTON, Michael (2002). *The Encyclopedia of Kidnappings*. New York: Checkmark Books. ISBN: 0-8160-4487-2

NOESNER, Gary (2010). *Stalling for Time, My life as an FBI Hostage Negotiator*. New York: Random House. ISBN: 978-1-4000-6725-1

NÜNLIST, Christian (2013). L'enlèvement contre rançon pour financer le terrorisme. *Politique de sécurité: Analyses du CSS*. Zurique: Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Outubro, 141. ISBN: 2296-0228

OMEDAS, José Luis Doménech (2003). Estatuto y trato de los combatientes en caso de captura. *Revista Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires: LexisNexis Argentina/CICR. 133-164. ISBN: 950-20-1541-X

PINTO, Nuno Tiago (2015). Os combatentes portugueses do «Estado Islâmico». Lisboa: A Esfera dos Livros. ISBN: 978-989-626-686-8

United Nations Office on Drugs and Crime (2005). *United Nations Counter-Kidnapping Manual*. Viena.

VILELA, António José (2005). *Viver e morrer em nome das FP-25*. Cruz Quebrada: Casa das Letras. ISBN: 972-46-1594-4

WRIGHT, Richard P (2009). *Kidnap for Ransom, Resolving the Unthinkable*. New York: Auerbach. ISBN: 13: 978-1-4200-8007-0

YUN, Minwoo (2008). *Understanding Global Terrorist Hostage Taking and Kidnapping*. Saarbrücken: VDM Verlag Dr. Müller. ISBN: 978-3-639-04413-3

### **Netgrafia**

*Chair's Summary* (2013). International Workshop against Kidnapping – Global Counterterrorism Forum. Bogotá, Colômbia. [em linha] Disponível em: [https://www.thegctf.org/documents/10162/41667/13May21\\_Chairs+Summary\\_Intl+Kidnapping+Workshop\\_Bogota+24-26+April.pdf](https://www.thegctf.org/documents/10162/41667/13May21_Chairs+Summary_Intl+Kidnapping+Workshop_Bogota+24-26+April.pdf) [consultado: 19 Mai. 2015]

DARNTON, John (31 Jul. 1983). Armenian Attack Unsettles Lisbon. *The New York Times*. [em linha] Disponível em:

<http://www.nytimes.com/1983/07/31/world/armenian-attack-unsettles-lisbon.html>.

[consultado: 25 Jan. 2015]

Excerpts: The FARC's Correspondence on the Captive Ingrid Betancourt (2008). *Wall Street Journal* [em linha]. Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/SB121277080819152305> [consultado: 11 Dez. 2014]

Fin sanglante de la prise d'otages en Algérie (2013). *Le Figaro* [em linha]. Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/international/2013/01/17/01003-20130117LIVWW00530-en-direct-suvez-l-assaut-de-l-armee-algerienne-contre-le-complexe-gazier.php> [consultado: 8 Mai. 2015]

Human Rights Watch (1999). *Angola explicada: Ascensão e Queda do Processo de Paz de Lusaka*. Nova Iorque, EUA. [em linha] Disponível em: <http://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angopor/index.htm> [consultado: 20 Mai. 2015]

LAHAYE, Brice (30 Out. 2013). Une rançon pour libérer les otages ? Pas d'argent "public" versé, martèle Fabius. *LCI*. [em linha] Disponível em: <http://lci.tf1.fr/monde/afrique/une-rancon-pour-liberer-les-otages-pas-d-argent-public-verse-martele-8302544.html> [consultado: 13 Dez. 2014]

MARESCHAL, Edouard de (15 Set. 2014). Otages : Barack Obama reproche à la France de payer les rançons. *Le Figaro* [em linha] Disponível em: <http://www.lefigaro.fr/international/2014/09/14/01003-20140914ARTFIG00223-otages-barack-obama-reproche-a-la-france-de-payer-les-rancons.php> [consultado: 13 Dez. 2014]

MARIGHELLA, Carlos (1969). *Manual do Guerrilheiro Urbano*. Disponível em: <http://www.anarquismo.com.br/wp-content/uploads/2013/07/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf> [consultado: 3 Jan. 2015]

MCAVOY, Esme; RANDALL, David (17 Out. 2010). The £1 billion hostage trade. *The Independent*. [em linha] Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/politics/the-1-billion-hostage-trade-2108947.html> [consultado: 19 Mai. 2015]

MILBANK, Dana (2014). Under the U.S. ransom policy, families pay a price. *Washington Post* [em linha]. Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/opinions/dana-milbank-under-the-us-ransom-policy-families-pay-a-price/2014/12/23/ece6f1c8-8ae2-11e4-8ff4-fb93129c9c8b\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/opinions/dana-milbank-under-the-us-ransom-policy-families-pay-a-price/2014/12/23/ece6f1c8-8ae2-11e4-8ff4-fb93129c9c8b_story.html) [consultado: 20 Jan. 2015]

PEREIRA, Rui (2013). *A segurança num mundo inseguro*. Disponível em: <http://oscot.pt/wp-content/uploads/2013/05/A-seguranca-num-mundo-inseguro.pdf> [consultado: 15 Out. 2014]

ROSENBERG, Mica (2008). Satellites track Mexico kidnap victims with chips. *Reuters*. [em linha] Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2008/08/22/us-mexico-crime-chips-idUSN2041333820080822> [consultado: 19 Mai. 2015]

US Department of State (2015). *Counter-ISIL Finance Group Kidnapping for Ransom Communiqué* [em linha] Disponível em: <http://www.state.gov/e/eb/rls/othr/2015/242414.htm> [consultado: 1 Jun. 2015]

US Passports & International Travel (2015). *Mexico Travel Warning*. [em linha] Disponível em: <http://travel.state.gov/content/passports/english/alertswarnings/mexico-travel-warning.html> [consultado: 21 Mai. 2015]

### **Legislação, convenções e protocolos**

Código Penal (2013). Coimbra: Edições Almedina. ISBN: 978-972-40-5028-7

Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns adoptada a 17 de Dezembro de 1979 em Nova Iorque: Disponível em: <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/RAR3DR33-1984.html>

Convenção III, Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra de 12 de Agosto de 1949

Convenção IV, Convenção de Genebra Relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de Agosto de 1949

Convention européenne pour la répression du terrorisme, Strasbourg, 27.I.1977.  
Disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/FR/Treaties/Html/090.htm>

Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais - Adoptado a 8 de Junho de 1977

Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais - Adoptado a 8 de Junho de 1977.

Resolução da ONU 2133 (2014) Disponível em:  
<http://www.un.org/press/fr/2014/CS11262.doc.htm>

### **Entrevistas**

EDRISS, Zabir (2015). Entrevista telefónica a 31 de Março 2015.

PEREIRA, António Alves (2015). Entrevista via Skype a 26 de Abril 2015.

RODRIGUES, Irene Bravi (2014). Entrevistas em Paris em Outubro e Novembro 2014 e Correio Electrónico a 15 Fevereiro 2015.

SAINT MARC, Guillaume de (2015). Entrevista em Paris a 22 de Abril 2015.

SCHARIA, David (2015). Entrevista telefónica a 20 de Abril 2015.

SIEGEL, Pascale (2015). Entrevista em McLean, Washington DC a 04 Fevereiro 2015.

VAZ, José Manuel (2015). Entrevista via Skype a 3 de Abril 2015.

ZANDT, Clint van (2015). Entrevista em Fredericksburg, Virginia, EUA a 05 Fevereiro 2015.



## Anexo I



# FRENTE DE LIBERTAÇÃO DO ENCLAVE DE CABINDA

## FORÇAS ARMADAS CABINDESAS

### OPINIÃO

#### **SOBRE O SEQUESTRO DE EXPATRIADOS DURANTE O CONFLITO ARMADO NO TERRITÓRIO DE CABINDA**

#### **INTRODUÇÃO**

Neste trabalho destinado a apoiar as investigações académicas dum amigo jornalista que várias vezes visitou a África, sobretudo Cabinda e os dois países vizinhos, no quadro das suas actividades profissionais, vamos falar da tomada de reféns, da motivação, da negociação e mesmo da libertação.

Mas para falar da motivação, devemos primeiro identificar e ter uma noção sobre os raptos constituindo uma diversidade, por exemplo: temos os piratas de ar ou de mar para roubos ou troca de interesses, temos as associações à mão armada com projectos de enriquecimento ilícito, existem os grupos terroristas como aqueles devastando no Norte de África para satisfazer apetites egoístas ou criar domínios absolutos em detrimento dos direitos humanos, temos os extremistas agindo em nome da religião, geralmente muçulmana, utilizando o terrorismo como meio para atingir fins egoístas, como se pode notar com a tentativa de criação dum Estado Islâmico no Iraque e na Síria, onde os direitos humanos sejam suprimidos e as populações sujeitas à 'Chariah', uma espécie de escravatura em nome de princípios religiosos, mas também existe tomada de reféns por guerrilhas, como a das FARC que na Colômbia reivindica determinadas reformas no país, a resistência palestina que conta com a guerrilha islâmica do HAMAS cujas reivindicações sustentam a constituição dum Estado Palestino independente e soberano, a luta de libertação nacional levada a cabo pelo povo de Cabinda que, reivindicando-se ainda protectorado português, reclama a retirada das forças angolanas que ocupam o território de Cabinda e a descolonização por parte de Portugal.

1

Ora, para melhor sustentar a tese defendida pelo nosso amigo jornalista, de todas as receitas do 'menu', vamos tomar por referência a nossa realidade que melhor dominamos.

## **1. SEGURANÇA E PROTECÇÃO DE PESSOAS NO TERRITÓRIO DE CABINDA**

### **1.1 LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE CABINDA E RESISTÊNCIA PATRIÓTICA À OCUPAÇÃO ESTRANGEIRA SOB TODAS AS FORMAS**

Devemos recuar ao contexto histórico, geográfico, jurídico que decorre do problema de Cabinda. Por que razão expatriados ocidentais, entre outros portugueses, são vítimas de sequestros nestas zonas de conflito? Como esquematizado acima, a situação remonta à génese do conflito que vamos entender nesta breve apresentação.

#### **Cabinda, protectorado português**

Por intermédio dos seus chefes tradicionais, o povo de Cabinda tivera assinado três tratados de protectorado, notamente o de Chicamba em 1883, o de Chinfuma em 1884 e o de Simulambuco em 1885, com os representantes da Rainha de Portugal, tendo colocado assim o território de Cabinda sob a protecção internacional de Portugal.

O Tratado de Simulambuco, o mais importante dos três, estava no centro das comemorações entre Portugal e Cabinda até ao abandono precipitado do Enclave e de seu povo pela Administração portuguesa sem qualquer processo respeitante ao espírito dos referidos tratados, nem garantias de protecção contra possíveis cobiças e apetites externos.

Certos insinuam que, em matéria de protectorados, o de Simulambuco é de carácter intrínseco e não dispõe de força internacional, mas o povo de Cabinda sabe que este mesmo tratado foi ratificado pela Conferência internacional de Berlim, porque permitiu que Portugal fosse aceite e representado nessa conferência, em 1885.

#### **FLEC não é movimento terrorista**

A História regista que o movimento reivindicativo com relação a Portugal tem as suas origens no fim da década '50. O Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) é criado em 1960. A 20 de Novembro de 1962, o líder deste movimento, Luís Ranque Franque, é recebido e ouvido





pela IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, na 17a sessão desta organização. O ano 1963 vê nascer o Comité de Acção da União Nacional dos Cabindas (CAUNC) e a Aliança do Maiombe (ALIAMA).

De 2 a 4 de Agosto de 1963, o Congresso dos nacionalistas cabindas reunido em Ponta-Negra, no Congo-Brazzaville, opera a fusão destes três movimentos numa única frente representativa dos interesses emancipalistas do Enclave, dando nascimento à Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) que no início privilegia apenas a vertente político-diplomática.

Em 1964, com base nos dados histórico-jurídicos disponíveis na altura, a Organização da Unidade Africana (OUA) elabora o seu mapa de descolonização onde Angola é registado com o código nº 35 e Cabinda, com o código nº 39. Aliás, já num antigo mapa da Sociedade das Nações de 1917 sobre a opressão colonial em África e na Ásia, dos 77 países ou territórios sob dominação aí registados, Cabinda figura com o nº27 e Angola, com o nº28.

Sempre neste contexto de evolução da consciência nacionalista cabinda, o Professor António de Oliveira Salazar por duas vezes tenta conceder um estatuto de autonomia a Cabinda, como se pode ver na Lei orgânica de 1963 sobre o Estatuto político-administrativo de Angola e na Nova Lei orgânica nº05/72 de 23 de Junho. Com esta breve noção, podemos concluir que :

- 1º. O movimento das reivindicações do Povo de Cabinda é tão velho quanto o movimento nacionalista em Angola.
- 2º. Não existiu oportunismo por parte da FLEC, em 1975, como certos políticos angolanos em vão argumentam.
- 3º. Não existe a mínima dúvida que o conflito em Cabinda é herança duma descolonização irresponsável que traiu, no espírito e na letra, as disposições da Lei Constitucional nº07/74 de 27 de Julho, onde o Conselho de Estado Português reconhecia o direito dos povos do Ultramar à autodeterminação (Artigo1º) com todas as suas consequências, incluindo a « aceitação da independência dos territórios ultramarinos ». Ora, por coerência aos princípios constitucionais vigentes até então (Constituição de 1933, nº2 do Artigo 1º da Primeira Parte), distinta e separadamente de Angola, Cabinda era um desses 'territórios

3  
B

ultramarinos', princípios em virtude dos quais o direito do povo de Cabinda à autodeterminação foi consagrado pelas Nações Unidas na sua Resolução 1542 (XV) de 15 de dezembro de 1960.

**Acordo de Alvor, novo pacto colonial  
lusó-angolano contra o povo de Cabinda**

O Acordo de Alvor, que é a fonte da discórdia entre Cabinda e Angola, foi concluído entre os movimentos angolanos de libertação, duma parte, e o Governo português, doutra parte. Foi assinado em Alvor, em Portugal, a 15 de Janeiro de 1975.

Contém uma única disposição ~~que~~ interessa directa e principalmente Cabinda, isto é o Artigo 3º redigido como segue: « *Angola constitui uma entidade una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos actuais, e, neste contexto, Cabinda é parte integrante e inalienável do território angolano* ».

Ora, este Acordo, ou pelo menos o seu Artigo 3º, é ilícito. A sua ilicitude decorre da natureza do acto de disposição engajado (como no tempo da colonização, pelo artigo 3º queriam possuir arbitrariamente o território de Cabinda, como se tratasse dum 'no man's land', e impor à sua população a sorte reservada ao seu território no desrespeito do seu direito à autodeterminação. Seja como for, trata-se dum acto de disposição e, na medida em que se trata da autodeterminação dum povo que emana do 'jus cogens', o Acordo de Alvor é nulo e sem efeito à luz do Artigo 53º da Convenção de Viena sobre os tratados, pelo que não produz nenhum efeito jurídico.

O Acordo de Alvor, geralmente incidindo sobre a independência de Angola, há quem se interroga se a cláusula do Artigo 3º diz respeito à autodeterminação de Cabinda ou antes procura apenas consumir a sua anexação.

O Acordo de Alvor constitui um pacto colonial, porque esta forma de se apoderar dum território e do povo que nele habita, contra o Direito Internacional (direito à autodeterminação e às aspirações clara e publicamente manifestas pelo seu povo) só pode vir do colonialismo mais retrógrado e inumano. Seja qual fosse o envelope atribuído à contestada disposição, pode-se observar com clareza que se trata dum Acordo que

13 4



visa perpetuar a dominação e a exploração de Cabinda. Ora, os pactos coloniais foram proibidos pelo Direito Internacional, pois constituem uma violação flagrante e aberta do '*jus cogens*' e, neste caso, são nulos e de nenhum efeito.

Em suma, o Acordo de Alvor é nulo: primeiro, quanto à capacidade das partes porque os movimentos angolanos não tinham o direito de representar ou de engajar Cabinda. Portugal, este, não podia pretender transferir mais direitos que ele próprio não possuía. Em seguida, quanto à natureza, pois trata-se dum acto de disposição e não de simples gestão. Ora, não só nenhuma das partes podia exercer poderes de disposição, mas o próprio direito a que incide o Acordo de Alvor não pode ser transmitido nem cedido. Enfim, quanto ao seu objecto, porque este incide sobre uma autodeterminação, direito de carácter imperativo fazendo parte do '*jus cogens*' cuja violação conduz consequentemente à nulidade do Acordo de Alvor.

Assim, nem Portugal tinha capacidade nem tão pouco os movimentos angolanos tinham nem qualidade nem capacidade de agir no lugar e em nome do Povo de Cabinda (considerando a distinção entre Cabinda e Angola estabelecida pela própria constitucionalidade portuguesa e o direito do Povo de Cabinda à autodeterminação reconhecido pela resolução 1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960, das Nações Unidas).

Aliás, não parece estranho que, logo depois de rubricado, o Acordo de Alvor tivesse conhecido uma existência efémera, na sequência da caducidade declarada, por um lado, pelos próprios signatários angolanos em discórdia que se lançaram numa das guerras mais longas e catastróficas da África, e pelo outro, pelo Chefe de Estado Português no seu Decreto-Lei N°458-A/75 de 22 de Agosto de 1975.

De constatar igualmente que a injustiça deste Acordo (ausência da opinião cabindesa e violação dos textos jurídicos legais a respeito de Cabinda) é tão grave e a sua ilicitude tão flagrante que torna-se imperativo que a Comunidade Internacional elabore um quadro político-diplomático apropriado para viabilizar a independência do território de Cabinda, conformemente ao Direito Internacional, podendo inspirar-se do processo que conduziu Timor Leste à recuperação da sua soberania nacional e

S  
5

internacional, sendo este um caso com similitudes ao problema de Cabinda.

Em conclusão, definitivamente o povo de Cabinda não reconhece os Acordos de Alvor aos quais não foi convidado, não participou e nem sequer foi consultado em flagrante violação do Tratado de Simulambuco, dos princípios da própria constitucionalidade portuguesa e das normas do Direito Internacional.

#### **Luta armada, último recurso**

A descolonização irresponsável precipitada na sequência da revolução dos cravos, a 25 de Abril de 1974, em Lisboa, os conluíus ideológicos e o cruzamento de interesses económicos conduziram ao abandono do povo de Cabinda e à violação dos seus direitos como povo. Diante de tamanha injustiça, os Cabindas não tiveram outra escolha senão pegar em armas para defender os seus direitos.

Em Angola onde o diálogo é sinónimo de violência, o povo de Cabinda não espera a paz social do regime angolano cujo comportamento nestes quatro décadas de ocupação é colonialista, senão prosseguir a sua luta pela realização do seu direito à autodeterminação e independência, dado que só um Estado de Direito de Cabinda, pelos Cabindas e para os Cabindas, poderá garantir as suas liberdades fundamentais.

Foi nestas circunstâncias que o povo de Cabinda resolveu recorrer ao direito de legítima defesa para preservar a sua dignidade como Povo e Nação. O Povo de Cabinda organizado na FLEC-FAC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda/ Forças Armadas Cabindesas) é o sujeito do Direito Internacional que luta pela constituição do Estado independente e democrático no território de Cabinda.

O direito da Nação Cabindesa à autodeterminação, isto é escolher e decidir livremente pelo seu destino político e forma de se autogovernar, é um direito inalienável pelo qual o povo de Cabinda luta desde há cinco décadas.

Os Estados democráticos da Europa Ocidental, inclusivé Portugal, são essencialmente titulares de vários textos e instrumentos internacionais mas, no que diz respeito a Cabinda, acomodam-se no chamado “princípio da ingerência nos assuntos internos ou externos do Estado de Angola”,



segundo declarações das Nações Unidas, em 1970. Mas a experiência prática nestes quatro décadas de ocupação registou um procedimento completamente contrário do regime no poder em Angola com relação a Cabinda e seus vizinhos:

- a. O Governo angolano utiliza a força e a repressão política para privar o povo de Cabinda do seu direito de identidade nacional.
- b. O Governo de Angola faz uso de medidas económicas, políticas e de destabilização para subornar e submeter outros Estados exigindo deles manter Cabinda no jugo angolano.
- c. O regime de Angola organiza infiltrações e actividades subversivas para fomentar a mudança de regimes noutros Estados através da violência.
- d. Então, para que serve o princípio da igualdade soberana dos Estados constituindo uma das pedras angulares do Sistema Internacional e em prioridade nos princípios da Carta das Nações Unidas, considerando que a existência de Estados independentes continua a ser a Lei para o verdadeiro desenvolvimento social, e o princípio da igualdade soberana, uma das manifestações dessa Lei que garante o livre desenvolvimento de cada Estado e se opõe a todas as formas de diktat e de submissão, como se comporta o Governo de Angola na sua colónia de Cabinda.

#### **Petróleo, desgraça do povo de Cabinda**

Cabinda faz parte dos países africanos produtores de petróleo. Múltiplas companhias petrolíferas exploram neste território, desde 1956. Infelizmente, a descoberta do ouro negro não trouxe a paz e o bem estar ao povo de Cabinda, mas pelo contrário, a miséria, a opressão e a humilhação.

Para muitos observadores estrangeiros, Cabinda é um eldorado, portanto um « koweit africano », uma terra de sonhos, rica, próspera, onde não há pobres nem miseráveis. Efectivamente, se Cabinda fosse comparado ao Koweit, apenas seria no ângulo das suas enormes reservas petrolíferas e na sua pequena dimensão geográfica.

À excepção disso, todos os outros aspectos os opõem: actualmente o Koweit é um país livre, estável e próspero, enquanto que Cabinda é um território ocupado e explorado por potências estrangeiras. O Koweit

7

desenvolve-se enquanto que Cabinda afunda-se e apodrece na miséria, na incerteza, agonizando lentamente. 40 anos depois, Cabinda continua sem infraestruturas e dependente dos dois países vizinhos, por exemplo: falta dum porto autónomo, dum aeroporto internacional, duma educação digna e de infraestruturas sanitárias humanamente aceitáveis, falta de acesso à electricidade e à água potável, para além da discriminação e das desigualdades sociais e económicas fazendo dos cabindas cidadãos de segunda classe.

As desgraças do Koweit, aquando da invasão do Irak, alarmam, indignam e revoltam a comunidade internacional. Esta situação mobiliza até os Estados Unidos da América e uma força multinacional legitimada pela ONU para socorrer o povo do Koweit, a fim de libertar este território da ocupação irakiana. Contrariamente, a tragédia cabindesa deixa certos governos e personalidades indiferentes, inclusivé Portugal, principal responsável pelo drama cabindês, numa altura em que esta cruel realidade necessita duma enérgica condenação internacional.

Enfim, Cabinda não passa de caça guardada servindo excessos e abusos de poder, actos de terrorismo de Estado e demais aventuras expansionistas e hegemónicas em África. Em suma, Cabinda é refém das suas próprias riquezas naturais, pois esta breve noção mostra claramente a origem do silêncio e do isolamento que conhece o problema de Cabinda.

### **1.2 DOS RAPTO OPERADOS EM CABINDA**

É evidente que vários raptos foram operados em Cabinda, tais como expatriados norte-americanos, franceses, sulafricanos, malasianos, filipinos, portugueses, até angolanos e cabindas trabalhando nas mesmas empresas, alguns dos quais em circunstância de anarquia cujos autores foram dissidentes cabindas ao serviço da própria secreta angolana no intuito de diabolizar e de destabilizar a própria resistência cabindesa.

Mas, a título de exemplo, o nosso trabalho concentra-se unicamente nos sequestros referentes aos expatriados portugueses.

### **1.3 SOBRE MOTIVAÇÃO, PREPARAÇÃO E OPERAÇÃO**

Sequestros não é programa da FLEC-FAC. Se assim fosse, a FLEC-FAC não se daria a pena de advertir em comunicados e declarações de imprensa prevenindo as empresas e sociedades estrangeiras evoluindo em

8



Cabinda de não cooperar com o governo angolano, de se retirar do território enquanto persistir o conflito, ou de não frequentar as zonas de risco também chamadas vermelhas. Por seu lado, a administração angolana sempre reagiu com contra-propaganda afirmando o contrário e tratando a guerrilha de “meia dúzia de delinquentes” que de longe pode representar uma verdadeira ameaça.

Mesmo assim, em vão a FLEC-FAC tentou contactar e negociar um estatuto de cooperação clandestina com as sociedades estrangeiras, por forma a investirem-se para negociações credíveis com vista ao fim do conflito, ou ainda sustentarem primeiro a luta de libertação do povo oprimido de Cabinda elegendo-se assim como parceiros presentes e futuros da causa.

Em último recurso, com o insucesso das negociações, intervem o uso da força como uma das formas de dissuasão. Os sequestros, estes, são geralmente fortuitos e imprevisíveis. Dir-se-ia que os comunicados de advertência fazem a vez da preparação, pois preparam a opinião pública, inclusivé a dos próprios guerrilheiros nas zonas de risco prontos a intervir logo à primeira ocasião, salvo em caso de contra-indicação superior.

Primeiro precede a operação de reconhecimento e depois segue a do sequestro propriamente dito que consiste em emboscar o alvo, esteja este em circulação do ponto A a B ou a trabalhar em determinadas instalações. Durante a operação, os riscos são menores se o alvo não é escoltado ou protegido por tropa angolana, o que poupa os reféns de riscos de fogo cruzado entre beligerantes.

Os comandantes guerrilheiros preparados politicamente e em direitos humanos, os reféns não correm riscos até atingirem o EMG onde encontram arrumadas as disposições de acolhimento geralmente heteróticas em cada tomada de reféns, por exemplo: um aposento circunstancialmente arranjado em local estrategicamente seguro dentro do perímetro da Unidade da Segurança Presidencial; um serviço protocolar misto dirigido por um oficial superior para supervisionar e manter a Direcção Central diariamente informada das condições psicológicas, nutritivas, sanitárias, comunicativas e de segurança com relação aos reféns. Isto quer dizer que todas as condições, inclusivé financeiras, são garantidas pelo movimento para a superação dos problemas de saúde ou

de nutrição, inclusivé condições de distracção assim como a comunicação com as famílias prevenindo possíveis traumas psicológicas tanto do lado dos reféns como do das famílias.

#### **1.4 SOBRE NEGOCIAÇÕES, OBJECTIVO E LIBERTAÇÃO**

Cedo ou um pouco mais tarde as negociações acabam por chegar. Em 1989, poucas semanas depois da libertação dos quatro expatriados franceses por intermédio de Kinshasa, dois portugueses, nomeadamente Silva e Nunes, foram apanhados numa emboscada da guerrilha na região de Inhuca.

Sob a pressão a pressão familiar junto da sociedade Mota & Companhia de que eram empregados e esta última, por sua vez, ao governo português de quem a FLEC-FAC exigia conversações e relacionamento directos, veio em Cabinda, nas zonas de influência da guerrilha, na altura habitadas pela população civil, o Coronel Marques, delegado do Governo português, acompanhado do Senhor Pinho, delegado da Mota & Companhia baseado em Kinshasa, que servia de ponte para os contactos com a FLEC-FAC em Cabinda. Esta delegação foi acolhida nas zonas libertadas em parada de honra na presença de centenas de guerrilheiros e duma importante população revolucionária que manifestou-se em favor do protectorado português, sob aplausos e ao som de dois hinos, primeiro, o “Heróis do mar...” e, em seguida, o “Cabinda, pátria imortal...”

Aqui em Cabinda ficou acordado que uma alta delegação da FLEC-FAC se deslocasse em companhia dos reféns para negociações directas com as autoridades de Lisboa. Este propósito foi realizado graças à estreita colaboração do Embaixador de Portugal em Kinshasa que igualmente desempenhou um papel importante na cobertura das deslocações exteriores da resistência.

Já em Lisboa e uma vez recuperados os reféns, as autoridades em Lisboa saíram pouco cooperativas e, rejeitando totalmente as exigências da guerrilha, declinaram envolver-se no problema de Cabinda para preservar as suas relações diplomáticas e interesses económicos com Angola. Terminado as partes desavindas, a viagem de Lisboa saíu simplesmente turística e frustrante tendo criado até hoje um sentimento anti-português no seio da opinião pública cabindesa, particularmente no seio da resistência nacionalista.



No dia 24 de Maio de 2000, mais uma vez três portugueses, nomeadamente Sérgio Alves Fidalgo, Manuel Mota Nunes e Marcos Costa Santos, igualmente empregados da Mota & Companhia, caíram na emboscada da guerrilha em Sassa-Zau, a poucos quilómetros da vila de Lândana, na Região de Cacongo.

A primeira experiência não sucedida complicou a situação destes três portugueses que deviam pagar pela irresponsabilidade dos seus dirigentes. Foram mantidos no cativeiro durante muito mais tempo do que os 13 meses feitos.

Um diálogo de surdos instalou-se entre Cabinda e Lisboa, apesar ter existido uma certa comunicação com certas entidades portuguesas do domínio da segurança e o próprio presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que por via telefónica interveio para uma maior moderação e responsabilidade com relação ao problema dos reféns.

A situação tornou-se mais preocupante quando o exército angolano tentou uma infiltração nas zonas defendidas pela guerrilha para a libertar os reféns, desafio que a FLEC-FAC denunciou como pondo em risco a vida dos três portugueses cuja responsabilidade seria atribuída ao governo angolano. Este clima conflituoso no terreno, em dada altura incompatível com a comunicação interior-exterior e vice versa, instalou incertezas sobre a situação dos reféns que já não se sabia confirmar se continuavam em vida ou não, mas uma vasta curiosidade pública que atraiu o envolvimento dos órgãos de comunicação social. E para confirmar que os reféns continuavam vivos os comandantes da guerrilha tiveram que acordar entrevistas directas com os reféns.

O endurecimento progressivo por parte da guerrilha criou um maior envolvimento diplomático no problema. Não tendo conseguido uma ligação directa com a FLEC-FAC, à margem da cimeira de Bruxelas o Presidente português, Cavaco Silva, solicitou a intervenção do Presidente francês, Jacques Chirac, que por sua vez envolveu na questão o Presidente congolês, Denis Sassou-Nguesso.

Assim, considerando o estado crítico de Sérgio Alves Fidalgo que caíu doente, este foi libertado por razões humanitárias, a 3 de Abril de 2001, aos cuidados do General do exército congolês acompanhado de dois Coroneis, na Região de Miconje fronteiro com o Congo-Brazzaville.

Com garantias de alguns corredores diplomáticos e de apoio humanitário aos refugiados cabindas, no dia 25 de Junho de 2001, Manuel Mota Nunes e Marcos Costa Santos foram entregues ao General do exército congolês delegado para os efeitos, acompanhado de dois Coroneis, dum jornalista e de duas entidades portuguesas, sempre na região de Miconje.

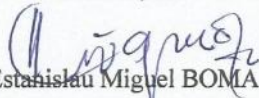
## 2. CONCLUSÃO

Nestes 40 anos de experiência de luta de libertação nacional vítima de tamanho conluio internacional, o povo de Cabinda consolidou as suas convicções patrióticas e como a sua determinação de resistir contra a ocupação militarista do seu território. E, como “o fim justifica os meios”, é legítimo que um povo colonizado, oprimido e explorado possa recorrer aos meios que tiver ao alcance para defender a sua dignidade e garantir os seus direitos como povo.

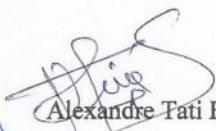
Aos olhos da resistência cabindesa o sequestro de expatriados portugueses era visto como ponte ideal para o relacionamento presente e futuro entre Cabinda e Lisboa, para acordar a opinião pública portuguesa e influenciar que o problema de Cabinda seja debatido no Parlamento até inverter a actual tendência oficial numa postura portuguesa mais neutra, aberta, democrática, frontal e responsável para com o conflito em Cabinda cuja solução passa inevitavelmente por Portugal.

Aliás, Portugal teria muito a ganhar assumindo as suas responsabilidades históricas diante das Nações Unidas no que respeita à descolonização do seu antigo protectorado, pois o direito de Não Autonomia, isto é de autodeterminação, atribuído pelas Nações Unidas às antigas possessões portuguesas do Ultramar na sua Resolução 1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960, das quais apenas o povo de Cabinda continua injustamente privado de exercer este mesmo direito que é, não só legítimo, mas inalienável, inviolável, intangível e imprescriptível, à luz do Direito Público Internacional.□

Cabinda, aos 5 de Janeiro de 2015.

  
Estanislau Miguel BOMA  
Chefe do Estado Maior Geral  
Das FAC



  
Alexandre Tati BUILO  
Presidente  
Da FLEC-FAC.



## Anexo II

Le, 02 juillet 1999

Son Excellence El Hadj Omar BONGO  
Président de la République Gabonaise

LIBREVILLE

Monsieur le Président de la République,

Au terme de la médiation que vous avez bien voulu conduire et qui, grâce à votre autorité et à votre sagesse, va nous amener à libérer les quatre prisonniers que nous détenions, il nous est agréable de vous renouveler nos sentiments de réelle estime et de grande admiration.

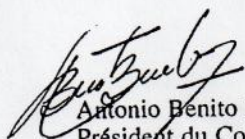
Nous avons exposé, à maintes reprises, les raisons pour lesquelles nous avons procédé à l'arrestation des agents de BYANGOL, filiale de l'Entreprise BOUYGUES au Cabinda.

Nous disons toutefois et fort naturellement que notre mouvement n'a absolument rien ni contre la BOUYGUES ni contre la France et nous comptons sur vous pour transmettre ces sentiments non seulement à la France, mais aussi à votre ami Martin BOUYGUES.

De surcroît, au terme de ces négociations menées sous votre haute autorité et qui connaissent un aboutissement heureux, nous vous assurons que notre mouvement le FLEC Renovada n'entreprendra plus une opération de cette nature contre les intérêts de la Société BOUYGUES-BYANGOL. C'est un engagement que nous prenons devant vous.

Veuillez agréer, Monsieur le Président de la République, l'expression de notre très haute considération.

Pour le Conseil Central



Antonio Benito BEMBE  
Président du Comité Central  
du FLEC Renovada  
Chef supérieur des FAC



## Anexo III

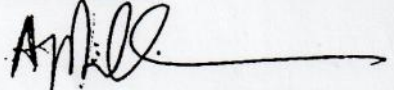
### Attestation tenant lieu de reçu

Je soussigné Antonio Bento BEMBE, Président du Flec Renovada, assisté de Macario Romao LEMBE, Secrétaire Général et de Mauricio Amado Zulu, Secrétaire, chargé de l'information, atteste avoir reçu de Monsieur Eric GUILLEMIN, représentant la société BOUIGUES, en présence de Monsieur MANURET, la somme de un million de dollars américains (1.000.000 \$) dans le cadre de la transaction sur la libération des otages de la société SYANGOL au Cabinda.

Cette somme nous a été remise par Monsieur ADZE Jean-Marie, Directeur de Cabinet Adjoint du Président.

Fait à Libreville le, 08 juillet 1999

Pour le Gabon



Jean-Marie ADZE  
Directeur de Cabinet-Adjoint  
Du Président de la République.

Le Président du Flec Renové

  
A/ Bento BEMBE





## Anexo IV

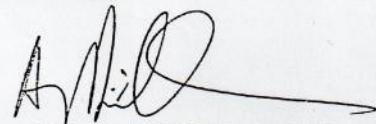
### Attestation tenant lieu de reçu

Je soussigné Monsieur Jean-Marie ADZE, Directeur de Cabinet Adjoint du Président de la République, atteste avoir reçu de Monsieur Eric GUILLEMIN, de la société BOUIGUES, en présence de Monsieur MANURET, la somme de un million de dollars américains (1.000.000 \$) dans le cadre de la transaction sur la libération des 4 otages de la société SYANGOL, succursale de la société BOUIGUES FRANCE au Cabinda.

Cette somme sera remise à Monsieur Antonio BENTO BEMBE, Président du Flec Renovada, en présence de Monsieur Macario Romao LEMBE, Secrétaire Général et de Mauricio Amado ZULU, Secrétaire chargé de l'information.

Fait à Libreville le, 08 juillet 1999

Pour le Gabon



Jean-Marie ADZE  
Directeur de Cabinet-Adjoint  
Du Président de la République.

Pour la société BOUIGUES FRANCE

M. Eric GUILLEMIN

P.O. M. MANURET.

